

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
CURSO DE ANTROPOLOGIA**

Débora Luiza Pereira

Direitos humanos, moralidades e conflitos: O Instituto Arco-íris na busca e luta por direitos

Florianópolis

2022

Débora Luiza Pereira

Direitos humanos, moralidades e conflitos: o Instituto Arco-íris na busca e luta por direitos

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação
em Antropologia do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para a obtenção
do título de Bacharela em Antropologia

Orientadora: Prof. Dra. Flavia Medeiros
Santos

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pereira, Débora Luiza
Direitos humanos, moralidades e conflitos : O Instituto
Arco-íris na busca e luta por direitos / Débora Luiza
Pereira ; orientadora, Flavia Medeiros, 2022.
111 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Antropologia,
Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Antropologia. 2. Direitos Humanos. 3. Moralidades e
emoções. 4. Organizações Não Governamentais . 5. Conflitos.
I. Medeiros, Flavia . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Antropologia. III. Título.

Débora Luiza Pereira

Direitos humanos, moralidades e conflitos: o Instituto Arco-íris na busca e luta por direitos

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Antropologia e aprovado em sua forma final pelo curso de Antropologia.

Florianópolis, 24 de agosto de 2022.

Prof. Dr. Bruno Mafra Ney Reinhardt

Coordenador do Curso

Banca Examinadora

Prof(a) Dra. Flavia Medeiros Santos

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof(a) Dra. Miriam Pillar Grossi

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof(a) Dra. Lucía Eilbaum

Universidade Federal Fluminense

*Dedico este trabalho a todos aqueles que de alguma forma buscam e lutam
por seus direitos.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só pode ser escrito a partir das trocas que aconteceram durante esses quatro anos e meio de graduação com os colegas de classe e com os professores.

Agradeço a Célys pelo apoio inicial e pela madrugada que passou comigo escolhendo o tema para esse trabalho. A Leticia pelas leituras atentas e pelo carinho durante esse período. Aos amigos que tornaram essa etapa mais leve: Leticia, Madu, Malu, Akihito, Danilo, Pedro, Amanda e também aos amigos do Rotaract e AIESEC em Florianópolis, meu eterno obrigada.

A minha orientadora Flavia Medeiros, pela paciência e dedicação, por me inspirar e me incentivar. Ao grupo de orientação pelas dicas, escuta e ajuda. Ao CNPq pela atual bolsa de pesquisa PIBIC, intitulada *Desigualdades, conflitos e moralidades em perspectiva etnográfica*, a qual colaborou com a confecção desta monografia. Ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades - NIGS, pela oportunidade de ser bolsista PIBIC, também pelo CNPq, do trabalho *Antropologia e feminismo no sul do Brasil: o caso de SC*, e por ser o primeiro grupo de pesquisa que me acolheu e me possibilitou a prática na realização de pesquisas. Muito obrigada.

Um agradecimento especial ao Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, que recebeu de bom gosto minha pesquisa, me acolheu em seus espaços e me propôs a realização desta monografia. Sem vocês este trabalho não existiria. Obrigada principalmente a Isadora, pela ajuda na inserção do campo e pelas trocas ao longo do caminho. Mas também agradeço a todos do Instituto, Denilson, Alexandre, Irma, Luciane, Carol, Tati e Bruna; às estagiárias pelas conversas informais. Agradeço aos usuários que ajudaram a tornar aquele um espaço no qual eu poderia pesquisar e me encantar.

Por último, mas não menos importante, agradeço meus pais, por todo apoio e incentivo. Mas também por possibilitarem que eu estudasse aqui.

A todos aqueles que suportaram minha amargura, mal humor e reclusão, mas também minha felicidade e empolgação durante esse período; que de alguma forma acreditam em mim. Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Esta monografia apresenta-se como uma etnografia sobre o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, localizado em Florianópolis (SC), tendo como interlocutores os “usuários” e os funcionários da instituição e como foco principal suas atividades e rede de apoio, a qual inclui principalmente os Movimentos Sociais e o Estado. Esta pesquisa tem como objetivo descrever como a instituição amplia seu impacto a partir dessa atuação conjunta de sua rede com seus “usuários”. Ao apresentar como a instituição amplia seu impacto a partir dessa atuação conjunta com sua rede para com seus usuários, percebe-se como se constroem e se organizam a relação instituição-usuário a partir do *Centro de Convivência e Cultura*, principal projeto observado. Descrevendo sua trajetória e história de resistência, a etnografia aborda ainda alguns aspectos práticos do funcionamento da organização, o qual possibilitou a existência da mesma ao longo de seus 25 anos, e também do funcionamento da oficina. Apresentando dificuldades, conflitos e acesso a cidade, foi observado como certas sensibilidades legais e morais são evocadas perante esse trabalho. Além disso, percebe-se, através de discursos emocionais, como esse espaço é importante para operar certos modos de o acesso (ou não) a direitos por grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade social que buscam os seus serviços, por exemplo o acesso à arte, o acesso à cidade e a espaços de escuta.

Palavras-chave: Organização Não Governamental; Direitos Humanos; Moralidades; Instituto Arco-íris; Centro de Convivência e Cultura.

ABSTRACT

This monography presents itself as an ethnography about the Arco-iris Institute of Human Rights, located in Florianópolis (SC), having as interlocutors the "users" and employees of the institution and as its main focus its activities and support network, which mainly includes Social Movements and the State. This research aims to describe how the institution expands its impact from this joint action of its network with its "users". When presenting how the institution expands its impact from this joint action with its network towards its users, it is noticed how the institution-user relationship is built and organized from the *Centro de Convivência e Cultura*, the main project observed. Describing its trajectory and history of resistance, the ethnography also addresses some practical aspects of the organization's functioning, which enabled its existence throughout its 25 years, and also the functioning of the workshop. Presenting difficulties, conflicts and access to the city, it was observed how certain legal and moral sensitivities are evoked in this work. In addition, it is possible to perceive, through emotional discourses, how this space is important to operate certain modes of access (or not) to rights by groups of people in situations of social vulnerability who seek their services, for example access to art, access to the city and to listening spaces.

Keywords: Non-Governmental Organization; Human Rights; Moralities; Arco-íris Institute; Centro de Convivência e Cultura.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logo do Instituto Arco-íris.....	30
Figura 2 - Sede do Instituto Arco-íris.....	50
Figura 3 - Localização do Instituto Arco-íris no centro da cidade.....	51
Figura 4 - Localização do Instituto Arco-íris no centro da cidade.....	52
Figura 5 e 6 - Fachada lateral do Arco-íris.....	53
Figura 7 - Parede interna da sede do Arco-íris.....	55
Figura 8 - Pichação na fachada da sede: “Obrigada Instituto Arco-íris”.....	55
Figura 9 - Resgate Social.....	58
Figura 10 - Croqui da planta baixa da Fábrica dos Sonhos.....	65
Figura 11 - Esboço da parede da Fábrica dos Sonhos.....	66
Figura 12 - Oficina de Comunicação e Expressão 23/09/2021.....	68
Figura 13 e 14: Ambiente externo CAPS AD continente.....	70
Figura 15, 16 e 17 - Ambiente interno oficina CAPS AD.....	71
Figura 18 e 19 - Dia de produção para a semana da luta antimanicomial (18/05/2022).....	73
Figura 20 - Resultado das produções do dia 18/05/2022.....	74
Figura 21 - Exposição das artes realizadas para o dia da luta antimanicomial.....	74
Figura 22 - Vista da oficina do Mont Serrat.....	76
Figura 23 - Oficina do Mont Serrat.....	77
Figura 24 e 25 - Puxa-sacos de galinhas confeccionados na oficina do Mont Serrat.....	78
Figura 26 - Estagiários, Bianca e eu no último dia da minha participação na oficina.....	79
Figura 27 - Oficina do Rio Tavares.....	81
Figura 28 - Espaço da oficina no Rio Tavares.....	82
Figura 29 e 30 - Realização de pulseiras a partir do macramé.....	83
Figura 31 - Foto do boletim das reeducandas do presídio feminino de Florianópolis chamado Coisarada. Realizado no projeto Vôo para a liberdade.....	86
Figura 32 - Foto do boletim realizado pelo projeto Asas da Liberdade.....	87

LISTA DE SIGLAS

AEDDH	Associação de Defesa dos Direitos Homossexuais
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CECCO	Centro de Convivência e Cultura
DST	Doenças Sexualmente Transmitidas
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
ITS	infecções de transmissão sexual
LGBTQI+	Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo e o + diz respeito a outras identidades de gênero e orientações sexuais
NIGS	Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PC	Partido Comunista
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PN	Política Nacional
PPL	Pessoas privadas de liberdade
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
SC	Santa Catarina
SUS	Sistema Único de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
ENTRADA EM CAMPO	17
METODOLOGIA: “espero que você não coloque tudo que te conto aqui”.....	20
ORGANIZAÇÃO DA MONOGRAFIA.....	25
CAPÍTULO 1 - O INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS	27
1.1. 25 ANOS DE INSTITUTO ARCO-ÍRIS	34
1.2. “A GENTE DA UM JEITO PORQUE A GENTE ACREDITA NA PORRA DO PROJETO”.....	37
1.2.1. Pandemia	39
1.3. USUÁRIOS.....	43
1.4. REDES SOCIAIS.....	44
1.5. REDE DE APOIO	46
CAPÍTULO 2 - A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA: “O ARCO-ÍRIS É IMPORTANTE PORQUE OCUPA LUGARES QUE OUTROS NÃO OCUPAM”	50
2.1. DUPLA INTERLOCUÇÃO: “NÃO TEM COMO PARAR ENTÃO A GENTE CONTINUA”.....	56
2.2. PROJETOS E OFICINAS.....	57
2.2.1. Resgate Social	58
2.2.2. Centro de Convivência e Cultura: “fica só a convivência sem o centro”	59
2.2.2.1. <i>Oficina de Comunicação e Expressão - Passarela da Cidadania</i>	64
2.2.2.2. <i>Oficina de produção de Stencil, estamperia e costura criativa - CAPS AD continente</i>	70
2.2.2.3. <i>Oficina de Artesanato, Bonecos e Estamperia - Mont Serrat</i>	76
2.2.2.4. <i>Oficina de Artesanato (Diversas Técnicas) - Rio Tavares</i>	81
2.3. ARTE ENQUANTO CAMINHO PARA AS POPULAÇÕES DE SAÚDE MENTAL	85
2.4. CONFLITOS.....	88
2.4.1. Sobre os conflitos relacionados aos usuários.....	89
2.4.2. Sobre os relacionados aos integrantes da equipe.....	90
2.4.3. Sobre os conflitos institucionais.....	90
CAPÍTULO 3 - SER HUMANO E SER DE DIREITO: MORALIDADES E DISCURSOS EMOCIONAIS	93
3.1. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA	96
3.2. A DIMENSÃO MORAL DAS EMOÇÕES: DISCURSOS EMOCIONAIS MORALIZADOS.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	106
FONTES	110

INTRODUÇÃO

As Organizações Não Governamentais (ONGs) se relacionam, direta ou indiretamente, com os Movimentos Sociais, a fim de obterem pautas concretas sobre o que é reivindicado para a possível concretização de políticas públicas. Portanto, este trabalho visa discutir sobre a relação entre ONGs, movimentos sociais e Estado, para a formulação de políticas públicas baseadas nos Direitos Humanos. Esta temática justifica-se por apresentar um grande escopo para discussão dentro da cidade de Florianópolis - Santa Catarina, onde existem diversas Organizações Não Governamentais com características próprias e em diálogo constante com os movimentos sociais, que dessa forma constituem uma agência específica permeada por relações de poder no diálogo com o município. Exemplo disso é o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, constantemente conhecido apenas como Arco-íris, uma entidade que atua em constante parceria com a Prefeitura e se relaciona com diversos movimentos populares como o Pop rua, o movimento LGBTQI+, movimento negro, entre outros, e que realiza projetos a partir dessas relações. Assim, é possível notar que a relação entre ONGs e Movimentos Sociais pode impactar direta ou indiretamente, pessoas, grupos sociais e até mesmo o governo, dependendo do contexto político¹, através do diálogo e ação para o aprimoramento das políticas públicas existentes no município.

As ONGs surgiram no Brasil entre os anos de 1960 e 1970, e se popularizaram a partir da década de 1980, ganhando destaque mundial após a conferência Eco-92 (MATOS, 2005 apud BATISTA, 2007, p. 4). Foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que essas organizações começaram a ser “incentivadas a substituir as funções sociais do Estado, ganhando maior destaque e legitimidade entre os brasileiros” (Ibid). Além disso, as Organizações Não Governamentais constituem uma parte da Sociedade Civil, ou seja, compõem esse espaço de “ação para indivíduos e organizações, considerando sua pluralidade em termos de interesses e distribuição de poder” (ALVES, 2004, p. 142). A Sociedade Civil se concretiza no *lugar*, isto é, no cotidiano e nas vivências, onde sofrem “os efeitos das macro-estruturas e onde construímos as microestruturas, que por sua vez se refletem sobre as macroestruturas” (Ibid, p. 144).

¹ Algo que apareceu no trabalho e principalmente nas entrevistas, por exemplo, era como era mais fácil para a ONG realizar trabalhos e conseguir financiamentos durante o governo Lula, e como agora o Instituto Arco-íris não possui projetos em âmbitos nacionais e estaduais por causa do contexto geral provocado pelo governo Bolsonaro atual. Uma vez que há menos incentivos para projetos, principalmente os voltados à cultura, de forma geral.

A esfera política é uma dimensão na qual a sociedade civil atua, assim como o Estado, e ambos se reafirmam um na presença do outro. Esta é uma relação composta por conflitos que compõem e promovem a democracia uma vez que é “um campo multifacetado de ações que congregam diversos interesses e posições de poder.” (ALVES, 2004, p. 152). Nesse sentido, essas duas entidades, sociedade civil e Estado, são separadas e interdependentes de forma a se constituírem enquanto um “estado com instituições abertas e preparadas para a diversidade de opiniões da sociedade. Se é no “lugar” que a sociedade civil se concretiza, é no lugar que o Estado se constitui e legitima” (Ibid., p.152). Ou seja, a sociedade civil é tomada como uma categoria portadora das relações entre organismos de participações políticas, neste caso as ONGs e os Movimentos Sociais, nos quais os sujeitos se aderem para constituírem mecanismos de mediação das mudanças locais, até transformações a níveis estruturais frente ao Estado. Dessa maneira, é importante levar em consideração que as ONGs não vão assumir o papel do Estado e não devem ser reduzidas a esse ponto, visto que essas entidades estão constantemente se relacionando. Nesse sentido, a Sociedade Civil, e o “Terceiro Setor”, são vistos como um espaço de ampliação da democracia e como um processo de transformação social perante uma “crise de Estado”. Entretanto, na mesma medida, não devem ser tomadas apenas como locais onde “recorre-se à solidariedade dos indivíduos e, com isso, à subjetividade da população, para que esta venha assumir os compromissos sociais que, prioritariamente, cabem ao Estado.” (BATISTA, 2007, p.3).

Porém, nesta relação, as ONGs possuem limitações financeiras, administrativas e ideológicas, o que as impedem de ser ativas nas transformações sociais por si sós (Ibid, p.3). Dentro de uma ordem democrática, a agência dessas organizações e seus atores estão inseridos em um campo permeado por relações de poder. À vista disso, Judith Butler (2020) em seu texto *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Dominação* escreve que o poder é aquele que cria o sujeito e ao mesmo tempo é aquilo que é exercido por ele. Porém, esse poder inicial não é necessariamente igual ao poder a ser exercido. O sujeito torna-se submisso a esse poder, porém, o incorpora e faz dele um instrumento ou possibilidade de ação. Portanto, "o poder assumido deve conservar essa subordinação e ao mesmo tempo se opor a ela" (Ibid, p. 21). Butler fala de sujeitos humanos, entretanto, é cabível um paralelo nas relações de poder entre o Estado e as Organizações Não Governamentais, ou seja, estas em sua maioria são submissas ao poder do Estado, na mesma medida em que os trazem para o campo da ação. Um exemplo disso é a limitação que essas organizações apresentam perante o Estado desde a década de 70, visto que:

Ao mesmo tempo em que elas atacavam violações aos direitos humanos, praticadas pelas ditaduras locais, raramente denunciavam os seus patrocinadores norte-americanos e europeus que as financiavam e aconselhavam. Não havia esforço sério para ligar as políticas econômicas neoliberais e as violações dos direitos humanos, pois os patrocinadores limitavam à esfera da crítica e das ações das ONGs em prol dos direitos humanos” (BATISTA, 2007, p. 4).

Durante sua Assembléia Geral em 1948, em Paris, a Organização das Nações Unidas (ONU), traz à tona a Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH (UNICEF, 2021), a qual passa a ser um marco na história dos direitos humanos. É através dessa declaração que a ONU se torna uma das principais difusoras da concepção dos Direitos Humanos e das chamadas políticas globais para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Entretanto, no Brasil, há uma desigualdade jurídica, aqui citada como propõe Roberto Kant de Lima (2019), em que o sistema judicial brasileiro acaba definindo "diferentes graus de ‘cidadania’, com os quais as instituições e os agentes encarregados de aplicar a lei devem lidar e as quais devem interpretar conforme suas éticas corporativas e as moralidades que vão construindo em sua interação – diferenciada e desigual – com a população.” (EILBAUM e MEDEIROS, 2015, p. 420).

Conseqüentemente, se o sistema jurídico e a incriminação operam de formas seletivas, os direitos humanos, os quais deveriam ser uma ampla faixa de direitos, englobando a subjetividade de todos os seres humanos, passa a ser um conceito complexo no cenário brasileiro, uma vez que está muito ligado a uma noção de igualdade que pressupõe uma desigualdade estrutural entre os cidadãos. Nesse sentido, a busca por direitos passa a ser uma busca coletiva de grupos sociais específicos que sofrem, percebem e vivenciam de forma mais sistemática essa desigualdade. Portanto, os Direitos Humanos são derivados das relações legais democráticas - e não apenas assegurados por elas.

Os Movimentos Sociais agrupam pessoas “contra as injustiças de que são vítimas, na medida em que tomam consciência delas. Os limites do grupo são dados por esta vivência comum, o que permite que se percebam como uma ‘comunidade’.” (CARDOSO, 2011, n.p.). Nesse sentido, a autora Ruth Cardoso (2011), caracteriza alguns aspectos recorrentes que distinguem dos movimentos sociais urbanos, sendo eles:

a) Os movimentos urbanos são novos. Distinguem-se das formas tradicionais de atuar na política (partidos e sindicatos) e propõem formas específicas de participação porque afirmam novas identidades sociais. b) Acentua-se seu caráter de resistência à dominação vigente, especialmente nos países submetidos a regimes autoritários. São, portanto, formas de luta que desafiam o Estado. c) Como são novos são anti-Estado, estas manifestações coletivas trazem para à cena política uma nova potencialidade de transformação das estruturas de dominação. (Ibid, n.p.)

Dessa maneira, os movimentos sociais são ações coletivas com amplo caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas na mesma medida em que vão contra as estruturas de dominação. Nesse sentido, os movimentos sociais e as características descritas acima apresentam "uma capacidade de construir identidades políticas (novos atores) e uma autonomia frente ao sistema político representativo, uma vez que expressa a manifestação espontânea das camadas populares." (Ibid).

Os Movimentos Sociais, assim como as Organizações Não Governamentais, se encontram dentro da categoria Sociedade Civil, uma vez que, pela participação política, essas duas categorias evocam sujeitos que se aderem para construir mecanismos de mediação das mudanças locais, até transformações a níveis estruturais. Sobre essas transformações estruturais na esfera pública, Habermas (1996, p. 367 *apud* ALVES, 2004) afirma que:

Sociedade Civil é composta por associações, organizações e movimentos mais ou menos espontâneos emergentes que, sintonizados nas formas pelas quais os problemas sociais geram ressonância nas esferas da vida privada, destilam e transmitem tais reações de forma amplificada na esfera pública. O cerne da sociedade civil, abrange uma rede de associações que institucionalizam discursos de soluções sobre as questões de interesse geral dentro do quadro das esferas públicas organizadas (p. 150)

Assim, acredita-se que tanto as Organizações Não Governamentais, quanto os Movimentos Sociais tenham papel fundamental num movimento de “proteger a sociedade civil da tirania dos Estados não-democráticos” (Ibid, p. 150).

A relação ONGs e Movimentos Sociais, por muito, foram palco de um certo jogo político na medida em que essas organizações eram financiadas para fazerem projetos que abarcavam as lutas de determinados movimentos sociais que iam de (des)encontro, ao governo, que criticavam e buscavam determinada autonomia frente ao Estado. Tanto que, Gohn (2000 *apud* BATISTA, 2007, p. 4) afirma que os Movimentos Sociais diminuíram proporcionalmente ao surgimento e crescimento das redes de Organizações Não governamentais. De acordo com Ruth Cardoso, (2011, n.p.) “a relação movimentos-Estado depende da conjuntura política (maior ou menor repressão, alianças políticas etc.), do tipo de reivindicação e das formas de organização e mobilização da população”. Dessa forma, é um duplo movimento, no qual constantemente a sociedade redescobre modos de participação, e o Estado amplia e diversifica seu espaço de ação (Ibid). Ou seja, a parceria entre ONGs e Movimentos Sociais dentro da participação da Sociedade Civil, ligados à busca de promoção dos direitos humanos, podem contribuir para a redemocratização política na medida em que se

dialogam e reivindicam políticas públicas para irem contra a necropolítica posta em prática por diferentes agências do Estado. (MBEMBE, 2016).

Para Achille Mbembe (2016), “a política é, portanto, a morte que vive uma vida humana” (p. 123). O conceito, necropolítica, trazido pelo autor, é exatamente sobre como o poder social e político decretam atributos fundamentais, oportunidades desiguais, que exercem controle sobre a mortalidade e sobre a vida, ou seja, controla e contribui para determinar como certas pessoas podem viver e como outras devem morrer. A soberania, ou seja, o poder absoluto do Estado, “é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é "descartável" e quem não é" (Ibid, p.135). Logo, nessa política genocida que acontece no Estado Brasileiro, há diversos projetos de morte que são reforçados pelo Estado, e o abandono de certas populações e a falta de políticas públicas caracteriza algumas destas. Dessa forma, os movimentos sociais procuram construir uma nova cultura orientada para a superação das desigualdades e para a consolidação das liberdades - no sentido de emancipação social e política. Logo, a relação entre ONGs e Movimentos Sociais pode ser muito benéfica para a consolidação de direitos dentro da esfera municipal/estadual.

No que diz respeito a Florianópolis, o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, é uma dessas organizações, uma das mais antigas, que desde sua criação amplia seu impacto a partir da atuação conjunta com sua rede, conseguindo então recursos para a realização de projetos locais, movidos por aquilo que acreditam. A proposta desta monografia é realizar uma etnografia sobre a relação da Organização Não-Governamental (ONG), movimentos sociais e a Prefeitura de Florianópolis (SC). A partir disso, buscar entender como o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos em Florianópolis invoca sensibilidades legais e morais em situações de conflitos na sua relação com(entre) o estado e movimentos sociais? Este trabalho tem como objetivo identificar as práticas sociopolíticas a partir das relações que compõem a atuação do terceiro setor no município e, tomando uma ONG como contexto de interlocução, descreverá, por meio dessa instituição específica, certos modos de operar o acesso (ou não) a direitos por grupos de pessoas em situação de “vulnerabilidade social”² que buscam os seus serviços. Com esse intuito, o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos será o campo de interlocução, ou seja, será através dessa instituição em específico que será possível descrever as possibilidades dessas atuações. Além disso, é sobre também observar como uma ONG pautada em Direitos Humanos sobrevive, reside e resiste por tanto tempo na cidade de Florianópolis.

² Esta é uma categoria nativa, que vem do campo. Vulnerabilidade é um conceito que vem sendo explorado pelas ciências humanas “na busca da compreensão e alerta quanto às dimensões de fragilidade social que incidem sobre populações desfavorecidas ou em condições sociais merecedoras de atenção dos poderes públicos” (MATHEUS, 2019, p. 3). Será novamente abordado posteriormente no texto.

ENTRADA EM CAMPO

Foi durante o ensino médio, mais especificamente no terceiro ano, no Centro Federal De Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, campus Timóteo, que conheci a antropologia em um projeto de iniciação científica³ de sociologia sobre ritos de passagem. Desde lá não larguei a antropologia e esta me fez ser curiosa para as coisas que permeiam meu dia a dia. Durante a minha vida eu participei de algumas Organizações Não Governamentais: o Rotaract, POLITIZE e a AIESEC. Todas essas ONGs trabalham o mesmo problema, a desigualdade, porém de formas diferentes. O Rotaract é um grupo internacional de jovens ligado ao Rotary, que busca demandas na sociedade e faz projetos como forma, ou intenção, de minimizá-los. O POLITIZE é voltado para a educação política para estudantes do ensino público, acredita-se que é com a educação política de qualidade e participação política que se pode transformar a sociedade. Já a AIESEC, é uma organização mundial de jovens para jovens, que busca, através do intercâmbio cultural e profissional, desenvolver as potencialidades/habilidades humanas e minimizar também a desigualdade nos diversos países do mundo através de trabalho em outras Organizações Não Governamentais ou em empresas. Foi o contato com essas organizações que alimentou a curiosidade e me potencializou a estudar as instituições não governamentais.

Bourdieu (1996), ao falar sobre o pressuposto comum que surge quando se fala sobre histórias de vida, que seria tratá-las como algo coerente, quando na verdade não os são, principalmente pelo fato de a vida não seguir uma linearidade, constrói o quão é importante não escolher determinados casos, temas, por sua extraordinariedade, mas sim por sua ordinariedade e como essa trajetória, comum, diz respeito a um campo. Portanto, vejo a escolha desse campo como algo que sempre foi ordinário na minha trajetória, e ao longo da minha jornada se transformou em algo que fosse digno de ser pesquisado. Além disso, Gilberto Velho, em seu texto, *Observando o Familiar* (1987), critica a ideia do familiar ser conhecido, uma vez que nem sempre entendemos as lógicas de suas relações. Nesse sentido ter me envolvido com tais Organizações Não Governamentais e estar pesquisando isto agora, me fez perceber tal afirmação.

³ A ideia era realizar um memorial dos alunos do terceiro ano da instituição. Estes realizaram um trabalho para a disciplina de sociologia onde descreviam as mudanças em suas vidas a partir da saída do fundamental para o ensino médio, a preparação para isso, e também o que sentiam ao estar nessa etapa de busca pela faculdade. A partir desses trabalhos, o objetivo era descrever o que caracterizava essas passagens, e observar como o CEFET era um divisor de águas na vida dos estudantes enquanto um rito de passagem.

De Início, o objetivo era realizar um trabalho que tinha como interesse as ONGs em Florianópolis e como elas invocam sensibilidades legais e morais perante a violência, os direitos humanos e a relação com o Estado, ou seja, contextos nos quais é possível identificar a manifestação de violências e conflitos. O principal interesse era compreender o que é Direitos Humanos e como as desigualdades sociais são compensadas, ou mediadas por essas instituições e pelo Estado. Entretanto, era um escopo de pesquisa muito grande e geral, e durante as conversas de orientação este objetivo foi se modificando até se tornar o que é hoje: uma etnografia de uma organização específica e bem consolidada que se relaciona com diversos sujeitos e atores na cidade de Florianópolis. Essa organização sendo o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, ao se relacionar e atuar na cidade, retrata fatores importantes na antropologia. Como o conceito de rede, moralidades, narrativa, relações de poder e direitos humanos.

Meu primeiro contato com o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos foi em 2018, durante o meu primeiro ano de graduação. Conheci a ONG ao participar de um ato para a luta antimanicomial no centro da cidade de Florianópolis. Foi uma caminhada com tambores e diversos cartazes, em que o ponto final era a sede do Arco-íris e lá teria uma roda de conversa e também apresentação do Baque Mulher⁴. Ao chegar na sede, que se localiza numa encruzilhada no centro histórico de Florianópolis, lembro de pensar que a casa era bastante colorida e parecia um espaço aconchegante, uma vez que em sua principal sala, a qual a porta da rua dá acesso, possuía diversas cadeiras, alguns sofás e diversos materiais espalhados pelos cantos. Esse foi o único contato que tive com o Instituto antes deste trabalho, lembro de ouvir o nome e reconhecer e lembrar desse momento, mas nada além disso.

Quando foi determinado que o trabalho consistiria na etnografia de apenas uma organização, a pergunta de qual, e como eu escolheria alguma, permaneceu. Por fim, minha orientadora, a professora Flavia Medeiros, sugeriu pesquisar o Arco-íris uma vez que é uma organização antiga na cidade (completa 25 anos neste ano, 2022), que possui um vasto histórico de parceria e atuação com o município ao longo de diferentes governos. Outro fator que contribuiu foi a professora conhecer pessoas que trabalhavam na organização, facilitando o contato. Decidimos que queríamos que fosse a organização em questão no início de junho de 2021. Foi um longo processo de negociação até que fosse algo certo. O contato da

⁴ É um movimento nacional, o qual “teve e tem uma atuação essencial ao incentivar mulheres a ecoarem seus tambores e cada vez mais ocuparem os cortejos de carnaval, seja na dança ou tocando qualquer instrumento. Em 2008, nas ruas do Recife Antigo, começou a promover encontros entre as mulheres e meninas da sua comunidade para tocar o maracatu, além de terem momentos de confraternização e lazer.” (BAQUE MULHER FEMINISTAS DO BAQUE VIRADO, 2022)

Flávia não deu certo por diversos motivos, sendo um deles a saída do profissional da organização. Entretanto, no início de julho, durante uma conversa na reunião de orientação em conjunto, uma das orientandas da professora me disse que conhecia alguém que trabalhava lá: A Isadora. Me disseram para mandar mensagem para ela, dizendo quem eu era e que eu participava do NIGS (Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade), e me aconselharam a ler sua dissertação. Tudo isso, uma vez que Isadora é mestre em antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com sua dissertação intitulada *Redução de Danos em Florianópolis: Trajetórias, encontros e políticas* (2018), com foco no Arco-íris, e participou de atividades com pessoas do NIGS durante esse período. Esse contato foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho⁵.

Antes de conseguir mandar mensagem para o novo contato adquirido me dediquei a ler partes da dissertação da Isadora, pelo menos as referentes ao Arco-íris, para haver um campo comum, uma base para a conversa e possibilidade de desenvolver um assunto. Após suas respostas, esta antropóloga foi minha ponte de contato para todo o resto. Em metade de julho entrei em contato com ela, e ela entrou em contato com a diretoria para que fosse possível a realização deste trabalho. Não soube exatamente como Isadora fez isso, ela falava “vou olhar com a diretoria”, “vou mandar para fulano” e eu esperava, algo que foi difícil, pois estava tentando criar uma conexão, mas não queria pressionar para ter uma resposta e entretanto ficava aflita pelo trabalho já não estar sendo feito. Foi um vai e vem, por causa da hierarquia da organização, e um vai e volta. Esse contato, e essa negociação se estendeu até setembro.

Por fim, ainda não havia nenhuma certeza, mas a Isadora, em meados de setembro, me chamou para conhecer, participar, de uma de suas oficinas, as quais na época aconteciam às quartas-feiras na Passarela da Cidadania, no espaço de convivência localizado na Passarela Nego Quirido, no centro da cidade. As oficinas ocorriam às 16:30, mas Isadora pediu que nesse primeiro encontro eu fosse antes para participar de uma reunião em que uma das principais diretoras e fundadoras do Instituto, a Irene - a qual seria responsável por me dar o aval da organização - estaria lá e que eu poderia conhecê-la. Após conhecer a Irene, a psicóloga Luara, e outros participantes da diretoria da organização, o processo de negociação inicial, o qual consistia no aval para o trabalho com essa instituição, caminhou para o fim. Foi a partir desse contato presencial, no meio para o final de 2021, que a verdadeira validação para o trabalho veio. Irene me ligou na semana seguinte, conversamos por alguns minutos e

⁵ Sobre essa relação, será mais desenvolvida nas partes: 2.1. *Dupla Interlocução* e 2.2.2.1. *Oficina de Comunicação e Expressão*, desta monografia.

ela disse que eu poderia sim realizar o trabalho no Instituto. Lembrando que tudo isso aconteceu em meio a pandemia do COVID 19: o Arco-íris estava apenas com dois projetos funcionando, o Centro de Convivência e Cultura (CECCO) e o Resgate Social⁶, ou seja, estava com atuação limitada e seguindo como dava os protocolos recomendado para a pandemia.

METODOLOGIA: “espero que você não coloque tudo que te conto aqui”

A construção etnográfica pode ser variante, excludente ou inclusiva, dentro de diferentes momentos históricos de uma mesma escola antropológica. O fazer antropológico, depende também da relação entre a pessoa que o faz e o sujeito que é feito. É interessante pensar a partir das afirmações de Donna Haraway (1988[1995], p. 34) no que concerne a categoria "objeto", pensando aqui como objetos de estudos “podem parecer ou apropriações de um mundo fixo e determinado, reduzido a recurso para os projetos instrumentais das sociedades ocidentais destrutivas, ou ser vistos como máscaras para interesses, comumente interesses dominantes.”. Há uma necessidade de sair desse tipo de conhecimento rígido e de dominação de um agente ativo sobre um passivo, uma vez que o conhecimento não deve ser tratado como inerte, porque ele próprio também produz, cria e transforma. Além disso, a autora traz o conceito de Saberes Localizados, a partir de uma perspectiva feminista, para pensar na importância de situar a parcialidade em prol da construção de uma objetividade comprometida, responsável e inclusiva, levando em conta que “o lugar de onde se vê (e se fala) - a perspectiva - determina nossa visão (e nossa fala) do mundo” (Ibid., p.14). Logo, me localizo como uma mulher branca, feminista e que participou por cerca de oito anos em Organizações Não Governamentais. Essas instituições me despertam interesse desde minha adolescência, e portanto aqui trabalho com um tema que tenho bastante familiaridade. Neste trabalho de forma geral faço um esforço para estranhar o que me é familiar e observar o que não é, me colocando na escrita e reconhecendo os meus limites. De forma que minha parcialidade ainda seja objetiva.

Houve um longo percurso para que o campo fosse iniciado. O trabalho de campo e, portanto, esta monografia só foi possível de ser realizada a partir do contato de alguém interno

⁶ Projeto ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social. Consiste em uma van que atende a população em situação de rua pela cidade de Florianópolis. Será abordado na parte 2.2.1. *Resgate Social*.

da organização e a partir deste ir conhecendo pessoas da rede: voluntários, funcionários e diretoria. Após uma longa negociação, este trabalho teve três fases de pesquisa:

1. **O trabalho de campo:** este foi separado em duas partes, ambas relacionadas somente ao projeto Centro de Convivência e Cultura (CECCO), infelizmente não consegui acesso ao Resgate Social para compor as análises deste trabalho. Logo, a primeira parte ocorreu de 23 setembro a 15 de dezembro na Passarela da Cidadania, nas oficinas do projeto do Centro de Convivência. Participei de cinco (5) oficinas, destas, quatro (4) sendo de Comunicação e Expressão, e uma (1) sendo de Teatro. Nesse espaço de tempo também participei do evento Abraça Arco-íris, responsável pela arrecadação de fundos para a organização, realizado em quatro de dezembro. Totalizando seis oficinas e um evento. A segunda parte do campo, ocorreu durante o mês de maio em um novo formato, as oficinas passaram a ser descentralizadas e o Centro de Convivência e Cultura deixou de ser um local fixo - na passarela Nego Quirido. Neste formato haviam quatro oficinas que ocorriam em dias fixos em cada região da cidade, sendo estes no continente, centro, sul da ilha e norte da ilha. Consegui participar de três ao longo do mês, sendo estas: *Oficina de produção de Stencil, estampanaria e costura criativa*, nas quartas de manhã no CAPS AD do continente; a *Oficina de Artesanato, Bonecos e Estampanaria*, nas quintas feiras a tarde na Paróquia Nossa Senhora do Mont Serrat; e a *Oficina de Artesanato (Diversas Técnicas)*, que ocorria no Conselho Comunitário Fazenda Rio Tavares nas sextas a tarde. Destas, ao longo do mês participei de onze (11) oficinas, sendo quatro (4) no continente, três (3) no Mont Serrat e quatro (4) no sul da ilha. Além disso, no mês de maio, participei de forma online em três (3) reuniões do projeto, o qual contava com a participação da coordenadora do projeto, osicineiros e os estagiários. No total foram 16 oficinas.

2. **Pesquisa Online:** Foi realizada a pesquisa online com suas redes sociais (página na web, instagram e facebook) a partir de agosto. Este foi um espaço de análise, busca por materiais, além da dedicação à bibliografia. “A etnografia celebra o envolvimento da pesquisadora em todo o processo de engajamento com o campo, juntando/coletando dados e interpretando os resultados” (HINE, 2020), sendo o ambiente online um desses processos. De acordo com Christine Hine (2020, p. 4), um etnógrafo na era da *Internet* deve desenvolver conhecimento através do “estar, fazer aprender e praticar”, visto que no mundo “cheio de mídias, a associação próxima pode vir a significar **proximidade por meio de interações mediadas** e a etnografia precisa estar pronta para se adaptar a essa forma de proximidade” (Ibid, p. 4, grifo meu). Portanto, a pesquisa online, se iniciou devido ao contato tardio com a Isadora, até começar o campo em novembro, como forma de conhecer mais a organização e

sua rede de contato. Foi também uma forma de me manter próxima a organização através desse *ambiente*. De acordo com Leitão e Gomes (2017, p. 42) "tratar as plataformas digitais como 'ambientes' foi um passo decisivo, considerando o fato de que um ambiente se define como tal por estar associado à própria ideia de vida". Assim, ao falar em ambiente para se referir ao campo online é discutir e apresentar sobre "como as plataformas são incorporadas num fluxo de socialidades que não está restrito aos limites técnicos do programa, site ou aplicativo" (Ibid, p. 62), mas dizem respeito aos sujeitos e a sociabilização.

3. **Entrevistas:** entre maio e junho foram realizadas seis (6) entrevistas com fundadores, dirigentes e oficinairos. Sendo estes: Luara, psicóloga e coordenadora do projeto Centro de Convivência e Cultura; Cátia, oficinaira de Artesanato (Diversas técnicas); Irene, atual secretária; Diomar presidente; Ademar diretor de projetos e Isadora, a qual já foi oficinaira do CECCO e agora é agente administrativo deste mesmo projeto. Devido a pandemia do COVID-19, duas destas entrevistas foram feitas de forma remota, e a maioria foram em encontros presenciais realizados dentro ou próximo da sede do Instituto Arco-íris. As entrevistas foram montadas de forma semi-estruturada, ou seja, foram separadas categorias, como por exemplo vida social, vida profissional e questões subjetivas em relação a ONG e outros agentes. Dentro dessas categorias haviam algumas perguntas gerais estruturadas, com a possibilidade de criação ao longo das entrevistas. Em algumas dessas entrevistas cheguei a fazer apenas uma pergunta das que tinha estruturado e o resto foi aparecendo perante a fala dos interlocutores. Construindo de tal forma uma conversa com os interlocutores e os deixando mais livres para falarem o que achavam pertinentes, de forma também a tentar minimizar os desconfortos, resistências e relações de poder que a entrevista pode trazer, assim como aponta Bourdieu em seu texto *Compreender* (2001).

Além disso, a monografia se fez majoritariamente em campo, no qual as conversas informais foram carregadas de possibilidades de trabalho. A possibilidade, perspectiva, do meu trabalho dependeria das relações pessoais que vim a desenvolver, como afirma William Foote-Whyte (2005), independente das explicações que desse sobre o meu trabalho. O autor, em seu texto *Treino em observação participante (anexo 6)* explica o quão crucial é ter o apoio dos *indivíduos-chave* da organização estudada. Felizmente posso dizer que tive o apoio dessas pessoas no meu campo e realmente foi importante para a pesquisa. Foote-Whyte em seu texto fala da diferença entre o *indivíduo-chave* e o *colaborador da pesquisa*, na qual o primeiro se destaca por suas informações privilegiadas sobre a instituição e o segundo se relaciona a partir do campo. Aqui considero *indivíduos-chave*, aqueles em que eu discutia abertamente os problemas e questões que me afligiam, ou seja, os diretores que conversaram comigo, os

oficineiros que me receberam em suas oficinas e me apoiaram e tiraram minhas dúvidas e até mesmo os estagiários, os quais possuíam uma visão mais ampla da organização. Os *colaboradores da pesquisa* seriam então os usuários do serviço, os quais através de suas participações e conversas informais colaboraram exacerbadamente para este trabalho. Os quais possibilitaram que eu sentasse e ouvisse e que me deram “respostas às perguntas que nem mesmo teria tido a ideia de fazer” (FOOTE-WHYTE, 2005, p. 304).

Assim como William Foote-Whyte (2005, p. 304) aprendi que “as pessoas não esperavam que eu fosse exatamente igual a elas; na realidade, estavam interessadas em mim e satisfeitas comigo porque viam que eu era diferente, bastava que tivesse um interesse amigável para elas.”. Nesse sentido, eu tentava participar das oficinas, mas havia um grande esforço em ser “útil” naquele local. Logo sempre arrumava os espaços das oficinas, buscava café se necessário, chamava as pessoas para as oficinas. Tentava me misturar e conversar com os usuários, mas era claro que eu era diferente. Não era usuária mas também não conseguia passar por estagiária, era a pessoa que estava desenvolvendo a pesquisa. Mas apesar disso, o meu participar era bem participativo, tentava não ser só alguém que observava, mas alguém que aprendia e ensinava e que principalmente compartilhava aqueles espaços com eles.

Para além daquele espaço, o diário de campo foi de extrema importância. Eu possuía dois diários de campo. O caderno que levava em todas as minhas ‘aventuras’ de campo: raramente conseguia escrever nele ao longo do dia, as vezes abria ele no meio do campo para anotar alguma frase de alguém. Raramente conseguia pegá-lo e mesmo quando conseguia, eu não queria ser a pessoa com o caderno na mão e criar essa distância com os usuários. O outro diário, era aquele feito posteriormente já digitalizado. No qual eu chegava e escrevia tudo o que aconteceu no dia, tentando lembrar dos mínimos detalhes. De acordo com Florence Weber (2009, p. 157) o diário é composto de notas heterogêneas, e os materiais que são censurados deste “não são da ordem do íntimo, mas da ordem do não (ainda) inteligível”. Desta forma, é o diário de pesquisa de campo, no meu caso esses dois, que “permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles” (Ibid, p.158). Ou seja, é no pós, com o diário de campo, este excluído de sua ingenuidade, hipóteses inúteis e enganos, que o trabalho de pesquisa é possível.

Uma escolha metodológica que tange a escrita é o anonimato de meus interlocutores. Com exceção da Isadora, visto que há um tópico no capítulo 2 - *2.1 Dupla Interlocução*, sobre ela e o seu duplo papel perante esta monografia. Claudia Fonseca (2008) em seu texto, *O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’*, implica

que a forma como nomeamos os participantes, colaboradores, as pessoas presentes em nossos trabalhos, diz respeito a qual etnografia estamos propondo. Dessa forma, “o anonimato das personagens no texto etnográfico não implica necessariamente numa atitude politicamente omissa do pesquisador. Muito pelo contrário.” (Ibid, p.42). A autora constata em seu texto que nomear os personagens não aumenta a *verossimilhança* dos dados etnográficos e que “o uso de nomes verdadeiros no meu texto não devia trazer repercussões negativas nem para os protagonistas do texto, nem para seus descendentes (Ibid, adaptado, p.43). O uso de nomes verdadeiros e formas de identificação concreta pode colaborar para que a frase do interlocutor seja posta fora de contexto. Para a autora, a etnografia busca “provocar uma reconfiguração das próprias narrativas hegemônicas que tanto contribuem para a perpetuação dessas estruturas (de poder)”, obrigando o leitor dessa forma “a repensar seu sistema de classificação” (Ibid, 46) e para isso, a nomeação dos autores não se faz essencial. Portanto, Claudia Fonseca (2008, p. 49), propõe que “o anonimato seria a maneira do antropólogo assumir sua responsabilidade autoral vis a vis das pessoas que colaboram na pesquisa, além de avançar uma determinada concepção de antropologia.”. Dessa forma, neste trabalho os nomes dos colaboradores do Instituto Arco-íris e dos usuários foram trocados de forma a preservá-los. Entretanto foram criados nomes fictícios como forma de facilitar a narrativa. Os cargos, porém, fazem jus à realidade e a exposição destes foi negociada com os interlocutores.

Além disso, nesta monografia, foi brevemente utilizado do recurso do desenho etnográfico (KUSCHNIR, 2019), uma vez que este “contribui positivamente para a pesquisa antropológica e vice-versa: pesquisar antropológicamente contribui para desenhar o mundo à nossa volta. Tanto a antropologia como o desenho são modos de ver e também formas de conhecer o mundo.” (Ibid, p. 334). Confesso que gostaria de ter explorado mais esse recurso, e até desenhei bastante durante o campo, buscando a partir do desenho dar “ênfase a experiência, no campo, no "eu estive lá" (Ibid, adaptado, p. 334). Este me ajudou a fazer o que a autora Karina Kuschmir (2019) expressa em seu texto quando diz que as imagens facilitam a assimilação de idéias, além de meus desenhos nas oficinas de pinturas também colaboraram para a aproximação com outros interlocutores. A autora em seu texto *Desenho etnográfico: Onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo* (2019, ibid), apresenta então “11 potenciais usos do benefício do uso do desenho na etnografia”. Ao utilizar essa ferramenta durante o trabalho de campo, me identifiquei com os seguintes pontos:

5 - O desenho é uma ferramenta essencial para documentar e analisar informações espaciais de locais de pesquisa (mapas, rotas, vistas e panoramas)

6 - O desenho ajuda a renovar o olhar do observador, gerando novos pontos de vista.

7 - Desenhar ajuda o observador a ver e ouvir coisas novas

Uma vez que estes me ajudaram a me localizar espacialmente durante as oficinas, realizei plantas baixas dos espaços e através destas também consegui observar como os interlocutores interagem com os espaços (consequentemente gerando esses novos pontos de vistas como mencionado no ponto 6). Através do desenho também, ao deixar minha cabeça e mão divagarem no papel, meu ouvido se tornava mais atento, conseguindo ouvir e observar coisas novas, como aponta o número 7.

No que diz respeito à pesquisa antropológica, especialmente à etnografia, estamos em constante contato com o outro e isso demonstra o quanto devemos ter cuidado e nos atentar para o que escrevemos, como escrevemos e de que forma chegamos a tal compreensão. Questões como: alteridade, diálogo, participação observante e observação participante, intersubjetividade e interpretação, trazidos por Roberto Cardoso de Oliveira (1996) e Ruth Cardoso (1986), são conceitos que estarão presentes durante todo o desenrolar da pesquisa. De forma que os sentidos olhar e ouvir (e o escrever) se façam presentes durante todo o percurso, seja esse online ou não.

ORGANIZAÇÃO DA MONOGRAFIA

Este trabalho foi organizado de forma a destacar como o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos atua na cidade de Florianópolis e, a partir de seu trabalho, evoca sensibilidades legais e morais perante seus interlocutores. Apresenta primeiro a instituição e questões relacionadas, logo após a experiência etnográfica e eventualmente seus conflitos e moralidades.

No primeiro capítulo, é apresentada a Instituição Arco-íris, sua militância e fundação a partir da política ou perspectiva de redução de danos e enquanto uma ONG AIDS⁷, que foi se transformando até trabalhar com as mais variadas populações. Apresenta também como seu diálogo com outras instituições acontece desde sua fundação e estas são essenciais para criar a rede de apoio (organizações diversas, prefeitura, estado, funcionários) que circunda a

⁷ AIDS significa Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e é o estágio mais avançado após adquirido o vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). A transmissão do HIV se dá por meio da troca de fluidos corporais como, por exemplo, sangue (como no compartilhamento de seringas), secreções vaginais e sêmen através do sexo desprotegido, leite materno, entre outros (UNAIDS Brasil, 2017).

organização atualmente, tendo contribuído para a sua atuação por 25 anos na cidade de Florianópolis. De maneira a trazer uma contextualização da instituição desde sua criação até os dias atuais, é apresentado questões relacionadas à pandemia do COVID 19 e como esta transformou os projetos do Instituto.

No segundo capítulo, é feita a descrição etnográfica da atual atuação do Arco-íris, atividades que acompanhei durante o campo. A instituição funciona como uma multiplicação do território através de seus projetos: Resgate Social e Centro de Convivência e Cultura. Ademais, é apresentado como esta organização contribui para uma transformação do modelo de saúde, deixando de ser algo apenas medicamentoso para uma atuação voltada ao indivíduo, e principalmente indivíduos que estão à margem na sociedade. É apresentado, assim, seus projetos e oficinas, com as especificidades de cada um destes, de forma a demonstrar como as dimensões pessoais e sociais dos usuários são exploradas durante as oficinas a partir do acolhimento e escuta qualificada. Demonstra também as diferentes formas de interagir nesse espaço, e quais desafios e conflitos cada possibilidade evoca.

No terceiro e último capítulo são abordadas questões de direitos humanos, narrativas, moralidades e emoções. Portanto, é feita uma análise de como a narrativa é construída enquanto um evento traumático na vida dos usuários. Evento este marcante e que perpassa o cotidiano, mas do qual os sentimentos demonstram sofrimentos. Para além disso, é a partir do trabalho feito pela organização que é possível o acesso a essa dimensão das emoções nos usuários, bem como sua expressão, sendo esta uma maneira pela qual esses indivíduos compreendem o universo social e reforçam sua construção de pessoa. Dessa forma, uma vez que são encorajados a refletir sobre essas questões nesse espaço, há um trabalho por parte da organização e de seus funcionários de demonstrar que essas pessoas são sim dignas de humanidade através do cuidado, da escuta e da convivência. Logo, a partir do contato com esses serviços, é exposto como essa população invisibilizada apresenta suas buscas por direitos.

CAPÍTULO 1 - O INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS

O Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, uma organização sem fins lucrativos, nasce da militância e da trajetória pessoal de Ademar, um dos seus principais fundadores. Ademar veio do Movimento Estudantil, e desde sua adolescência já era filiado a um partido político, isso contribuiu para amarrar sua trajetória a diversos movimentos e associações. Teve experiência com a fundação de outras organizações, como a ADEDH (Associação de Defesa dos Direitos Homossexuais) e também possuía uma grande bagagem voltada ao Carnaval, bagagem essa que se refletiria nas atuações do Instituto. Em seu relato, Ademar conta que já conhecia a redução de danos, “que era basicamente o programa de troca de seringas, para o consumo de drogas injetáveis naquele momento. Agora o conceito está mais amplo e se aplica em outras áreas. Mas chegou no Brasil por essa necessidade da epidemia da AIDS”, e trabalhava com ela em partes na ADEDH, uma vez que a organização trabalhava com travestis e eles faziam um trabalho de prevenção, chamado *Arrastão da Vida*, no qual saiam com um carro pelas ruas do centro da cidade distribuindo preservativos. Ele foi para Santos, fez um acompanhamento do trabalho de redução de danos lá, e como Florianópolis disputava com algumas cidades o maior número de casos de AIDS devido a transmissão por compartilhamento de agulhas, “isso ficou na minha cabeça”. Ademar relata que retorna a Florianópolis após esse contato com a redução de danos em Santos e:

Eu tinha cara de camisinha, então eu ia para a rua e as pessoas “ah Ademar, tu tem que fazer o trabalho”. Aí eu conheci o pessoal do programa estadual de AIDS, naquele complexo que era o antigo departamento de saúde pública, não havia o SUS, não era uma oferta universal em saúde pública. E aí uma hora a coordenadora do programa estadual de AIDS, hoje já é aposentada, claro, ela disse “Ademar, eu te conheço gosto muito de ti, e muito do teu trabalho mas eu não posso ficar te entregando caixas e caixas de camisinha como pessoa física, tens que te organizar”. E eu não queria naquele momento ter que voltar a chamar ADEDH, reorganizá-la e tal porque eu acho que restringiria muito as possibilidades e eu não queria ficar num gueto. E hoje, o movimento LGBT é uma coisa muito mais ampla para condição, mas naquele momento era muito gueto e eu não tinha problema de estar lá, mas eu não queria colocar todas as minhas energias, os meus ovinhos, naquela cesta só. E aí “ah então vamos criar uma ONG”, chamei as pessoas e assim surgiu o Arco-íris em fevereiro de 97”

Portanto, o Arco-íris surge de uma necessidade a partir da atuação em redução de danos, mas se torna abrangente com o passar dos anos tanto em atuação como em populações.

De acordo com o Estatuto Social (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2019), a organização tem como finalidades:

- I - A ampla defesa dos Direitos Humanos com base na declaração Universal da ONU;
- II - A promoção da assistência social e do voluntariado;

- III - A promoção gratuita da saúde e educação;
- IV - A promoção de segurança alimentar e nutricional;
- V - A promoção da arte e cultura, a defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, material e imaterial, e ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável, a promoção da ética, da cidadania, do exercício dos direitos humanos, da liberdade de expressão e o uso de tecnologias disponíveis para cumprir este fim, bem como o desenvolvimento de metodologias e criação de instrumentos para democratizar e promover o acesso de setores populares da nossa sociedade a essas finalidades.

Para desenvolver suas atividades observará os princípios de *legalidade, impessoalidade, moralidade, ética, publicidade, economicidade da eficiência, e não fará quaisquer discriminações de raça e etnia, cor, gênero, identidade de gênero, religião, sexo, orientação sexual, política, filosófica e ideológica*. E se dedica às suas atividades através de projetos e metas *por meio de doação de recursos físicos, humanos, financeiros e logísticos, ou prestação de serviços intermediários a outras organizações públicas e privadas que atuem em áreas afins* (Ibid). Portanto, desde sua fundação, em seu estatuto, prevê uma captação de recursos, humanos e materiais, através de organizações que estejam dispostas a compor com sua atuação às populações em situação de “vulnerabilidade”. Dessa maneira, apesar de atuar com diversas populações, existe uma espécie de foco na atuação com as populações “mais vulneráveis”.

Vulnerabilidade é um conceito *multidimensional* como aponta Livia Rejane Schumann (2014) em sua dissertação *A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético*. Portanto, com o intuito de demonstrar tal multidimensionalidade desse conceito, a autora relaciona diversas abordagens sobre vulnerabilidade apresentadas em diversos estudos. Já no referencial teórico de sua dissertação, Schumann apresenta seis diferentes enfoques teóricos para a vulnerabilidade, sendo eles: (1) A vulnerabilidade sob o enfoque da teoria da interdependência; (2) das ameaças dos agentes químicos; (3) dos riscos naturais e ambientais; (4) da não garantia dos direitos; (5) o teórico do social e (6) o enfoque epidemiológico da saúde. Sobre a vulnerabilidade sob o enfoque teórico da não garantia dos direitos fundamentais:

Temos que a vulnerabilidade ocorre quando os direitos são restringidos, independente da sua dimensão. A vulnerabilidade se faz presente quando o indivíduo **não tem direito** a um bom sistema de saúde, a uma habitação digna, a um sistema educacional em boas condições, a ter participação política, enfim, **quando o exercício da sua cidadania não é garantido**. (SCHUMANN, 2014, p. 18, grifo meu)

Sobre a vulnerabilidade com o enfoque teórico social a autora traz que:

No final do século vinte a vulnerabilidade social era percebida como causada por fatores que representavam algum tipo de sistema de privação, entre eles desigualdade, exclusão, insegurança alimentar, falta de moradia e pobreza (CHAMBERS, 1989; MOSER, 1998; ADGER; KELLY, 1999; PELLING, 2003; WISNER et al., 2004) e a natureza da vulnerabilidade social dependia do tipo de perigo ao qual o indivíduo ou grupo social estava exposto. (Ibid, p. 21)

Portanto, vulnerabilidade diz respeito a uma dimensão da fragilidade social, onde as condições sociais são diferentes e portanto merecedoras de atenção dos poderes públicos e estão amplamente ligadas a desigualdade social. Logo, pessoas em situação de vulnerabilidade social aqui proposta dizem respeito àqueles indivíduos que não possuem o exercício de sua cidadania e direitos garantidos. Apresentei esses dois enfoques como propõe Schumann (Ibid), uma vez que são os que mais se aproximam das populações que o Instituto Arco-íris tem atuado.

Fundada em 25 de fevereiro de 1997, trabalha principalmente com “a prevenção das infecções de transmissão sexual (ITS), HIV/AIDS, redução de danos associados ao uso de drogas lícitas e ilícitas, promoção da cidadania e direitos humanos junto a populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social”.⁸ Para todos esses temas, trabalham realizando projetos, promovendo rodas de conversas, apresentações e exposições sobre diferentes temas. "O Instituto Arco-íris, além da experiência do Programa Municipal de Redução de Danos como instituição parceira da Prefeitura Municipal de Florianópolis, atuou em outras frentes, com outros projetos, que não prescindiram da redução de danos, pensada não só para ‘álcool e drogas’, mas de um modo mais amplo, no sentido de uma ‘**redução de danos sociais**’." (FONSECA, 2018, p. 134, adaptado, grifo meu).

A criação do Instituto Arco-íris deu-se início com um grupo bem diverso de pessoas: militantes, profissionais da saúde, profissionais do sexo, entre outros, e seu símbolo, juntamente com o seu nome, visam representar o sentido mais geral da “diversidade” (Ibid, p. 83). Como relatado por Ademair a seguir:

Ok e era para ser instituto beija flor segundo meu, beija flor, tínhamos logotipo e tudo mais a gente resolveu fazer um brainstorm de forma, uma tempestade de ideias com quem estava na reunião e alguém sugeriu Arco-íris, as pessoas gostaram, eu não queria porque eu não queria justamente ficar vinculado com o momento LGBT e o Arco-íris (o símbolo e nome) era muito LGBT. Mas a gente entendeu que não haveria problema nenhum em trabalhar com a população LGBT. Só que o nosso arco-íris é o arco-íris das sete cores que é ela que representa a **diversidade**, tem mais o preto, né? Que a gente incorporou inclusive está no logotipo. (grifo meu)

⁸ Disponível em seu site (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021d)

Figura 1 - Logo do Instituto Arco-íris



Fonte: Instituto Arco-íris de Direitos Humanos

A organização é bem diversa. Diversa em sua atuação e nas populações nas quais busca atender. De acordo com o presidente da organização, Diomar, são basicamente “cinco populações em vulnerabilidade”, populações estas nas quais eles estão “de olho no dia a dia para atender e para tentar viabilizar o serviço”: (1) “as pessoas em situação de rua; (2) as pessoas com sofrimento mental, da saúde mental; (3) os(as) profissionais do sexo; (4) imigrantes e (5) as pessoas privadas de liberdade (PPL)”.

Desde seu início, com uma criação voltada para a redução de danos - “considerada uma política voltada para aquelas pessoas que não querem ou não conseguem parar de usar substâncias psicoativas e não tem como mote necessário a abstinência, seja como meio, seja como o fim” (FONSECA, 2018, p. 11); a organização passou por diversos desafios perante as várias instâncias do Estado, principalmente os programas municipais e estaduais de AIDS, e a polícia federal. Entretanto, perante a Prefeitura Municipal de Florianópolis, a situação era diferente, uma vez que esta “demonstrara interesse e estava impossibilitada de contratar diretamente, assim, fez-se um convênio com o Instituto Arco-íris e a redução de danos começou a acontecer, o que teria perdurado durante as duas gestões de Ângela Amin” (Ibid, p.83, adaptado). Nesse sentido, desde sua criação, o Instituto Arco-íris possui diversas parcerias e fontes financiadoras, como por exemplo: Convênio Secretaria Municipal de Saúde (SMS) - Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e Política Nacional de Doenças sexualmente transmitidas (PN DST⁹) e Aids, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Governo do Estado, sindicatos; APAGA¹⁰, Secretaria da Saúde do Estado, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), UNESCO, Prefeitura Municipal de

⁹ DST - doenças sexualmente transmitidas, é o termo usado no site da instituição e em seus documentos, entretanto é um termo em desuso que agora é substituído pela terminologia de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), uma vez que destaca a possibilidade “de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sinais e sintomas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)

¹⁰ Em seu site apresenta apenas essa sigla ou palavra, e não consegui identificar ao que se refere.

Florianópolis e Convênio PMF e recursos próprios (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021). Para que possam de tal forma trabalhar com mulheres, travestis, homens no sistema prisional, adolescentes em “situação de vulnerabilidade”, moradores de rua, usuários de drogas (injetáveis ou não), entre outros, em cada projeto realizado.

Porém, além de um relacionamento pautado em uma parceria até os dias de hoje com a Prefeitura de Florianópolis, seus projetos também contam com o diálogo com os Movimentos Sociais do município. A cidade de Florianópolis em si, na visão da Isadora, minha principal interlocutora que trabalha no Arco-íris há mais de 4 anos, possui uma história de projetos, de parcerias e um diálogo acima da média com a sociedade civil e durante seus 25 anos de existência, o instituto é uma dessas organizações que compõem diálogo constante com o Estado. Antes da pandemia, além do Centro de Convivência da própria ONG, existiam diversos encontros de diferentes grupos dentro do Arco-íris, sendo estes os ensaios do Baque Mulher, Africatarina, encontro de representantes das afro-brasileiras, do Hacker Ativismo, da velha guarda do samba, e o TainhaFest. Além disso, Isadora afirma em uma de nossas conversas que:

O Arco-íris sempre foi esse lugar de congregação e de múltiplos agentes e atores da cidade de Florianópolis. Então, porque sempre foi um espaço aberto para muitos grupos. Sempre aconteceram várias coisas lá dentro, independente de estar nesses projetos. Não necessariamente ligados com a prefeitura, ou então com o estado, mas o Arco-íris é um lugar bem, bem interessante assim na cidade, por congregar mesmo diversos atores e movimentos da cidade, movimentos sociais para além das parcerias mesmo e dos projetos.

Dentre os Movimentos Sociais que a Instituição dialoga, é destaque o Movimento da População de rua (conhecido como pop rua) - o qual luta pelos direitos das pessoas em situação de rua, e o Movimento LGBTQI+. Esse diálogo fica evidente através das postagens do instagram da ONG (@instituto_arcoiris), onde a maioria de suas atividades, oficinas, encontros, contam com a participação de integrantes desses movimentos. Desde o início da pandemia do COVID-19 a atuação do Arco-íris se encontra limitada e seus projetos em andamento são principalmente voltados ao diálogo com o “movimento Pop rua”. Logo, durante esse período, houve uma grande aproximação com o movimento e também certo destaque com o trabalho que realizavam com ele.

O Arco-íris conta com dois projetos em andamento, o Resgate Social e o Centro de Convivência e Cultura. O Resgate Social, também chamado apenas de "Resgate", é um projeto que a instituição “tem tocado” desde o ano passado ligado à Secretaria de Assistência Social de Florianópolis, no qual atuam na “cidade toda” através de uma van que atende a população de rua. Já o Centro de Convivência e Cultura é um projeto ligado a Secretaria de

Saúde Mental, que entre 2020 e final de 2021 teve suas atividades realizadas na passarela da cidadania (também conhecida como Passarela Nego Quirido), onde são abrigadas pessoas em situação de rua e para quem atividades e oficinas para a promoção de saúde mental foram voltadas. Desde o início de 2022, o Centro de Convivência se desvinculou da passarela e passou então a atuar de forma descentralizada na cidade até a retomada da sede do instituto. Esse diálogo entre ONG, Movimentos Sociais e Estado, como entre Arco-íris, “Movimento Pop Rua”, e Prefeitura de Florianópolis, é possível através da liberação de editais por parte da prefeitura, ligados a alguma secretaria específica. A organização que se aplica a tal edital e portanto fica responsável por determinada atuação, confecciona relatórios como forma de prestação de contas, atuando conjuntamente com os Movimentos Sociais - na mesma medida em que, na teoria, estes pressionam a prefeitura para mais verbas, para a realização de projetos.

Essas “minorias” auxiliadas nessas relações, que na verdade são apenas minorias sociológicas, como aponta Balandier (1993), possuem um caráter “inerente a uma certa forma de ser dentro da sociedade global, ele implica essencialmente uma relação de dominado à dominante” (Ibid, p. 116). Portanto, esse diálogo, como apresentado anteriormente também é permeado por relações de poder, visto que é um jogo político que ocorre entre ONG, movimentos sociais e Estado, uma vez que apresentam principalmente em Florianópolis, um papel singular - forma singular, da prefeitura de agenciar e manipular o terceiro setor: o que tira da prefeitura a responsabilidade, e terceiriza para a ONGs a parte da ação.

As Organizações do Terceiro-Setor ao se posicionarem contra os serviços estatais, de acordo com Aline Maria de Melo Batista (2007):

terminam corroborando a reforma estatal que visa à retirada do Estado do protagonismo social em conformidade com o projeto neoliberal. Mas, quando essas mesmas organizações adotam uma postura crítica, em parceria com os movimentos sociais, assumindo ações politizadas que visam, de fato, a emancipação humana, é possível visualizar seus esforços para a construção de uma hegemonia contrária a neoliberal. [...] **Contudo, o Estado não deve se eximir das responsabilidades no trato das questões sociais, deixando-as a cargo da sociedade civil organizada, primeiro porque a instabilidade das ONGs as impede de dar conta dessas questões e, segundo, porque o Estado tem por obrigação zelar pela dignidade da pessoa humana, seja ela homem ou mulher.** (p. 8, adaptado, grifo meu)

Portanto, o diálogo entre Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais tem muito a contribuir um com o outro para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a sociedade, contanto que o Estado não se anule completamente de suas obrigações e que os Movimentos Sociais e as Organizações Não Governamentais trabalhem rumo a contra Hegemonia do estado, na mesma medida em que mantenham as suas autonomias. No Brasil

em especial, existem populações e pessoas que necessitam de políticas públicas específicas, como por exemplo as mulheres, os negros, as pessoas da comunidade LGBTQI+, entre outros, uma vez que o país apresenta uma grande violência e disparidade de tratamento com esses indivíduos. Dessa forma, no diálogo entre Movimentos Sociais e ONGs, os Direitos Humanos, termo tão complexo no Brasil, podem achar uma forma de se ajudarem a consolidar, através de reivindicações e atuações concretas.

O diálogo entre essas instituições, têm muito a colaborar com o desenvolvimento da cidade. Principalmente a respeito da parte judicial promovida pelo Estado Brasileiro, que pela forma única a qual atua contribui para que o espaço urbano seja constituído de múltiplas relações de poder. Relações de poder que determinam quem são aqueles possuidores de direitos, já que no Brasil, direito se torna um privilégio (CALDEIRA, 1991; FONSECA, CARDARELLO, 1999; LEMOS, 2019), ou seja, certas pessoas não devem tê-lo, principalmente se essa pessoa é negra, pobre e se encontra em bairros periféricos, ou em situação de rua. É na medida em que reforça essas categorias de desigualdades que o Estado não chega à população como um provedor de direito, mas sim como apenas um provedor de controle social, controle esse seletivo e exclusivo para a elite brasileira. E portanto, como forma de apaziguar isso e constituírem políticas públicas que realmente atendam às necessidades dessas populações, essa relação tem muito a contribuir. O trabalho em conjunto dos Movimentos Sociais e ONGs, a sociedade civil organizada, podem então ser peça fundamental para os processos de reconhecimento de direitos entre os sujeitos e de promoção de condição de vida digna para uma parcela mais diversa e abrangente da população.

Nesse sentido, para além de tudo que fazem, com quem dialogam, e estas diversas possibilidades, algo que se destaca sobre o Instituto Arco-íris é o espaço no qual se encontram. De acordo com Diomar, “Florianópolis tem uma carência muito grande de gente para militar, espaços para as pessoas se reunirem. Isso aqui é um espaço no centro e tal. Então, aqui reúne todos os outros movimentos da cidade”. Reforçando esse ponto, Cátia, funcionária da instituição destaca que:

Eu acho que o Arco-íris é um ponto fundamental, estratégico assim, tanto por essa questão do território que a gente falou, tanto por esse modelo de cuidado que a gente defende, né? Que é um modelo de cuidado desinstitucionalizado. Então cê entra aqui você não precisa pedir autorização para participar e não precisa ter encaminhamento para chegar, você tá afim de compor, você vai compor né? E acho que tem esse quesito político assim. Então se alinha a uma perspectiva de cuidado com uma com acesso ao fortalecimento dos usuários enquanto formuladores das políticas, né? Então, você tá aqui no arco íris você sabe, fica sabendo, que vai ter uma marcha do orgulho louco aqui na rua, que vai ter uma assembléia popular, que vai ter né, tipo é o momento de fazer esse controle social acontecer também, eu acho de uma maneira mais orgânica né.

Logo, a instituição se destaca enquanto ponto de cultura na cidade, que abarca diversos movimentos e atividades. Na mesma medida em que colabora para as atividades na cidade, reforça e destaca seu lugar enquanto entidade atuante e presente na cidade há 25 anos.

Pretendo, portanto, neste capítulo fazer uma recapitulação da atuação do Instituto Arco-íris, até os dias atuais, enquanto uma entidade que está sobrevivendo e resistindo a um momento tão difícil quanto a pandemia. Mas também demonstrar quem são seus usuários, como funcionam suas redes sociais e sua rede de apoio.

1.1. 25 ANOS DE INSTITUTO ARCO-ÍRIS

Tu me perguntou como que a gente sobreviveu esses anos todos. Tem um grande lance pra gente aqui. *Escrevendo no papel (UFSC)*. Isso aqui, *circulando o nome da UFSC no papel*, nós banca há vinte e cinco anos. É... nunca nos deu um centavo assim. Mas esse espaço é deles. (Presidente do Arco-íris)

Quando perguntado porque dava crédito a Universidade Federal de Santa Catarina à possibilidade de história da organização, sobrevivência de 25 anos e como chegaram ao acordo sobre o uso prédio da Universidade, local tão importante como relatado, Diomar narra que:

Isso aqui tava abandonado. Nós chutamos a porta e ocupamos. Isso aqui é uma ocupação. Eles levaram quinze anos na justiça pra conseguir nos tirar. Nós tínhamos uma advogada que conseguiu. Depois de quinze anos nós fomos expulsos aqui na justiça ... (suspiro) Cada um acredita nos seus deuses, nas suas energias, né? Mas eu não acredito em coincidências, né? Aconteceu uma coincidência de justamente depois que fomos expulsos, o reitor, era uma reitora, e era uma reitora de esquerda, não lembro o nome dela mas já lembro. E essa reitora, como sendo expulsos, eu disse ‘vou pedir uma audiência com ela’. Todo esse trabalho aqui é feito na cidade por nós, mas ninguém tá fazendo isso. Tá, tem alguém que faz isso aqui e ali, mas a maioria, isso aqui só nós fizemos ainda. Roselaine que era a reitora da UFSC. Então falei com ela ‘tu aí, vai ser responsável por todo esse trabalho acabar’ e ela chegou e falou ‘pelo amor de Deus, eu não tenho nada a ver com isso’, e eu disse: ‘Tem. Porque quem tá nos expulsando é a UFSC e você é a reitora’. Ela falou ‘não mas eu tenho a ver com isso quem entrou com esse processo com vocês foi uma reitora a’ e eu disse ‘tu é a reitora tu responde pela UFSC quem está nos expulsando aqui é a UFSC então tu vai ser A responsável’. E ela disse ‘pelo amor de Deus não façam isso comigo não posso ficar com essa responsabilidade’. E aí ela chamou o jurídico da reunião. É. Quando o jurídico sentou ela chegou (e falou) ‘aqui, está aqui a ação que nós fizemos, esses caras fazem tudo isso e eu não vou ser responsabilizada pra acabar com isso aqui. Eu estou dando a ordem para que vocês resolvam isso’. O cara do jurídico disse para ela: ‘só tem um jeito. Eles saem de lá, desocupam. Nós fotografamos, botamos na ação. Aí eles terão acatado e cumprido a ação do juiz e no outro dia eles voltam de uma maneira regular, através de projetos de extensão’. Então nós temos projetos de extensão com a UFSC. Estamos de maneira regular. Principalmente da psicologia, mas da arquitetura também tem.

Portanto, o Instituto Arco-íris começa fisicamente como uma ocupação, a qual posteriormente desencadearia um conflito de interesse. Neste conflito, as partes relacionadas, ONG e UFSC, passam por um processo jurídico mobilizado para retirar a organização deste espaço considerado central. Mas, ao já terem atuado há 15 anos no local quando o processo se desencadeou, por já serem conhecidos e reconhecidos nesse espaço, houve um movimento de resistência para continuar ali. Não se sabe porque a Universidade queria o local de volta após tanto tempo. Porém, por uma coincidência, ou sorte, após serem expulsos formalmente, mesmo não tendo desocupado o espaço ainda, devido a uma posição política favorável da atual reitora foi possível o permanecimento naquele local.

O arco-íris (signo e instituição) é um símbolo de diversidade. Essa diversidade se destaca pelas populações atendidas, que são cinco, como comentadas anteriormente, pelos seus projetos que contam com patrocínios variados e pelo espaço que ocupam. Espaço esse que possibilita a articulação das pessoas e a busca ao acesso a seus direitos. Espaço esse, de acordo com os interlocutores, é referência na cidade, tanto por sua atuação e projetos, mas também por sua acessibilidade como aponta Cátia:

É, porque é uma referência assim, tipo, tanto que eu cheguei aqui no Arco-íris a primeira vez foi por alguns coletivos políticos. A primeira ação que eu fiz em Florianópolis foi pro trinta e um de março, né? Então eu chego mesmo primeira vez que eu entro no Arco-íris pra fazer alguma coisa pela via da militância, foi por isso. Porque é um lugar aberto pra isso, né? Pro pessoal se reunir, pro pessoal fazer cine debate, tipo, ah, ‘tamo precisando fazer uma reunião, vamos aonde?’ Liga pro Diomar(presidente), pede a chave do Arco-íris. ‘Precisamos do instrumento para fazer uma batucada, numa marcha, sei lá qual. Liga pro Arco-íris, pede a caixa’. Eles vão te abrir, entendeu?

Esta fala representa como ao congregar diversos movimentos, artísticos, políticos e sociais, este local se torna essencial para categorizar a referência que o Instituto Arco-íris de Direitos Humanos apresenta na cidade, reivindicando espaços e construindo políticas públicas com as populações por 25 anos. Diomar reforça isso e traz mais um detalhe para a manutenção da organização:

Então (hoje) nós estamos aqui de maneira regular por conta da UFSC. Então eu credito muito a eles isso. Por que que eu credito a eles isso? É o seguinte, porque esse espaço ele é muito legal. ele é muito bem localizado e a cidade todo mundo chega aqui ‘cara eu preciso de lançar meu livro’, é aqui, ‘eu preciso ensaiar a minha peça de teatro’, é aqui, ‘eu preciso apresentar minha música que eu fiz nova agora, violão e voz’, é aqui’. Aqui nós nunca cobramos um centavo de ninguém. Então isso faz com que as pessoas entendam que **isso aqui é um espaço de todos**. Então as pessoas têm pertencimento e passam a defender tá? Esse espaço. E é também o fato de nesses vinte e cinco anos se transformar, né? Que era uma ONG AIDS, passou a se transformar numa instituição de direitos humanos, entendeu? e atacar todas essas frentes. Isso também justifica junto com isso aqui, né? (circulando as populações na folha de rascunho). Acho que esses dois fatores, o fato de atuar em todas as áreas e o fato de ter esse espaço, garantiu esses 25 anos aqui. Aqui nós já tivemos projetos com a ONU, com a com a UNESCO. Ministério da Saúde, com o Ministério da

Cultura, o estado de Santa Catarina e com a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Legal? Projetos internacionais, nacionais, estaduais e municipais. Isso também colaborou junto com isso aqui.. e com isso aqui pra manutenção dos vinte e cinco anos (rabiscando no papel enquanto isso, circulando os grupos que são atendidos e a UFSC). Entende? Eu acho que basicamente essa história toda que fez com esses 25 anos aqui. E o fato de **nós termos pessoas aqui** que eh, eu tô aqui há muitos anos lutando lutando e apesar de não ter dinheiro, tiro o pouco que eu tenho pra ajudar aqui, o fato de ter muita gente militando aqui também. Sim. Né? O fato de ter muita gente militando. Muita gente atuaram em muitas áreas e que tem outras histórias acabaram colaborando aqui também. Então, somando o número de pessoas que ajudam aqui com a disposição que se tem, né? Que com alguns projetos. Hoje nós só temos projetos com a prefeitura, não tem mais nenhum desses aqui, entendeu? Mas estamos buscando. Com este apoio aqui, isso garantiu esses vinte e cinco anos. “ (Presidente do Arco-íris, grifo meu)

Ou seja, além da UFSC, os 25 anos de instituição também dizem respeito às pessoas que compõem e colaboram para o funcionamento da organização. Pessoas que “acreditam nos projetos”, que colaboraram para a realização de projetos com parcerias municipais, nacionais e internacionais ao longo dos anos com as mais variadas populações em “situação de vulnerabilidade”.

Desde sua fundação, “o Arco-íris nunca parou”. Houveram fases em que a instituição teve seus projetos reduzidos e seus colaboradores também. Alguns projetos realizados ao longo desse período de existência¹¹, foi o *Projeto Boca da Noite Mulheres, Travestis e Homens* (execução 1997 a 2004; Fonte financiadora: Convênio SMS-PMF e PN-DST/Aids); *Curso de Humanização em Instituições Totais* (execução: 1997 a 2000 e ano de 2007; fonte financiadora: FAT); *Projeto Teatro na Prevenção* (Execução: 1997 a 1999 e 2001 a 2008; fonte financiadora recursos próprios, Convênio PMF e Convênio PN-DST/Aids (UNESCO)); *Projeto Cidadania e Prevenção* (Execução: 2001 a 2005, primeiro período em parceria com a Prefeitura até os dias atuais (segundo período); fonte financiadora: Convênio SMS-PMF e PN-DST/Aids (UNESCO), recursos próprios, de sindicatos); *Projeto de Redução de Danos Florianópolis* (Execução 1998 a 2005 (em parceria com a SMS-PMF); fonte financiadora: Convênio SMS-PMF); *Projeto Voo para a Liberdade* (Execução: 2001 a 2007; fontes de financiamento: PN-DST/Aids (UNODC) e recursos próprios); *Projeto “Bloco da Camisinha”* (Execução, 2010, sazonalmente no período de carnaval; fontes de financiamento: Prefeitura Municipal de Florianópolis, PN-DST/Aids e recursos próprios). *Projeto Asas da Liberdade/Redução de Danos* (Execução: 2010 a 2012; fontes de financiamento: PN-DST/Aids (UNODC) e recursos próprios); *Projeto Travessa Cultural/Ponto de Cultura* (execução 2010 aos dias atuais); entre outros.

¹¹ Informação retirada do **Histórico das atividades do instituto Arco-íris**. (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, s/d)

As atividades realizadas pelo Ponto de Cultura¹² (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2015), podem ser resumidas da seguinte forma:

- *Cursos e Oficinas gratuitos de capacitação e profissionalização para o trabalho na área cultural;*
- *equipamentos culturais públicos comunitários;*
- *Eventos públicos em forma de mostras artísticas gratuitas.*

Alguns desses cursos e oficinas foram: capoeira, teatro, figurinos e alegorias, percussão, informática, produção musical, danças de matriz africana, samba, violão, canto e coral. Todas as oficinas contavam com um (ou mais oficinairos), cada qual com sua abordagem própria visando o acompanhamento e integração dos seus usuários através de atividades artístico-culturais. Além disso, no documento é explicitado que todas as suas atividades foram divulgadas na rede social, nesse caso o facebook. Essa abordagem, junto com a forma de divulgação é algo que ainda permanece hoje, e se destaca na realização do projeto Centro de Convivência e Cultura, que possui a mesma abordagem.

Porém, ao discutir a ‘sobrevivência’ do Arco-íris, e sustentabilidade da organização, Luara, a atual coordenadora do projeto Centro de Convivência e Cultura, disse que tem alguns projetos que não se sustentam e que a ONG pode, e deve, ter uma gestão bem melhor. Mas ela sobrevive principalmente devido a seus voluntários, parcerias, apoiadores (como a “senhorinha que todo mês dá 100 reais para o Arco-íris”)¹³, e pela regularidade no espaço da UFSC. Entretanto, acredita que ainda há muita coisa para melhorar, se não a organização “não irá sobreviver muito”, visto que tem “muito problema aqui dentro”.

1.2. “A GENTE DA UM JEITO PORQUE A GENTE ACREDITA NA PORRA DO PROJETO”

As pessoas que conheci que trabalham, ou já trabalharam, no Arco-íris, conheceram o instituto principalmente através da “via da militância”. As oficinairas relataram isso, os

¹² Os pontos de cultura são “entidades reconhecidas e apoiadas financeira e institucionalmente pelo Ministério da Cultura para desenvolverem ações socioculturais em suas comunidades.”. Locais para a prática, o aprendizado e a vivência da cultura. “Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade”. (SEBRAE, 2014)

¹³ Essa fala diz respeito a outro tipo de sustentabilidade da ONG. A “senhorinha” como apontado na fala não sustenta a ONG, a sustentação vem principalmente dos recursos editais. Entretanto, esse dinheiro, e esse gesto mais do que o valor, diz respeito também a essa rede de apoio, que está disponível a contribuir com a organização de várias formas, como por exemplo os sindicatos que emprestam o carro, fornecem carona quando necessário. E na qual o Arco-íris pode contar em situações diversas.

diretores demonstraram isso em suas falas. O próprio Arco-íris se iniciou da militância de seus fundadores. Funcionários e funcionamento aqui se relacionam. A decisão de quem irá ser ‘funcionário’, vem de uma afinidade com uma relevância.

Ademar relata que já houve problemas com pessoas que trabalharam no Arco-íris, mas que atualmente não sente que há essa dificuldade. Ao ser questionado sobre como são determinadas as pessoas que trabalham ali, ele respondeu que são feitas entrevistas, mas geralmente as pessoas vêm a partir da indicação de outras pessoas que já compuseram esse espaço:

Então, é alguma afinidade assim também. Nós fizemos uma grande cagada no Resgate Social, por exemplo, de chamar pessoas que vão dizer assim, ‘ah, tem que ser militante’. Não, tem que ser uma pessoa comprometida, né? Não vou chamar um bolsonarista, mas com qualificação técnica porque no fim se trata disso, quando nós falávamos lá que ele desenvolveu essa tecnologia de intervenção social. A gente estava criando uma referência técnica de metodologia e tudo mais, né? Então compromisso, tem alguns critérios aí que a gente vai levando em conta. Mas indicação, tipo as pessoas que. No mundo da cultura, da militância também... Então a gente acaba se encontrando, né?

Ou seja, a composição da equipe é algo que mistura afinidade, compromisso, posição ideológico-política (que não fira de alguma forma as populações com as quais eles trabalham que estão em posição de vulnerabilidade social enquanto *Minorias Sociológicas*, visto que não são necessariamente minorias em números (BALANDIER, 1993)). Portanto, são buscadas pessoas que contribuam para a continuidade da organização através do compromisso.

As experiências particulares dos funcionários, destacam isso. Cátia, oficina de artesanato iniciou sua experiência no Arco-íris através do teatro e da sua militância referente ao campo da saúde mental, e afirma que: “a minha contratação ela vai muito menos por ser artesã, mas por ter essa experiência com saúde mental, né? Com saúde coletiva, e como facilitadora de oficina”. Tânia relata que seu papel como oficina veio de sua militância feminista, visto que foi por causa disso que ela começou a participar de atividades no Arco-íris e a ser conhecida por outras pessoas, ela trabalha com estampanaria, e agora fornece oficina sobre o assunto, mas só foi chamada por compor esse espaço previamente enquanto militante. Isadora começou a trabalhar como oficina de informática, mesmo não tendo conhecimento além do básico sobre o assunto, porque era do movimento de redução de danos, e começou a partilhar dos espaços do instituto pelo interesse no assunto.

Ser funcionário da organização, e portanto colaborar com seu funcionamento diz respeito a um cuidado, mais do que sobre conhecimento. O conhecimento é sim necessário, mas é priorizado a experiência dos usuários e a possibilidade da formulação de um espaço que

seja terapêutico e condizente com a atuação da organização. O de “consolidar um trabalho melhor”, como afirma Ademar, através dessa gestão que aparentemente é feita de forma mais horizontal. “A gente tá aqui porque a gente acredita na porra do projeto. É um monte de gente interessada no que está fazendo. Não tá aqui só por conta de grana, não tá aqui por conta de grana entende?”. Logo, são pessoas que gostam de ver os impactos de seus trabalhos, tem alguma ligação, sensibilidade, com as populações e constantemente se emocionam e compartilham relações sociais com os usuários.

1.2.1. Pandemia

A pandemia do COVID-19 não é o foco deste trabalho, entretanto, desde seu início em 2020, ela modificou a forma como as pessoas se relacionam entre si e com os espaços, portanto, faz-se digno de menção relatar como o Arco-íris passou por esse período, que ainda no momento em que escrevo essa dissertação é uma questão. No início da pandemia, fez-se necessário diversos tipos de ações como forma de contenção da doença devido a alta transmissão e mortalidade do vírus, sendo a principal o isolamento social. Esse período, o qual repercute até hoje, teve diversos impactos sociais e econômicos na população brasileira. Diversas pessoas ficaram desempregadas, milhares de pessoas morreram, e a economia ficou instável. A vida e a saúde das pessoas foram afetadas.

Durante todo o meu trabalho de campo, entre setembro de 2021 e maio de 2022, a pandemia foi pano de fundo das atividades que participei e apareceu nas conversas com os diversos interlocutores. Fazer campo durante esse período foi um momento de diversas incertezas, vulnerabilidade e medo. Medo de contrair a doença e ainda mais medo de contaminar pessoas ao longo do caminho. No início, eu estava vacinada apenas com a primeira dose, e o campo ocorria na passarela da cidadania, as pessoas da organização que geriam o espaço, e as pessoas do Arco-íris ficavam de máscara, mas as pessoas em situação de rua não. Durante as oficinas, alguns estavam de máscaras e outros não, mesmo havendo este item disponível para todos. Era perceptível que alguns faziam questão desse objeto que servia como proteção, e outros não o entendiam tão bem e ficavam incomodados utilizando, portanto o uso ou não dependia de cada um, pois apesar de ser recomendado o uso, não havia uma regra que proibisse a participação das pessoas que decidiam por não usar máscara.

Meus cuidados durante o campo, baseavam-se no uso ininterrupto da máscara e no vidrinho de álcool em gel que carregava comigo. O distanciamento social não era tão possível

devido aos espaços em que ocorriam as oficinas, tanto na passarela quanto no modelo descentralizado. Na segunda parte do campo, a maioria da população do país e incluindo eu, já estava vacinada com mais de uma dose, e isso colaborou para que o medo e os receios em campo diminuíssem. Porém, de qualquer forma, os cuidados foram os mesmos.

No que diz respeito ao Instituto Arco-íris, como relatado anteriormente, este sempre trabalhou de forma ininterrupta, só se adaptando às adversidades. “Por conta da pandemia, tudo mudou”, relata Diomar, além disso, completa em seguida:

Como eu estava te dizendo. Então por conta da pandemia, tudo mudou muito. Porque fomos proibidos de receber as (pessoas), de abrir as portas aqui. Porque isso aqui, sempre quando abria as portas, enchia de gente. E com a pandemia não tinha como encher de gente aqui. E até porque era, as pessoas em situação de rua não usam máscara, nem tem máscara para usar. Não tem cuidados de higiene, nem tem como ter cuidados de higiene. Então, tudo isso (sede e projetos) parou. (adaptado)

Portanto, por uma questão sanitária da pandemia e de saúde coletiva, não foi possível continuar as atividades na sede do Instituto. Se tratava da saúde dos colaboradores e principalmente a dos usuários, estes que já eram populações vulneráveis se tornaram ainda mais durante esse período uma vez que não conseguiriam se isolar e manter o distanciamento social igual o recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Entretanto, para além da vulnerabilidade, mas também devido a isso, estas populações continuavam precisando ser atendidas.

Na entrevista com Ademar, um dos diretores da organização, ele traz que:

O que aconteceu na pandemia foi um desastre com relação a população de saúde mental porque havia atividades cotidianas aqui de segunda a sexta, então tinha oficina de teatro, redução de danos, e artesanato, e para não dispensar as pessoas nós deslocamos as nossas ações para a passarela da cidadania. Eu acho uma ironia chamar aquilo de passarela da cidadania. Na verdade aquilo é uma passarela do samba que foi adaptada como um depósito de gente durante esse processo e graças a Deus vai sair de lá e espero que vá pra uma situação melhor né? Aquilo como abrigo Institucional. Absurdo, uma coisa horrorosa. Realmente degradante, degradada, mas a gente conseguiu ali levar as atividades. Então tudo que nós fazíamos aqui foi pra lá. Uma parte da população que era a população em situação de rua continuou tendo alguma atenção. Mas os usuários do CAPS ficaram completamente aleijados, completamente.

Ou seja, a Prefeitura, financiadora do projeto do Centro de Convivência e Cultura, no início da pandemia, proibiu o instituto de continuar com as atividades, e como ele deveria continuar o trabalho que fazia por conta do edital, logo, o projeto deveria continuar sendo realizado e então se juntaram com a “rede na rua”¹⁴ e deslocou para a passarela. A partir desse momento,

¹⁴ A Rede com a Rua é uma organização da sociedade civil formada por 20 grupos que buscam desenvolver ações com as pessoas em situação de rua na cidade de Florianópolis. Com o objetivo de disponibilizar à população em situação de rua “apoio às suas necessidades, garantindo a sua dignidade e fruição de direitos, de forma continuada e programada, em processo de aproximação, escuta qualificada e a gradativa construção de vínculos de confiança”. (REDE COM A RUA, 2022)

como a passarela é destinada às pessoas em situação de rua, o Arco-íris passa a ter involuntariamente um foco nessa população em detrimento de outras, como é o caso da população de saúde mental. O que leva até a alguma confusão das pessoas que só conheceram o Arco-íris recentemente: o de achar que eles só trabalham com pessoas em situação de rua e com o “Movimento Pop rua”, o que devido ao contexto gerou uma proximidade. Então nesse período só o Resgate e o Centro de Convivência funcionaram, e estão funcionando.

Atualmente a situação ainda é complicada, em meados de 2021 quando eles poderiam voltar para a sede, teve uma questão de alvará: o prédio do Arco-íris não era apropriado para ter atividades sendo realizadas ali. A infra-estrutura do prédio, o qual tem dois andares - o segundo andar não era utilizado antes, não era adequada e possuía o risco de desabamento. Além disso, em junho de 2021, conflitos com o “Movimento Pop Rua”¹⁵ foram considerados os motivadores que levaram à depredação interna e externa do prédio, principalmente com pichações e quebra dos vidros. Esses dois fatores resultaram na mobilização do evento Abraça Arco-íris¹⁶, o qual teve como finalidade a arrecadação de fundos para as reformas necessárias do prédio de forma que esse pudesse voltar a funcionar com o que eles consideram ser sua plena capacidade.

Nesse processo de reabertura, os diretores declaram que há bastante dificuldade e questões a se pensar, principalmente a instabilidade da pandemia. Os números de casos voltaram a subir e então há:

Muito receio de estar de novo enchendo esse espaço e as pessoas saírem doentes, até porque são pessoas em vulnerabilidade, pessoas que não têm os cuidados (não tem como ter). Não como o povo da rua ficar em isolamento social em casa com alguém te levando comidinha como eu fiquei quando tive com covid. (Presidente do Arco-íris)

Entretanto, para além dessa insegurança e receios, a prioridade será a reabertura do Arco-íris, por ser um espaço considerado por eles fundamental. A reabertura está sendo feita de forma gradual desde meados de 2021 até o momento em julho de 2022¹⁷. Uma parte da reforma já foi feita, paredes (de drywall) foram mudadas de lugar, o andar de cima já está disponível para uso, mas ainda há uma considerável bagunça a se arrumar - o acervo físico da instituição, banheiros e cargas de descarga a serem arrumadas, e paredes a serem pintadas. Falta verba para o término da reforma, mas “a cidade toda voltou a usar aqui”, reuniões já voltaram a

¹⁵ O qual será mais abordado em 2.4. *Conflitos*.

¹⁶ O evento consistiu em apresentações e exposições artísticas culturais, venda de livros, e possuía o intuito de arrecadação de fundos para a instituição.

¹⁷ Em 16 de julho de 2022 houve um evento com atrações culturais para oficializar a reabertura da sede da instituição. No dia 15 de julho, essa informação foi postada no instagram da ONG (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021c)

acontecer no espaço, assim como eventos e ensaios culturais, como os do Afro Catarina e Baque Mulher, rodas de capoeira, além do “pessoal do PCB¹⁸”. Há um planejamento de atividades culturais atualmente, como cine debate, rodas de conversa entre outros, como forma de complementar o que já está sendo feito. Enfim, há um embate para que seja possível voltar a ter as atividades plenas naquele espaço, e a diretoria afirma que caso não seja possível, a condição é que volte com atividades reduzidas, cerca de um terço do que estão planejando atualmente.

Este processo, para além das dificuldades financeiras, tem suas dificuldades organizacionais. Irene relata que a situação “é complicada” atualmente. Que a organização ainda não tem planejamento total definido e por ser junho isso seria preocupante. Que antes era mais organizado e “agora a situação é espantosa” e para além de uma “pandemia física”, a qual possui barreiras e limitações devido ao distanciamento e isolamento social com restrições e medo do vírus; é uma “pandemia política” devido a má gestão do governo em nível estadual e o negacionismo e a minimização dos efeitos da pandemia proveniente do presidente da república e seus eleitores. A nível municipal, a gestão da pandemia e seus efeitos também reflete isso. No texto *Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC* (2020), Flavia Medeiros e Priscilla dos Anjos apresentam uma descrição etnográfica das dinâmicas sociais frente ao COVID-19 no município. Com esse intuito, as autoras demonstram e falam sobre as decisões administrativas e que essas:

Demonstram as possibilidades e consequências plausíveis de um controle da pandemia, as decisões administrativas tomadas enfatizam que o dito "descontrole" da doença passa também pela flexibilização das regras, fruto de pressões do mercado, representado pelas elites locais e por concepções negacionistas que têm marcado toda a política nacional. Neste sentido, nosso foco foi observar o que tais medidas escondem, seja nos números, na tomada de decisões ou ainda, nos processo de controle social das populações vulnerabilizadas. Procuramos descrever alguns aspectos do que acontece nos morros e favelas, onde reside a maior parte da população negra e pobre da cidade de Florianópolis, para discutir como a pandemia do novo coronavírus tem atingindo a população que é historicamente invisibilizada nas narrativas oficiais da Ilha de Santa Catarina. (Ibid, p. 11)

Tais decisões administrativas, como operações policiais em comunidades durante o período da pandemia, a não notificação do número de mortos nessas comunidades e a falta de acesso a testes de Covid (durante o período retratado pelas autoras os testes poderiam somente ser realizados por drive-in, logo quem não tinha carro não possuía acesso a estes), entre outras coisas, demonstram o descaso da prefeitura frente a essas populações que são historicamente invisibilizadas como aponta as autoras.

¹⁸ Partido Comunista Brasileiro.

1.3. USUÁRIOS

As pessoas as quais são voltadas às atividades, principalmente as ligadas a convênios, editais e parcerias, voltadas à consolidação de políticas públicas, são denominadas usuários. Usuário é quem usufrui do espaço e das atividades. São as pessoas as quais a desigualdade social e o acesso aos direitos são uma questão. A ideia da organização, de acordo com Ademar, “sempre foi dar protagonismo às pessoas e às populações. Então tu é sujeito de direito ou sujeita... É sujeito no sentido de titular do seu ser, né? Não de sujeitado. E esse serviço corresponde a um direito que tu tens.”. O Instituto, enquanto uma entidade, é a corporificação das pessoas que o compõem, então, se vê e se define como uma ponte entre os usuários e as políticas públicas, ajudando-os a ter o acesso a direitos básicos. Os quais deveriam ser promovidos pelo estado e que são terceirizados por meio de projetos, incluindo aqueles financiados e executados pelo Arco-íris.

A organização, ao atuar com essas populações, foi desenvolvendo, desde sua criação, algumas metodologias de intervenção. No início, como o trabalho se concentrava com travestis, mulheres profissionais de sexo e “michês”¹⁹, e depois com os usuários de drogas injetáveis, algo proveniente dessa metodologia era o sair a campo identificado, posteriormente só sair a campo identificado e acompanhado e assim por diante. De acordo com Ademar:

A ideia, as intervenções que a gente fazia é que a gente ia experimentando. Né? Então nós começamos a estabelecer algumas regras mas eram mais do que regrar para estabelecer um comportamento, um *modus operandi*, uma conduta. **Era regrar para evitar problemas e para que houvesse um fluxo de intervenção e de possíveis resultados.** Então por exemplo, a gente combinava com as pessoas que começavam a se voluntariar e as equipes que nós formávamos era na ideia de multiplicação entre pares então quer trabalhar com travestis a gente formava uma equipe com travestis, usuários de drogas, usuários de drogas o que era bem complicado de vender no caso da da redução de danos e tal.. mas gente fazia isso, **só que as pessoas que começavam elas tinham que ficar, não intervir, ouvir!** Não é uma observação participante. (grifo meu)

Portanto, a metodologia destaca a necessidade da manutenção dos voluntários e funcionários para o estabelecimento de vínculos, importante para um bom desenvolvimento do trabalho uma vez que é na relação que se constrói as intervenções. Esta metodologia também é importante uma vez que reduz a possibilidade de incidentes, como o caso do redutor de danos

¹⁹ Nestor Perlongher (1987) através de uma perspectiva etnográfica, traz que os “michês” são personagens com história e lógicas próprias. De acordo com o autor, o termo michê possui dois sentidos. "Um que se alude ao ato mesmo de se prostituir, sejam quais forem os sujeitos desse contrato" (Ibid, p. 17) e um segundo que "é usado para denominar uma espécie *sui generis* de cultores da prostituição: varões geralmente jovens que se prostituem sem abdicar dos prototipos gestuais e discursivos da masculinidade em sua apresentação perante o cliente" (Ibid, p. 17). Além disso, Ademar não entra muito no assunto da atuação do Arco-íris frente aos “michês” explicando que eles são uma comunidade que não quer ser exposta, e, portanto, diferente das “prostitutas”, não se organizam socialmente enquanto grupo.

que foi perseguido por um usuário de drogas injetáveis ao fazer a troca de seringas embaixo da ponte. Além disso, esta fala de Ademar, ao falar da observação participante, retrata que ele conhece os modelos como a antropologia produz seu conhecimento e nesse momento estava me ensinando outro modo de produção, o qual se constrói na relação com aquelas pessoas.

Destaca-se também que o vínculo não é algo pré-estabelecido, que tem que acontecer com o psicólogo da equipe do resgate, por exemplo. Ademar traz em seus relatos que às vezes, o vínculo vai acontecer com outros multiplicadores do campo:

Por exemplo, eu trabalhei no resgate. Então é claro tem um assistente social, um psicólogo, tem um enfermeiro. Mas a questão do vínculo não funciona assim. Eu era o psicólogo da equipe, só que eu sou homem e isso era interessante porque a maioria dos usuários são homens na rua. Então tudo bem. Mas às vezes a mulher não queria falar comigo, ela prefere falar com enfermeira 'ah mas eu que sou psicólogo. Vem cá.' Não, não funciona assim. O vínculo caminhou para aquela direção lá né, eu estou aqui se precisar de alguma coisa. E na rua tinha muito isso, então a gente foi se estabelecendo. Alguém falou alguém chamou isso em algum momento dizendo que o Arco-íris estava criando tecnologia de intervenção social, achei isso meio esquisito, a gente criou uma metodologia de trabalho na rua, de trabalho de campo.

Ou seja, cada intervenção e cada campo era proveniente de uma experimentação, e essa experimentação ao longo dos anos foi o que colaborou para a consolidação do trabalho da organização tal qual é feito atualmente. Tendo como foco a relação com os usuários para melhor atendimento destes.

1.4. REDES SOCIAIS

É perceptível a importância do Arco-íris no município devido a sua grande e vasta atuação. São diversos projetos já realizados com relevâncias nacionais e internacionais. As pessoas conhecem o Instituto e há uma grande variedade de movimentos e pessoas que estão ativamente participando de suas atividades. Nesse sentido, é interessante relatar que suas redes sociais não são algo fundamental para o processo de funcionamento da organização. Dessa forma, apresento aqui essa observação porque durante o início do campo desta monografia, com a pandemia e dificuldades de contato com a organização, a observação das redes sociais foi um caminho pensado para ir acompanhando e me familiarizando com a instituição.

No atual mundo globalizado, as redes sociais são plataformas de compartilhamento de informações, divulgação de atividades e quase todas as instituições utilizam-se destas para a consolidação de uma rede de apoiadores, mas também como um registro de atividades, de

memórias, de suas respectivas entidades. O Instituto Arco-íris de Direitos Humanos conta com um site²⁰, duas páginas no facebook²¹ e uma página do instagram²². A mais ativa dessas é o instagram que conta com postagens periódicas, mas todas estão desatualizadas de alguma forma, com links dentro dos sites que não funcionam ou que encaminham para lugar nenhum. Não há uma rotina bem estabelecida de cuidado com essas plataformas.

O site é composto de informações como ‘quem somos’, ‘projetos’, ‘atividades’, rede de apoio e formas de contato. A organização possui dois Facebook: um desativado, sem postagem, desde 31 de março de 2017 e o outro que começou a postar em julho de 2017 e tem como última postagem maio de 2020, cerca de dois meses após o início da pandemia - postagem essa sobre o projeto Resgate Social "diálogos humanizados na madrugada" mostrando o registro da abordagem de “escuta qualificada” e entrega de máscara, cobertor e kit Redução de Danos (água, cereais e frutas). O Facebook contém alguns relatos de experiências e principalmente convites para eventos, e agora encontra-se totalmente abandonado. Ambas as páginas de Facebook contam com cerca de 1500 seguidores. Já o Instagram, é a principal rede social da organização, estando ativo desde maio de 2019. É por ali que são feitas divulgações de eventos, das oficinas no novo formato, rodas de conversa, e também posicionamentos políticos, como notas de repúdio. Com 58 publicações e dois mil e seiscentos seguidores, a rede conta com destaque de seus projetos antigos, como oficinas de cerâmica, chá das minas, yoga, entre outros.

As pessoas conhecem a organização para além das redes sociais, atualmente seus eventos são divulgados sim, mas geralmente nos stories do instagram, os quais só duram 24 horas, portanto, como é algo passageiro, faz que seja mais difícil que as pessoas vejam. E se veem e depois querem conferir sobre os dados do evento já não é mais possível, devido a seu caráter passageiro. A organização das redes sociais, atualmente é feita pela mesma pessoa que coordena o projeto do Centro de Convivência, essa pessoa além de coordenar o projeto, os estagiários no geral, lidar com as burocracias, ainda é diretora do Instituto. O meu ponto aqui é que há uma sobrecarga das tarefas. Durante as reuniões do projeto no zoom, onde eram discutidas estratégias de ampliação do público das oficinas e melhora desses espaços no geral, algo que era discutido era a possibilidade dos estagiários alimentarem as redes sociais com conteúdos sobre as oficinas como forma de divulgação. Entretanto, isso não foi algo que foi realizado até o momento. Isso reforça que o Arco-íris é uma organização com uma grande

²⁰ (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021d)

²¹ (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021a) e (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021b)

²² @instituto_arcoiris (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, 2021c)

rede de apoio. Uma rede que conhece a Instituição para além de suas redes sociais, e conhecem as pessoas que trabalham ou têm ligação ali, o que não é muito difícil, uma vez que ao englobar diversos atores, esses atores se “encontram” e se conhecem nos mais diversos campos de atuação.

Por mais que a alimentação dessas redes não diminua seu escopo de atuação, é destacado que seria interessante uma melhor gestão dessas plataformas enquanto memória do Instituto. Ao comentar que as redes sociais não são essenciais para o trabalho, Ademar complementa:

É. Mas seria bom, isso é bom para a memória, a gente perde tanta coisa. Então olha o bloco da camisinha que todo ano a gente desfilou. Eu digo dez anos mas foram onze de projeto. E a gente vai retomar ele agora, mas a gente não tem quase imagens, não tem vídeo, tem uma outra foto. O bloco saía daqui e dava uma volta na praça XV e eu ia cantando né? Eu olhava lá de cima do carro de som elétrico via muita gente dando a volta na praça XV. Era uma coisa louca assim né? E nós não temos essas coisas (imagens e vídeos, registros no geral)

Não somente sobre o projeto Bloco da Camisinha, mas há uma falta de registro de diversos outros projetos. Portanto, as redes sociais poderiam ser ferramentas utilizadas de melhor forma com um duplo intuito: aumentar a visibilidade e ser um acervo digital de memórias.

1.5. REDE DE APOIO

Suas relações externas são um reflexo da rede de apoiadores - entidades do setor público, setor privado, empresas e pessoas - que construíram ao longo dos anos devido ao trabalho que realizam a tanto tempo. A interlocução com o município, movimentos sociais e sindicais é vista como fruto da “referência” que é a instituição. Ou seja, por ser uma referência no município, eles possuem uma boa rede de apoio, e esta não precisa da consolidação das redes sociais para existir. De acordo com Luara, “o município carece de espaços e o Arco-íris ocupa essa função”, mas independente de ocupar essa função, a instituição “precisa se renovar e modernizar”, melhorando o trabalho que já realizam. Entretanto, um indicador de que estão no caminho certo, seria por exemplo a insistência da prefeitura em que o Arco-íris continuasse executando o Centro de Convivência e Cultura, o qual executa desde 2015.

A rede de apoio foi essencial em momentos de dificuldades da ONG. Nos projetos de onze, doze meses, até o momento de renovar, se conseguisse renovar, a organização ficava três, quatro meses sem remuneração. Como comentado anteriormente, a instituição nunca

parou e de forma análoga a maioria dos seus projetos apenas “se pagam”, logo, foi através de contribuições espontâneas e com o apoio de outras instituições que foi “possível continuar existindo”. Ademar narra que:

Das redes de apoio que a gente teve pra conseguir inclusive se manter, não era só no amor né? Eram os sindicatos, então não alcançava pra remunerar ninguém. Mas assim, né? Porque esses períodos de três, quatro meses que a gente ficava todo ano sem projeto, quando terminava o convênio com a prefeitura em dezembro, aí é só em março, abril, voltar a ter algum recurso, então a gente conseguia manter a nossa garra e tal, mas com o apoio dos sindicatos. Sindicatos bancários, sinergia, principalmente esses dois. Os eletricitários são a sinergia. Os previdenciários, o Sindprevs. Então são alguns sindicatos assim que ah ‘nós estamos sem condição’. Emprestaram um carro pra gente fazer o trabalho de campo. Muitas vezes mandavam o carro com o motorista. É então nesse tipo de apoio, né? Dava uma condição mínima, ‘precisamos ir lá no almoxarifado do estado, depois passou a ser da prefeitura, buscar os preservativos’, aí alguém dos sindicatos, nos apoiavam, pagavam táxi, pagavam multa. Botava o carro à disposição, uma grana pra gente poder pegar outros táxis na madrugada, pra voltar pra casa, uma parte do campo, a pé, outra parte assim. Assim a gente conseguiu pela solidariedade também, né?

Ou seja, não era uma contribuição capaz de manter funcionários. A organização funcionava durante esses períodos com seus dirigentes e principalmente com a ajuda de sindicatos.

Uma relação que é bastante forte no Instituto Arco-íris é a sua com a Prefeitura. Esta, através de suas secretarias, financiam os dois atuais projetos do Arco-íris e até insiste que esse continue com os projetos uma vez que está “sendo feito um bom trabalho”. Como comentado na introdução, as Organização Não-Governamentais, a partir de 1995, começaram a ser incentivadas, ao que parece ser, a substituir funções sociais do Estado (BATISTA, 2007), chegando e atuando com populações consideradas à margem da sociedade. Este processo, chamado comumente de terceirização das ONGs. Entretanto, Ademar, principal fundador do Arco-íris tem uma percepção diferente do que seria esse processo, e que na verdade não existe uma terceirização das ONGs e muito menos do Arco-íris como demonstrado em seu discurso:

E meu melhor exemplo são as centenas de penas alternativas. Por quê? O estado tinha feito uma centralzinha aqui em Florianópolis e uma São José pequeninhas. E era uma ação que brigava, deixar de existir. Embora exista o interesse do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, o Conselho Nacional de Justiça recomendou e eu estou te falando isso lá em dois mil e dez onze quando a gente começou a discutir essa questão aqui. E aí nós assumimos a central, nós fizemos um era um convênio, né? Que agora mudou pela legislação e não se faz mais convênio com sociedade civil. Convênio é um instrumento entre entes federados. Convênio entre estado e município, entre união e estado, união e município. Mas naquela época era um convênio. Hoje é um termo de parceria. Então nós tínhamos um termo de parceria com a secretaria de justiça e cidadania que agora é a administração penitenciária na qual nós assumimos e montamos todas as equipes das centrais de penas alternativas do estado todo. Provavelmente já te falaram desse projeto, eu não vou precisar dar muitos detalhes. Mas era instituto Arco-íris executando, recebendo recurso público. E durante dez anos nós fizemos isso, de dois mil e onze a dois mil e vinte e um. **Então chegou um ponto em que o estado não teve mais como negar a necessidade de manutenção desse serviço público.** Então o que que nós fizemos como sociedade civil em parceria nos termos do marco regulatório, que estabelece a

relação, né? Do estado com as organizações da sociedade civil. **Nós estruturamos um serviço público e o estado teve que absorvê-lo, teve que assumir esse serviço. Eu entendo que nós estamos fazendo exatamente a mesma coisa com o Resgate Social.. não existia nada.** Eh mesmo que o quando existe de maneira precária a prefeitura tinha ‘abordagem social’. Eram duas pessoas. O Resgate Social hoje tem vinte em campo. Quatro, oito, doze, seis e mais os motoristas. Até um pouco mais porque tem a coordenação, tem o assistente administrativo, tem outros, tem estagiários, né? Mas pelo menos vinte pessoas. Eram duas e há uma cobertura muito maior, então hoje é difícil o serviço social em Florianópolis ser imaginado, a Secretaria de Assistência Social, ser imaginado sem a existência do resgate fazendo entrega cotidiana vinte e quatro horas, né? **Áhn vai chegar o momento em que não vai ter como negar a necessidade da manutenção desse serviço.** Então muitas entidades nos acusam de estar terceirizando os serviços públicos. Nós estamos em parceria. O que que é a terceirização? é ridículo inclusive. Ridículo é esse conceito. por quê? Terceirizar é tu passar pra mão da iniciativa privada através de contrato, contrato é um instrumento de conflito de interesse. O meu interesse é o lucro, o teu interesse como serviço público é o objeto do que tem que ser desenvolvido. Então contrato é conflito de interesse. Parceria, convênio, antigamente, é quando os interesses confluem e não tem lucro. Arco-íris acaba pagando para executar esses projetos porque a gente ainda paga taxa bancária, nem na aptidão nossa de mexer com as leis e com as regras, mas acabamos pagando. Mesmo que não pagássemos não sobra nada, não vem um centavo aqui para pagar uma despesa para comprar um papel higiênico, *zero*. Exceto de ações que são desenvolvidas aqui, né? Quando tem alguma atividade aqui. Aí a gente inclui material de limpeza, tal, tal, tal. Mas é isso.. não tem um, sobra nada pra entidade, e **nós não temos um conflito de interesse, nós temos interesse em atender a população em situação de rua.** Se nós tivéssemos assumido a casa de acolhimento da mulher também. Ai são serviços que são absolutamente precários, então é muito mais fácil, eu confesso, eu ficar aqui dizendo, ‘essa prefeitura de direita, essa prefeitura de merda’ e são, e é uma merda e é uma prefeitura de direita, e eles não estão nem ai. Eles precisam cumprir metas porque senão não vem recurso, né? A responsabilidade social, a responsabilidade ambiental, os caras não estão preocupados. Mas ah para além disso **o que é tu construir uma política pública? É num campo onde não existe uma intervenção qualificada poder proporcionar essa intervenção qualificada e que ela sirva de parâmetro e que ela seja referência.** Assim foi a central de penas alternativa. Hoje ela existe vinculada à Secretaria de Estado. Ainda não está na condição ideal porque não fizeram concurso. Mas a gente conseguiu estruturar e acho que a gente tá fazendo isso no Resgate Social e acho que a gente tem possibilidade de fazer isso em outros campos. Então, é uma postura diferente de tu defender políticas públicas. **É ajudar a construir, é botar a mão na massa. É sair do conforto do do da militância online.** (grifo meu)

Logo, através dos atuais termos de parcerias, convênios, entre sociedade civil e entes federados, a Organização Não Governamental pode atuar para a consolidação de políticas públicas, a partir das atividades realizadas e da comprovação de que estas devem ser absorvidas pelo estado, como foi o caso das Penas Alternativas, e o que o interlocutor considera que vai acontecer com o Resgate Social. Portanto não seria uma terceirização do trabalho uma vez que é um esforço conjunto, desigual, mas conjunto, que é ‘referência’ e visa o melhor para essas populações. Nesse sentido, os convênios colaboram para uma possibilidade eventual e não segura de que os serviços sejam eventualmente incorporados pela Prefeitura de Florianópolis.

Neste capítulo tentei apresentar o ambiente no qual o Arco-íris surgiu, suas especificidades e suas relações externas. No próximo, será abordado de forma etnográfica seus projetos e oficinas com o intuito de contextualizar sua atual atuação e relações, principalmente com seus usuários.

**CAPÍTULO 2 - A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA: “O ARCO-ÍRIS É
IMPORTANTE PORQUE OCUPA LUGARES QUE OUTROS NÃO
OCUPAM”**

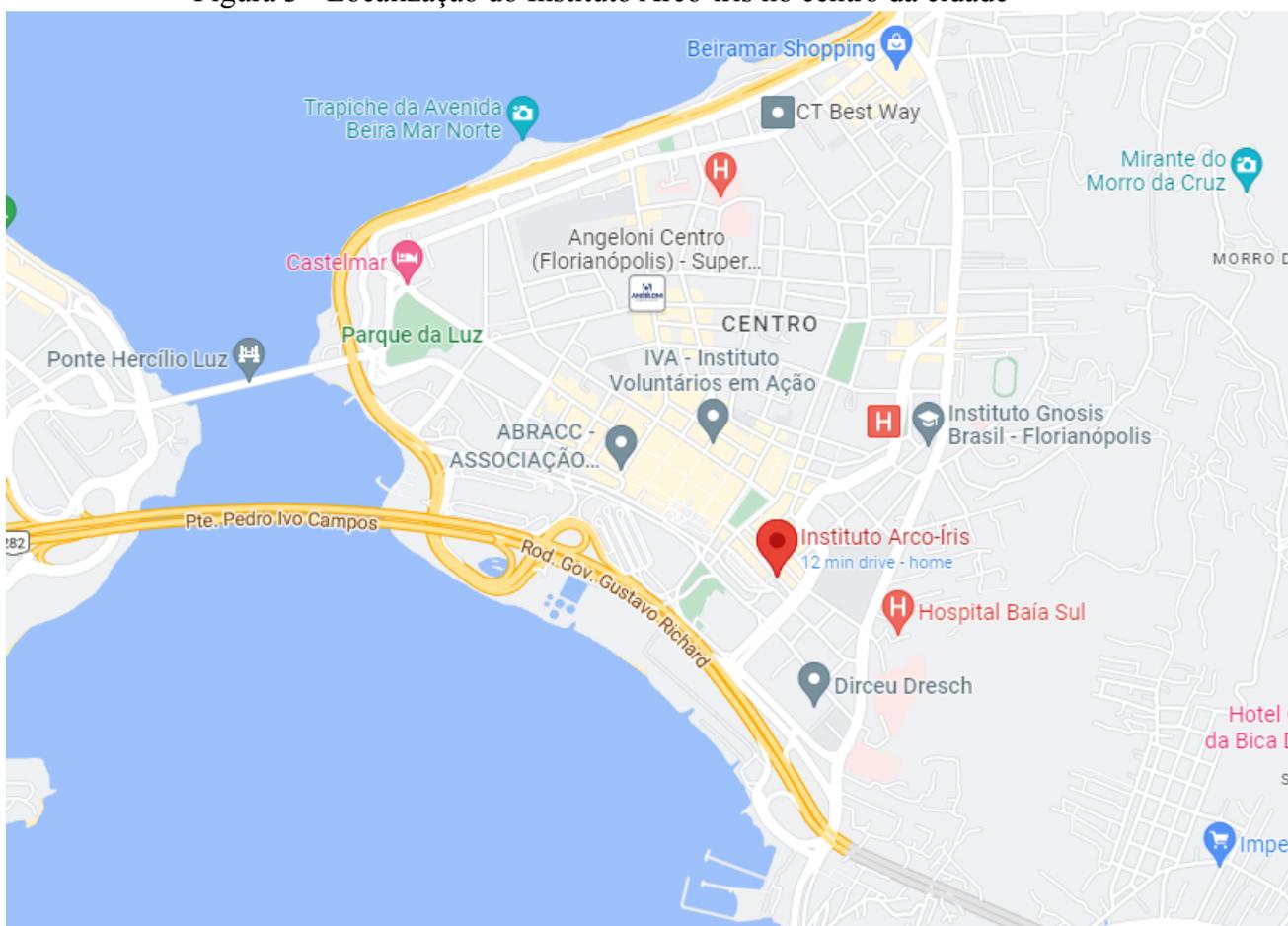
Figura 2 - Sede do Instituto Arco-íris



Fonte - Elaborada pela autora (2021)

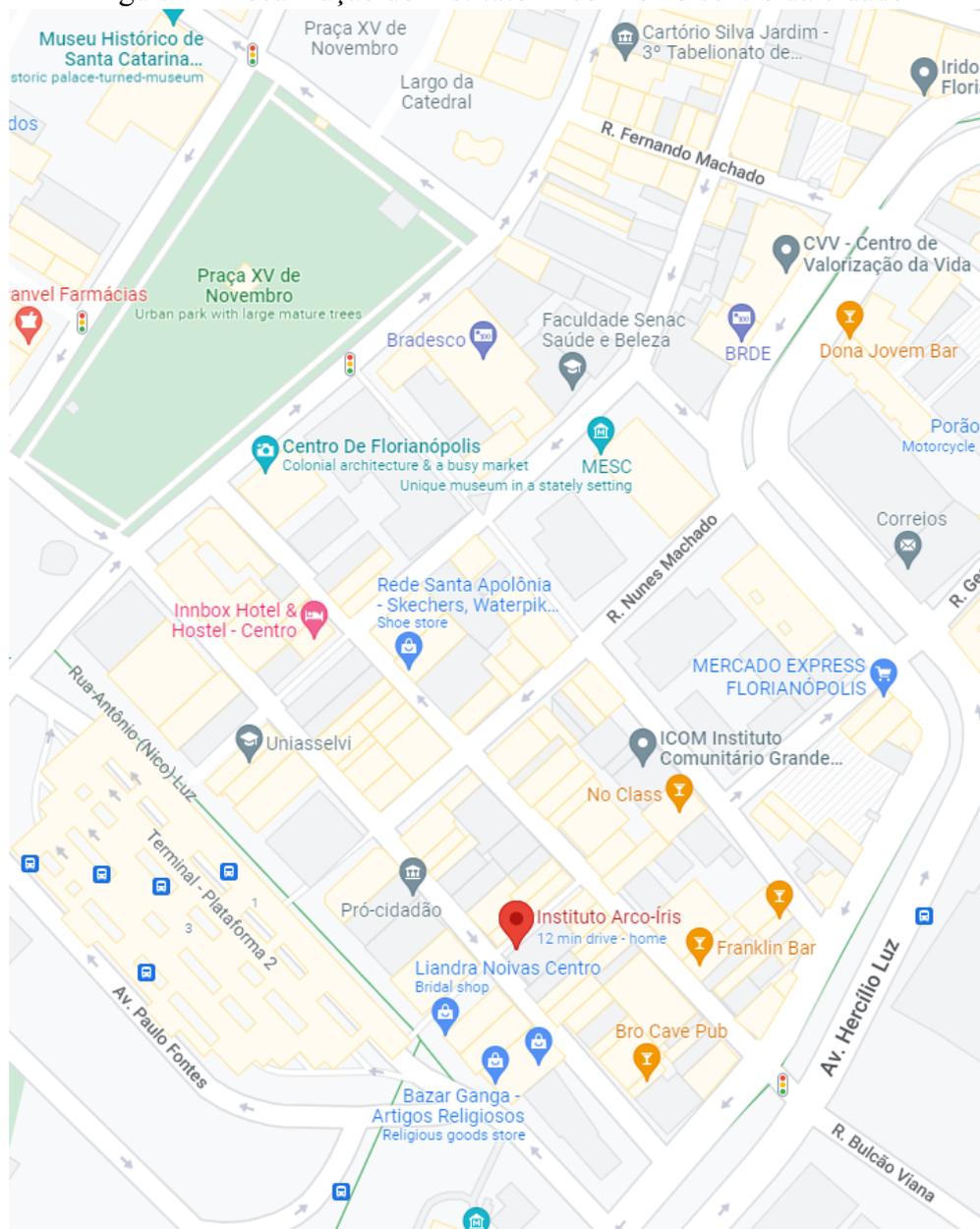
A sede do Arco-íris se encontra no centro de Florianópolis, rua Travessa Ratcliff, 56. Bem numa esquina que liga a Travessa Ratcliff à rua Tiradentes e apenas a dois blocos da praça XV, local central da cidade.

Figura 3 - Localização do Instituto Arco-Íris no centro da cidade



Fonte - Google Maps (2022)

Figura 4 - Localização do Instituto Arco-íris no centro da cidade



Fonte - Google Maps (2022)

É um prédio de dois andares, que tem como vizinhos os bares desta localidade. Sua fachada é um mix de elementos, quando se olha de longe, alguns desenhos se destacam mais dependendo de quem vê, as frases e palavras passam despercebidas. Os desenhos que se destacam aos meus olhos, consistem no Rick, de Rick and Morty, o Finn de Hora de Aventura, e os personagens ao lado da porta azul principal: um boneco de pele negra, quatro olhos e cabelos rosa e o personagem verde fluorescente. A pintura é gasta e as paredes claramente estão descascando. É perceptível a diferença entre a fachada de cima e a fachada de baixo, ambas bastante gastas. Em cima uma única cor amarela cobre a parede, as janelas são, ou estão, como se fossem se abrir. Em baixo a tinta branca passa a ser coberta por pixo,

gravuras e frases bem na esquina, na diagonal há uma porta. Algumas destas frases são: ‘obrigada Instituto Arco-íris’, ‘pixo não é crime’.

Há duas portas, a da esquina e a da lateral do prédio. A da esquina, outrora, era uma das principais portas da entidade, ou pelo menos a que ficava aberta nos eventos. Na esquina há a placa de localização da rua, assim como do lado da porta azul há também uma plaquinha identificando. É um prédio que se destaca naquele espaço, nesta rua. É um prédio que se destaca, que pode não ser o mais colorido, uma vez que o prédio vizinho, que é um bar, é laranja vivo, mas é definitivamente o mais diverso, com diferentes composições e escrituras. Uma verdadeira colaboração coletiva. De um ponto de vista dos interlocutores, estar no centro da cidade e com o processo de gentrificação do centro de Florianópolis que está acontecendo, o Instituto Arco-íris é uma “unha encravada”, uma vez que o espaço é destinado à “cultura popular”. O local onde “o louco, o usuário de drogas, o morador de rua, a puta, a travesti”²³, ou seja, “todos esses povos que *eles não querem* no centro”, se reúnem.

Figura 5 e 6 - Fachada lateral do Arco-íris



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O Arco-íris além ser central neste espaço, contribui de forma ativa para o surgimento de outras organizações, estas vêm a compor a rede de apoio da organização. De acordo com Ademar: “Na verdade isso que eu sempre falo, que nós somos celeiro de organização. Surgiram outras daqui.”. Como por exemplo a Associação Catarinense dos Redutores de

²³ Ou seja, estigmas sociais.

Danos, a partir das intervenções de redução de danos. Ou seja, “experimentações que as pessoas fizeram, se organizaram, algumas vingaram e outras não.”. Portanto, o Arco-íris contribui para a multiplicação do território, através de organizações, atividades que expandem a territorialização da cidade por indivíduos que não são bem aceitos nesses espaços.

O espaço que o Arco-íris se encontra, que é complexo principalmente nesse momento sem a sede, ajuda, colabora, com uma perspectiva de saúde mental diferente. De acordo com Cátia: “Eu acho muito massa essa travessa aqui, esse território²⁴, né? De ter esse olhar pra esse território. Eu acredito muito nessa perspectiva de saúde mental meio à deriva assim que é na comunidade né?”. Logo, esse espaço contribui para a desterritorialização do acesso à saúde²⁵, o qual é um direito básico humano. Portanto, os projetos em vigor do Arco-íris propõem uma integração do indivíduo ao sistema de saúde. Propõe um fortalecimento da relação indivíduo-território através da ligação com a arte, cultura e a ocupação de espaços. Cátia, a qual possui formação multidisciplinar na área da saúde, acredita que “as nossas práticas de saúde ainda são muito coloniais e aí as vezes eu vejo que as pessoas se beneficiam mais de uma oficina de batuque com o Afro Catarina do que um moldezinho de oficina, sabe? CAPSlar.”. Assim, ocupar lugar que outros não ocupam, colabora para uma tentativa de transformação do modelo de saúde instaurado no país, ajuda a sair de um modelo manicomial para dar autonomia aos indivíduos que acessam os serviços oferecidos pela prefeitura através dos convênios criados com o Instituto Arco-íris.

De início, fazer campo era extremamente difícil, era aquela urgência de lembrar cada mínimo detalhe, do ambiente, das pessoas. Urgência de sempre lembrar cada mínima conversa, porque **tudo** era importante para a confecção do trabalho. Quando eu chegava em casa, sempre que eu chegava em casa, minha cabeça ardia de dor, pois durante aquele dia eu estava prestando atenção em tudo e achava que seria possível lembrar cada palavra trocada, ainda mais nos momentos em que não era possível anotar, seja no caderno ou no celular. Acompanhar tal organização, acompanhar suas oficinas, conversar com os funcionários(as) e usuários(as), possibilitou discutir sobre como é sensível o campo em que o Instituto Arco-íris atua. Sobre como os direitos humanos são colocados, relacionados e apresentados na prática mesmo quando a palavra em si não aparece. E a observar como a busca por direitos é particular de cada indivíduo e mobiliza critérios emotivos e subjetividade de cada um e dependem de relações de poder forjadas em contextos específicos, em discursos específicos.

²⁴ O qual apresenta um grande movimento cultural nesse local também.

²⁵ Que é o que o Centro de Convivência propõe a partir do momento em que é um dispositivo que integra a Rede de atenção psicossocial - RAPS, ligada ao SUS. Assunto este abordado na parte 2.2.2- *Centro de Convivência e Cultura*

Figura 7 - Parede interna da sede do Arco-íris



Fonte: Elaborada pela autora

Como demonstrado anteriormente, o Arco-íris com o início da pandemia precisou se reinventar e trabalhar de formas diferentes, o que implica dizer que a entidade não é só sobre o seu espaço físico - o qual foi tão disputado e traz em si um peso histórico devido a suas conquistas. Mas é para além disso os locais que atua e como se destina a levar algum trabalho para as populações com as quais trabalha. A sede é fisicamente a representação dessa instituição, mas na prática vai para além disso, atua em diversos espaços, e sempre atuou. E, mesmo assim, é um ambiente em que se visa o retorno.

Figura 8 - Pichação na fachada da sede: “Obrigada Instituto Arco-íris”



Fonte: Elaborada pela autora

Este capítulo tem como objetivo fazer a descrição etnográfica de como foi meu campo e o que apareceu nele. É apresentado como que por meio do trabalho realizado através dos convênios com a prefeitura, seus projetos invocam essas sensibilidades legais e morais, principalmente ao acesso a direitos humanos, sendo a saúde, um deles, e a busca pela autonomia outro. Autonomia para a circulação das pessoas, autonomia para ser quem é. Além

de demonstrar características e estigmas que essas pessoas sofrem só por serem quem são e estar onde estão. Através da descrição das oficinas, busca entender então como funciona o processo de agregar indivíduos à sociedade e suas reivindicações ao espaço.

2.1. DUPLA INTERLOCUÇÃO: “NÃO TEM COMO PARAR ENTÃO A GENTE CONTINUA”

Não tem como parar então a gente continua, foi uma frase dita por Isadora no primeiro dia em que nos conhecemos, quando saímos desbravando o centro de Florianópolis em busca de uma caixinha de som para a oficina da passarela. Desde o momento em que nos encontramos pela primeira vez, ela realmente não parou. Portanto, esta é uma frase chave, que condensa uma série de elementos relevantes para a forma como Isadora se engaja. Esta antropóloga foi uma peça chave para a confecção desta monografia, uma vez que se apresenta enquanto uma dupla interlocutora em um duplo movimento na construção da nossa relação. Ela teve a paciência e destreza de me mostrar o campo e me explicar sobre aquele espaço múltiplo e facetado - discutindo sutilezas comigo quando necessário, na mesma medida em que é uma referência teórica do meu trabalho com sua dissertação de mestrado intitulada *Redução de Danos em Florianópolis: trajetórias, encontros e políticas* (2018).

A autora Beatriz Maria Alasia de Heredia (2005) em seu texto *Um Antropólogo numa ONG: algumas reflexões sobre prática acadêmica e prática política*, demonstra como um antropólogo se relaciona com uma entidade como essa atuando como um profissional que relaciona rigor científico e compromisso político (p. 89). Dessa forma o antropólogo trabalha deixando de ser um observador para ser um ator social “atuando politicamente” (Ibid, p. 93). Portanto, Isadora como cientista social pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em antropologia pela UFSC e agora como responsável administrativo do Projeto Centro de Convivência e Cultura, mas também já tendo sido oficineira do mesmo, passa a aplicar sua formação de forma direta e indireta nesses espaços.

Isadora, em uma de nossas conversas afirma que essa trajetória acadêmica também tem ligação com o tipo de trabalho que ela realiza atualmente:

É uma continuação, né? Inclusive da minha formação, mesmo como cientista social e como antropóloga. Eu em nenhum momento acho que os trabalhos que eu desenvolvi fora da universidade eu me desconsiderarei como antropóloga, como cientista social. Mesmo talvez atuando em outras linhas, nunca considere isso como um trabalho deslocado. Então tem essa formação, tem essa perspectiva, eu tenho esse olhar, sabe? Eu tenho essa informação. É igual aquele papo que a gente

escuta na graduação: que a gente veste os óculos da Cultura. Que a gente não tira os nossos óculos da cultura, então acho que eh pouco nesse sentido assim, eu acho que o trabalho que eu fiz e tenho feito e as coisas têm e são muito interrelacionadas.

Portanto, assim como afirma Heredia (2005, p. 95) em seu texto, Isadora cumpre o papel de *tradutora cultural*, mesmo que esse não seja seu principal intuito. Fazendo uma reflexão sistemática do seu compromisso e do seu conhecimento, aplicando o aquele espaço, e através de suas oficinas - mas também nos espaços institucionais aos quais participa, levando outras pessoas a refletir sobre questões políticas e sociais, como questões sobre desigualdades sociais e atuação na cidade.

Além disso, a antropóloga afirma certa insegurança nesse espaço institucional - principalmente no que diz respeito às oficinas, uma vez que não possui uma formação em licenciatura e o fato dos cursos treinarem as pessoas para serem pesquisadores. Entretanto, vê esse local também como uma possibilidade de ampliar o conhecimento de outras pessoas sobre a antropologia, uma vez que “muitas pessoas não sabem o que a gente faz!”. Portanto, utiliza desse espaço como uma nova forma de inserção no mundo do trabalho, e vê essa experiência como dentro da antropologia, pelo fato de lidar com diferentes pessoas em diferentes situações que são envoltas de questões sociais delicadas. E nesse sentido, ela colaborou bastante com este trabalho devido aos momentos que tivemos pós oficina discutindo coisas específicas que aconteciam dentro daquele local, o qual possui uma realidade bem específica. E também pelas sugestões bibliográficas ao longo dos capítulos aqui instituídos.

2.2. PROJETOS E OFICINAS

Atualmente são dois projetos que compõem o hall de atuação do Instituto Arco-íris de Direitos Humanos: O Resgate Social e o Centro de Convivência e Cultura (CECCO). Os dois projetos possuem características específicas, metodologia de atuação própria uma vez que são trabalhos bastantes distintos. O publico de atuação desses projetos se interseccionam na população em situação de rua, mas podem englobar outros, como por exemplo profissionais do sexo, a “galera da saúde mental”²⁶, pessoas LGBTQI+. Ou seja, qualquer um que necessite do serviço será bem recepcionado.

²⁶ Esta se refere às pessoas que utilizam os aparatos do sistema de saúde ligado a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e portanto era a forma como os trabalhadores se referiam a estes.

Meu campo se constituiu nas duas modalidades do Centro de Convivência e Cultura nos anos de 2021 e 2022. Num primeiro período enquanto o CECCO estava dentro da Passarela da Cidadania e portanto trabalhava mais especificamente com pessoas em situação de rua. E no segundo momento enquanto dispositivo descentralizado nas quatro regiões da cidade de Florianópolis - norte, sul, centro e continente, voltando a atuar com as pessoas da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, e também com as pessoas em situação de rua. Portanto o enfoque do trabalho, é o Centro de Convivência e Cultura em suas práticas e participantes, o que as pessoas fazem nesse ambiente, como se dão as relações e o que esse espaço propicia enquanto dispositivo da Rede de Assistência Psicossocial, no que diz respeito a busca pelo acesso aos direitos mas também enquanto um dispositivo que engloba desafios e conflitos. Entretanto, de qualquer forma, será brevemente apresentado o que consiste o Resgate Social.

2.2.1. Resgate Social

Figura 9 - Resgate Social



Fonte: Leonardo Sousa/PMF, Prefeitura de Florianópolis²⁷

É importante explicar o que é o Resgate Social, para se compreender melhor a atuação do Arco-íris dentro do município de Florianópolis - SC. O Projeto Resgate Social é uma parceria do Instituto Arco-íris com a Prefeitura Municipal de Florianópolis através da Secretaria Municipal de Assistência Social. O Instituto começou com esse projeto no ano de 2020 e está com ele desde então²⁸. O atendimento via Resgate Social acontece nas ruas do

²⁷ (SANTA CATARINA, 2020)

²⁸ As informações aqui foram retiradas do documento: Projeto Resgate Social (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, s/d), me enviado pela coordenadora do projeto. Para a composição da monografia, fiz contato com a coordenadora, foi tentada a realização de uma entrevista com essa, mas acabou que não conseguimos. Dessa forma ela me enviou esse documento, e disse que me mandaria alguns áudios com

município, mas a gestão do projeto - por exemplo o local onde as pessoas recebem os telefonemas, fica atualmente em uma salinha dentro do prédio azul da prefeitura, no segundo andar. Este andar é o da Secretaria de Assistência Social, e a salinha fica no final do corredor, quase como se estivesse escondido. O prédio da Prefeitura compartilha o lote da Passarela Nego Quirido, ficando bem em frente de onde ficam as pessoas abrigadas.

O Resgate Social possui como princípio “a garantia e ampliação dos direitos das pessoas em situação de rua e o fortalecimento das políticas públicas” (INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, s/d), articulando dessa forma a ação com outros serviços da rede pública de Florianópolis, como os CAPS, postos de saúde e serviços socioassistenciais - como a Passarela da Cidadania. O trabalho é realizado a partir da facilitação do acesso das pessoas em situação de rua à esses serviços, priorizando sempre as necessidades dos e das usuários/as, por exemplo, se a pessoa não quiser ser recolhida, ela não será. A intervenção, o trabalho, acontece através da “busca ativa” da equipe com a Van do Resgate, ou “via chamadas por telefone ou mensagens no whatsapp”. A partir disso, é feito reconhecimento do local e da demanda, e a equipe faz os primeiros atendimentos e acompanhamento aos serviços de saúde quando necessário e quando há vontade por parte do atendido.

O serviço funciona 24 horas, diariamente, em todo o território municipal, com o revezamento de quatro equipes, sendo duas no período diurno e duas no período noturno. As equipes são compostas por um psicólogo, um assistente social, um enfermeiro e um técnico de enfermagem. De acordo com o site da prefeitura (SANTA CATARINA, 2020), o Resgate Social realiza mais de 20 atendimentos por dia, realizando *abordagem e busca efetiva* às pessoas em situação de rua.

2.2.2. Centro de Convivência e Cultura: “fica só a convivência sem o centro”

Os Centros de Convivência e Cultura, CECCOs, são um dispositivo, serviço, da rede municipal de saúde que integra a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS. Este é um espaço principalmente de “sociabilidade, produção e intervenção cultural” (SCHENKEL; SILVA; AMORIN; MIRANDA; CARVALHO; RIBEIRO; ALMEIDA; SILVA, 2022, p. 39). Os

informações e respondendo minhas dúvidas. O que não ocorreu, deixando essa parte pouco desenvolvida e baseada nesse único documento recebido e sites da prefeitura.

Centros de Convivência e Cultura estão distribuídos ao longo do país e cada um possui suas especificidades, em suas maneiras de funcionar, local, população e história. Estes surgiram no Brasil, estrategicamente, pensados enquanto serviços abertos e não somente voltados às pessoas que usam a RAPS (Ibid, p. 40), no final da década de 1980 em São Paulo consolidando a inclusão social das pessoas no âmbito da saúde (ALVAREZ; SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 6).

A RAPS surgiu a partir da Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, a qual explicita a proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais e institui uma nova forma para a saúde mental no Brasil, e pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, outro ponto de destaque nessa política foi Portaria Nº 3.088 de Dezembro de 2011, a qual estabelece um conjunto de orientações para o funcionamento da RAPS, “garantindo a articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território. É importante ressaltar que a partir da instituição da RAPS os Centros de Convivência começam a fazer parte da estrutura da Atenção Básica.” (ALVAREZ; SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 6) Esta nova forma para a saúde mental constitui em incluir serviços alternativos e que substituam os hospitais psiquiátricos, integrando saúde mental e comunidade (Ibid p. 14), desta forma, “O tratamento em saúde mental passa então a visar, como finalidade permanente, a vida habitada com saúde na cidade, combatendo modelos asilares de assistência” (Ibid). Portanto, a RAPS construir serviços diferentes, específicos, para atender diferentes necessidades, estando pactuada nos seguintes eixos: “ampliação do acesso, qualificação da rede, ações intersetoriais para reinserção social, reabilitação, prevenção e redução de danos” (NÓBREGA; SILVA; SENA, p. 42, 2016). Desta forma busca garantir os direitos de pessoas que precisem de cuidados em saúde mental, mas também busca, a partir de diversos serviços como o nome sugere, propor ações de maneira ordenada dentro do SUS, criando e propondo novos caminhos para os usuários.

Os dispositivos da RAPS, sendo o CECCO um deles, no geral operam como:

intermediadores dos sujeitos com o mundo social que os circunda, os quais primam por iniciativas criativas que contemplem os diversos modos de existir e viver com o sofrimento psíquico, conectando-os com a comunidade/cidade. As atividades desenvolvidas no âmbito da RAPS buscam desenvolver a dimensão pessoal e social a partir das diferentes necessidades dos usuários (SCHENKEL; SILVA; AMORIN; MIRANDA; CARVALHO; RIBEIRO; ALMEIDA; SILVA, 2022, p. 40)

Sendo portanto um importante espaço, local de acesso a atividades artísticas culturais, de acolhimento e de encontros (Ibid, p. 41) entre seus diversos colaboradores e usuários. O Centro de Convivência e Cultura de Florianópolis também segue por esse caminho, o de desenvolver dimensões pessoais e sociais dos seus usuários. Esse serviço existe na cidade

desde 2015, e vem sendo tocado pelo Instituto Arco-íris desde então com a renovação do convênio. Visto essa atuação, Isadora qualifica o espaço do CECCO como sendo principalmente um local de acolhimento e escuta qualificada. Todo o histórico do da RAPS e dos CECCOs, as estratégias que são apresentadas nas oficinas, de busca e forma de criação de vínculo, programas artísticos culturais, integração com o espaço entre outras, são vistas pelos meus interlocutores como uma forma de fazer a continuidade daquela pessoa nesse sistema. Visto tudo isso, uma grande potência dos Centros de Convivência e Cultura e do CECCO de Floripa está em “ocupar os espaços públicos da cidade, produzindo uma autonomia construída coletivamente através da convivência e dos bons encontros que são também produtores de saúde.” (ALVAREZ; SILVA; OLIVEIRA, 2016, p. 5). Logo, esse dispositivo visa o atendimento integral e humanizado, com foco no acolhimento, acompanhamento contínuo e vinculação à rede.

Os CECCOs passam então a ser uma descentralização da cultura. Cátia, uma dasicineiras, ressalta em suas falas a importância desse serviço **não** estar dentro dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, por exemplo, realmente para “fortalecer o cuidado na comunidade”. Uma vez que, o CAPS, na visão dela, “infelizmente às vezes fica muito fechado em si mesmo nessa coisa do tratamento e saúde por via da psicoterapia, do grupo terapêutico.”. Visto isso, o Centro de Convivência e Cultura seria uma proposta de “tratamento comunitário”, com a possibilidade de que “a loucura saia para passear pela cidade”, e a pessoa não se afaste do seu lugar de pertencimento, do seu território. O Arco-íris sendo localizado no centro da cidade, na Travessa Ratcliff, é interessante exatamente por conta desse lugar, desse “olhar para o território”, contribuindo para as possibilidades de coisas que se pode fazer ali. Reforçando a importância desse serviço nas formas em que é proposto.

O Centro de Convivência da forma como o município de Florianópolis propõe, ou seja, em forma de convênio entre Secretaria de Saúde Mental e Instituto Arco-íris de Direitos Humanos, acaba tendo uma estrutura precarizada, uma vez que o recurso para o projeto “é bem pouco”, e são poucas contratações. Isadora, e também Ademair em sua fala apresentada anteriormente sobre a consolidação das políticas públicas a partir desses convênios e parcerias, acredita que se o projeto fosse realmente “absorvido” pela prefeitura, fosse tocado por profissionais e tivesse concurso, este poderia “ganhar bastante” com isso. De qualquer forma, o projeto se adapta, sobrevive e se reestrutura ao longo dos anos, visando o que é melhor para a população e para essa articulação entre entidades. Antes da pandemia, o CECCO era realizado na sede do Instituto Arco-íris e contava com diversas oficinas como yoga, cerâmica, informática, redução de danos e outras. Durante a pandemia, nos anos de

2020 e 2021, com o fechamento da sede, este espaço passou a acontecer na passarela da cidadania, onde as pessoas em situação de rua estavam abrigadas, passando então a atender quase que exclusivamente estas pessoas. Em 2022, o projeto começa a ter uma nova cara, a Prefeitura de Florianópolis sugeriu que o projeto acontecesse nos distritos sanitários, uma forma de ir até a população e também voltar a atender as pessoas da rede de atenção psicossocial. Mas também sugeriu que o projeto fosse voltado para Economia Solidária, ou seja, enquanto que antes da pandemia o CECCO possuía um caráter de experimentação artística e cultural e discussões sobre o uso de psicoativos. Em 2022, no contexto atual (não há como falar pós-pandemia, visto que mesmo que a situação tenha melhorado a preocupação com a disseminação do vírus ainda é gigante), as oficinas são voltadas para a geração de renda dos usuários.

As oficinas de agora, são voltadas a produção de materiais que possam ser vendidos. Isadora acredita que essa sugestão e mudança do projeto veio de uma questão social causada pela pandemia. Muitas pessoas perderam seus empregos nessa época, as pessoas em situação de rua aumentaram, houve um aumento nos preços, ou seja, uma “precarização da pandemia na vida das pessoas”, nas formas de se viver. De acordo com Luara, a Economia Solidária sempre foi uma questão, em alguns anos em maior escala do que em outros - como por exemplo as oficinas de cerâmica, mas que agora, voltar o projeto para isso é interessante porque a “galera precisa de trabalho”. Além da proposta da Economia Solidária, a Secretaria Municipal de Saúde Mental, devido a vários fatores mencionados anteriormente da sede do Arco-íris, deu a ideia de “desterritorializar para territorializar em outros territórios”. Cátia afirma achar essa proposta muito interessante, uma vez que diversos usuários vinham dos cantos mais remotos da Ilha para realizar as oficinas na sede da organização e que agora possuem oficinas mais próximas deles. E também porque dessa forma, em outros territórios, a organização consegue compor “mais o espaço da Rede de Atenção Psicossocial”. Podendo então dialogar mais com a rede sobre as pessoas encaminhadas para as oficinas, uma vez que esses usuários, “o usuário não é usuário da oficina lá do arco íris ou usuário do CAPS ou usuário do posto de saúde, ele é usuário *da* rede né”.

Os locais definidos para acontecer às novas oficinas, foram pensados em rede também - com as equipes de saúde de cada território, tanto sobre o que deveria ser fornecido quanto o local a ser realizado. As equipes então indicaram os locais e a Luara, que é coordenadora do projeto, realizava as reuniões referentes ao uso de cada espaço, como o centro comunitário Rio Tavares, a igreja no Mont Serrat etc. Então cada espaço tem seus pactos específicos para a realização das oficinas, como por exemplo o do Conselho Comunitário Rio Tavares no qual a

Cátia teve que assinar um contrato para pegar a chave. Fora o considerado básico, deixar o ambiente limpo e organizado. Uma coisa que me intrigava no início, quando comecei a acompanhar essas oficinas era como as pessoas sabiam onde estava cada uma e como sabiam que esse projeto estava sendo realizado, uma vez que não havia ainda divulgação nas redes sociais do Instituto. Logo, por serem parte da rede, os CAPS, as equipes multidisciplinares de saúde de cada território, sabendo do projeto, encaminhavam as pessoas que eles acreditavam que poderiam se beneficiar das oficinas, se beneficiar desse espaço terapêutico através da arte e da convivência. “**A convivência, ela é terapêutica**”, afirma Cátia:

Não é atoa que a gente vai pro bar, a gente vai no show a gente sai com nossos amigos, a gente faz uma janta na nossa casa, porque a gente precisa conviver, né? A gente faz isso com nossos amigos. A gente precisa criar esse espaço protegido, para a convivência e isso é muito terapêutico. Protegido eu digo no sentido de que a pessoa ela pode ser quem ela é. Ela não precisa se moldar ao serviço como num hospício ela precisa. O hospício é a despersonalização do sujeito, né? Passa a ser um diagnóstico, não um sujeito.

Portanto, deve ser oferecida a “todos” de forma que esses sujeitos, em específico as populações em vulnerabilidade, possam se expressar e se sentirem seguros para isso. O Centro de Convivência colabora então com essa questão, sendo esse espaço protegido onde as pessoas reivindicam direitos, autonomia, acesso à cultura e a arte, portanto ser sujeito humano de direitos.

Cada território, cada local de realização de oficina tem suas especificidades, assim como cada oficina tem sua maneira de se preparar, fornecer e lidar com as pessoas durante as oficinas. Das duas formas as quais vivenciei participando do Centro de Convivência de Florianópolis, na passarela e descentralizado, percebi que algumas coisas são comuns, como a prestação de contas²⁹, o público não definido (por mais que na passarela só havia pessoas em situação de rua, aquele era um espaço com possibilidade para todos), e o fato de ser realmente um ambiente para socialização. Uma vez que diversos usuários às vezes iam ali só para conversar, e não necessariamente realizar atividade, como era o caso de Gonçalo na oficina do CAPS AD continente. Logo, o CECCO como demonstrado pelo campo é um lugar que apresenta conflitos, desafios, e articulação com a subjetividade das pessoas. Um espaço em que estas se abrem e demonstram através de suas falas e comentários, como que a busca por direitos acontece e como eles se sentem diante disso. A seguir então será demonstrada as

²⁹A prestação de contas do projeto do Centro de Convivência e Cultura consiste em inserir determinadas informações em um site chamado Bússola Social. Basicamente neste site tem todas as atividades cadastradas e nele cada oficina entra na parte da sua oficina, registra os usuários participantes (alguns dados específicos como nome, data de nascimento, etc.), e produz relatórios (descrição) de cada oficina, e também deve incluir um relatório mensal das atividades realizadas. Além disso, também devem ser inseridas imagens das oficinas.

particularidades das oficinas acompanhadas, como cada oficina é rica em conteúdo e única, e em cada uma delas são abertos escopos para este e outros trabalhos.

Por mais interessante que seja o Centro de Convivência e Cultura da forma como está sendo realizado atualmente, acredita-se que uma parte do CECCO está faltando: “fica só a convivência, sem o centro”. Uma vez que a segunda parte de realização do projeto seriam as atividades na sede, as quais ainda estão em negociação. No mês de julho/agosto há a perspectiva de que atividades voltem a ser realizadas ali, mas ao mesmo tempo, o projeto também continuará de forma descentralizada. Logo essas duas formas de atuação comporão o Centro de Convivência e Cultura do Instituto Arco-íris.

2.2.2.1. Oficina de Comunicação e Expressão - Passarela da Cidadania

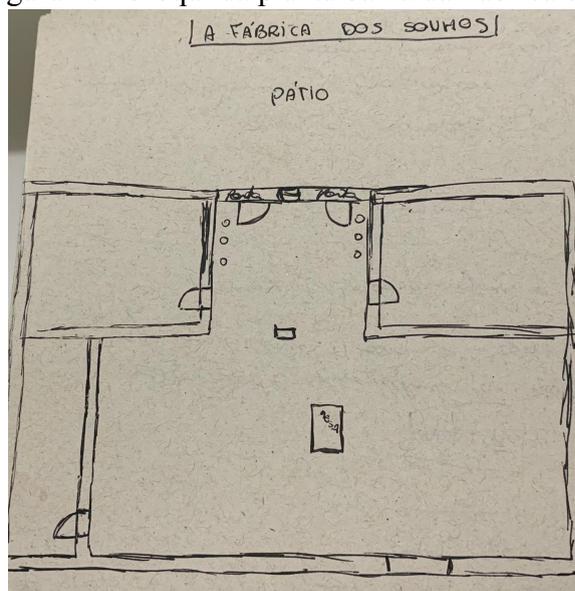
A responsável por fornecer as oficinas de comunicação e expressão, era a Isadora. Ela é mestre em antropologia pela UFSC e começou a trabalhar no Arco-íris devido a uma oportunidade: um convite de outro antropólogo que já atuava no projeto. Este ao ir realizar um pós-doutorado fora do país a convidou para ministrar a oficina que antes ele ministrava, por acreditar que ela tinha o perfil e capacidade para isso. Então a atuação da Isadora dentro da organização começou como oficiniera de informática em 2018. Dessa forma ela sai de um ambiente de uma oficina “lotada”, para ministrar uma oficina na Passarela da Cidadania, chamada Comunicação e Expressão. Isadora relata algumas dificuldades nesse início como o fato de que antes ela tinha um mediador na oficina que era o computador, e na passarela não havia isso. Além disso, a oficina durante a pandemia continha uma quantidade ínfima de pessoas, num contexto em que ela sempre deveria sair chamando as pessoas para participar e poderia haver dias em que não haveria ninguém. Por mais que com a pandemia, as pessoas puderam ficar no abrigo, passar o dia lá - questão que aparentemente não era o caso anteriormente de acordo com Isadora, o que facilitava esse chamar as pessoas para esse ambiente. Outro fator apontado como dificuldade, seria sua insegurança, em questão de metodologia em como fornecer a oficina.

As oficinas de informática eram muito movimentadas e diversas, haviam diversas pessoas que estavam ali só pela socialização: “bater papo, conversar”. Além disso, era interessante uma vez que se juntavam diversos públicos: “tinha gente com casa, tinha gente que tava na rua”. Era bem movimentada, se falava de diversos assuntos e eram cerca de 3 computadores, cada um saindo um som: pessoas assistindo clipes musicais, outras

documentários da savana africana e aqueles que queriam criar alguma rede social, falar com familiares, fazer currículo, entre outras coisas. Ao passar a ser realizada na Passarela, houve uma diminuição no público assim como uma restrição não necessariamente explícita daquele local, uma vez que o acesso a outros públicos se tornava mais restrito. Não que eles não pudessem participar da oficina, mas o fato de estar na Passarela da Cidadania não deixava as pessoas confortáveis. De qualquer maneira, para as oficinas de Comunicação e Expressão, havia um público, limitado, e dessa forma, durante a pandemia, a oficina continuou. Naquele espaço também era ministrado oficinas de teatro, yoga, redução de danos entre outras.

As oficinas de Comunicação e Expressão aconteciam, primeiro nas quintas-feiras das 16:30 às 18:00 horas e posteriormente passaram a ser realizadas às quartas-feiras no mesmo horário. Chegar ao local, para mim era bastante simples, uma vez que ao pegar qualquer ônibus para o centro, este parava a 5 minutos da passarela. Dentro da passarela as oficinas aconteciam em um local específico denominado Fábrica dos Sonhos:

Figura 10- Croqui da planta baixa da Fábrica dos Sonhos



Fonte: Elaborada pela autora

A fábrica dos sonhos era um espaço relativamente pequeno. As portas laterais eram salas de acessos mais restritos, e o vão ali era onde aconteciam as oficinas, o EJA e rodas de conversas. A salinha é o espaço onde hoje se encontra uma espécie de barbearia/cabeleireiro. Utilizo das imagens aqui para facilitar a assimilação de ideias (KUSCHNIR, 2019, p. 343) e também para trazer ao leitor certa proximidade com o espaço no qual me encontrava. Na primeira vez que fui lá o ambiente inteiro era somente pintado de branco, e posteriormente a salinha da barbearia (que a porta desenhada dá para) recebeu uma pintura: uma mulher com

secador de cabelo e escova e um homem, ambos de avental. Este era um lugar que sempre se via alguém passando para cortar o cabelo, fazer a barba.

Figura 11 - Esboço da parede da Fábrica dos Sonhos



Fonte: Elaborada pela autora

Isadora afirma que no início teve que “construir um espaço”, principalmente se integrando com as mulheres. Portanto, ela sempre chegava na Passarela e ia direto no quarto das mulheres, construindo ao longo do tempo uma relação de forma que elas passaram a ser seu maior público. Eventualmente isso foi mudando, nas oficinas que eu fui no final do ano a maioria dos participantes eram homens, mas sempre quando chegávamos iam ao quarto feminino conversar com as mulheres e convidá-las para a oficina. Posteriormente também passamos a ir no quarto masculino procurando principalmente aqueles que costumavam a ir na oficina, mas também convidando outros a avisar o que era a oficina e o que aconteceria no dia.

A principal ideia da oficina, além de ser um espaço de acolhimento e escuta, era a realização do fanzine: uma espécie de revista onde a pessoa poderia escolher um tema e fazer colagens, ou impressões da maneira que preferisse. Entretanto, Isadora sempre tentou articular com o que as pessoas queriam, achavam interessante e o que elas gostavam e gostariam de fazer:

E aí nisso que eu comecei a circular e comecei conhecer mais as pessoas e aí eu comecei perguntar pra elas o que elas queriam, o que elas gostavam, né? O que que elas tinham interesse, né? O que que elas gostariam de fazer. Se gostariam de uma oficina de artes? E, ou queriam falar sobre alguns assuntos, né? Eu falei que a gente podia levar alguns materiais, alguns alguns assuntos. E aí eu comecei e e nisso ia conversando, eu conhecia lá e fui pro quarto daquelas mulheres, né? E eu comecei criar um vínculo com elas e bater um papo e ia lá chamar elas. E aí elas começaram a se sentir assim eu acho que com certa liberdade, comigo mesma de conversar e de desabafar e que eu estava ali disponível né? Pra escutá-las, pra acolhê-las.

Dessa forma, a oficina era múltipla. Havia diversas atividades sendo desenvolvidas, e que poderiam vir a ser desenvolvidas, pois Isadora as preparava de acordo com o que ela ia escutando e descobrindo dos interesses dos participantes de sua oficina.

Logo, aicineira começou a comprar revistas, materiais para recorte e colagem, lápis de cor e tinta. Levava também desenhos para colorir que algumas pessoas pediam de acordo com seus temas de interesse, como por exemplo as que gostariam de colorir flores, animais. Portanto a oficina era principalmente intercalada entre as discussões que as pessoas queriam, momentos artísticos de colorir, pintura e colagem e uma parte mais audiovisual na qual ela trazia vídeos, documentários para assistir e posteriormente discutir. Entretanto, Isadora afirma que “muitas vezes nem dava para fazer isso. Elas queriam aquele momento mesmo de conversar. De ser um momento de bater papo e abertura, e tudo mais. E eu meio que tentava seguir um pouco a onda assim.”

Aquele espaço era muito interessante, era sempre uma confusão, havia várias pessoas vindo e indo: aqueles que ficavam para oficina, os que viam um pouco e não queriam participar, os que chegavam e confraternizavam por conta do café. As conversas também eram bastante diversas, tanto sobre a situação de estar na rua, como alguns assuntos que acompanhei como racismo, religião, preconceitos, prostituição, cotas, família entre outros, conversas que demonstravam diferentes perspectivas de mundo. Era um espaço meio caótico, por vezes era interrompido por outras pessoas, alguma vez os materiais não funcionava - como no dia que Isadora queria mostrar um documentário e além de ser só pela tela do celular dela a caixinha de som não estava funcionando. As pessoas ali raramente usavam máscara, algumas sim. No geral os usuários eram bastantes participativos, falando bastante e trocando experiências:

A gente acaba conversando, por exemplo, de questões raciais, exposição de pessoas as desigualdades. Eu acho que muitas pessoas também acabavam compartilhando histórias pessoais, né? Não só uma coisinha linda, mas também as perdas, os abusos. Eu tive muitas narrativas disso, de dificuldade, de alguns familiares preocupados.. arrependimentos. Mas ao mesmo tempo assim de coisas muito potentes também de lembranças boas, situações boas de risadas. Piadas de momentos de descontração mesmo sabe?

As oficinas levavam a isso de qualquer forma, Isadora sempre tentava levar os usuários a reflexão e discussão de assuntos diversos. Mas ao mesmo tempo colaborava para a descontração, risadas e a esses momentos de rememorar boas lembranças.

Figura 12 - Oficina de Comunicação e Expressão 23/09/2021



Fonte: Elaborada pela autora

Meu primeiro contato com a oficina, confesso que estava bem nervosa, no sentido de não saber se conseguiria interagir uma vez que devido a pandemia sentia que minhas habilidades sociais se aproximaram de zero. Entretanto, a participação fluía, as pessoas me incluíam e eu acabava realmente participando ativamente daquele espaço de convivência. Também cheguei a pintar e refletir sobre os assuntos e além de não querer, os usuários não deixavam que eu fosse uma pessoa a parte no ambiente e o movimento antes da oficina de ir nos locais, conversar com as pessoas, também colabora para essa percepção.

Ao participar das oficinas, a dinâmica de interação naquele espaço me apresentou diferentes questões que permeiam o funcionamento destas, como negociações e situações de conflitos que mencionarei mais adiante. Era perceptível as dificuldades que aquele espaço possuía para existir, como por exemplo a dificuldade com a caixinha de som, que hora não funcionava e hora estava baixa demais por conta dos barulhos externos naquele local. Dificuldades em questão de material no geral, os quais geralmente eram escassos por conta do dinheiro das oficinas. Isadora relata que diversas vezes acaba comprando com seu dinheiro os materiais, uma vez que ou estes demoram, ou são poucos para a quantidade de pessoas. Outra questão presente em algumas oficinas era o debate sobre desigualdades sociais e marcadores sociais da diferença (raça, gênero, sexualidade). Em uma oficina em específico vimos um documentário da Netflix chamado “Sankofa” e houve uma discussão acalorada sobre racismo no sul do Brasil e homofobia no geral. Era interessante porque eles não paravam de falar durante o filme. Eles comentavam sobre as roupas (o documentário se passava na África), sobre a cor de pele e por mais que de 6 pessoas, 4 fossem negras, eles discutiam suas diferentes perspectivas sobre negritude e que na verdade eles eram “morenos”. Isadora deixava eles falarem e fazia poucas colocações, eles se atropelam em suas falas, falavam sobre o que já viveram sendo “morenos” em locais diferentes de Florianópolis, como a cor de

pele no caso era motivo das pessoas os tratarem bem ou não, e suas percepções sobre isso. Por exemplo o Omar falando que em Porto Alegre ele se sentia mais negro e em Floripa era aparentemente mais tranquilo.

Sobre o *viver na rua*: logo após a oficina ministrada por Isadora, acontece o EJA - Educação de Jovens e Adultos³⁰, devido a isso, em uma das oficinas houve o assunto sobre estudo e sair da rua. A discussão, tendo a frente tomada por Omar e Marta era de que estudar era muito difícil, Isadora então guiava a conversa e os fazia refletir sobre o fato de que eles eram muito espertos e que o diploma “poderia abrir mais portas” para eles. Omar comentou que “quanto mais tempo se passa na rua mais difícil é sair da rua”, afirmando logo em seguida que “mas, eu vou conseguir, eu vou sair dessa”. Omar e Marta começaram a falar então sobre a relação entre estar em situação de rua e sua zona de conforto, e por isso ser tão difícil sair dessa situação, pois tem que aprender a sair da zona de conforto, para ir estudar, buscar as coisas mas também para pedir ajuda. Complementaram a discussão dizendo que “voltar a viver com *peessoas normais* é muito difícil”, demonstrando nessa fala como eles veem as pessoas que não estão em situação de rua. A partir disso, o viver na rua também reflete algumas fragilidades, como o se sentir sozinho e estar fragilizado em determinadas épocas do ano, como o natal.

Sobre arte e o fazer artístico, essa questão vai de encontro às diversas oficinas sobre documentários que refletem isso, mas também as oficinas de produção do fanzine e as de pinturas. Algumas destas até com “participação especial” ministrada por estudantes de artes da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na qual elas ensinaram o disco das cores e teoria das cores - ou seja, cores primárias, secundárias e terciárias e o que cores se resultam em cada mistura. Nessa oficina em específico eles pintaram sobre memórias, o que resultou numa discussão interessante sobre subjetividade dessas pessoas, como a usuária que pintou sobre o seu se descobrir como alguém não binária e chorou enquanto nos contava isso, demonstrando também a abertura que aquele local proporciona para a expressão de emoções. Outra pintura nesse dia foi a de Daivison, a qual consistia em uma folha toda de vermelho e um coração rosa, que representava o motivo dele estar em situação de rua, visto que sua casa havia pegado fogo e a pintura retratava isso. Outras pinturas retratavam memórias religiosas, e a importância da religião na vida dessas pessoas. Estar nesse ambiente, das oficinas, também

³⁰ Esta é uma modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na idade apropriada e é popularmente conhecido como supletivo. O EJA é dividido em duas partes, sendo a etapa 1 sobre o ensino fundamental e a etapa 2 sobre o ensino médio. (BLOG DO EAD UCS, 2022)

faz as pessoas verem arte e falarem sobre arte. Nesse mesmo dia a tinta amarela se espalhou pelo chão e houve uma ampla discussão sobre como “até aquilo” era arte. Outra observação importante é o fato que esse espaço, da oficina, contribui para que eles busquem esses espaços artísticos. Um exemplo disso, foi a insistência deles em tentarem ir ao museu, o que também demonstra essa busca da oficina de incrementar essas pessoas a outros espaços. Sobre isso, a iniciativa, o pedido, veio de Omar. Isadora então buscou as informações e foi atrás da possibilidade de levar os usuários ao museu ou a alguma exposição. Para isso, ela precisaria dos dados deles, como nome, RG, telefone, raça, religião e gênero. Ao coletar os dados das pessoas na oficina, era interessante observar suas respostas, principalmente à pergunta “como você se identifica?”, algumas das respostas foram: "humano", "moreno", “mestiço”, “pardo”. Nesse momento, Omar deu a ideia de fazermos uma exposição de arte dos seguidores da Isadora para assim ter mais “seguidores” em suas oficinas, e aí a Isadora falou que isso também era uma possibilidade. Portanto, além de falar da arte acabou que virou também uma percepção sobre a questão racial e como aquelas pessoas se vêem. Demonstrando que o escopo de discussão e interpretação das oficinas são múltiplos.

2.2.2.2. *Oficina de produção de Stencil, estamperia e costura criativa - CAPS AD continente*

Figura 13 e 14: Ambiente externo CAPS AD continente



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A responsável por fornecer as oficinas de produção de Stencil, estamperia e costura criativa era a Tânia. Tânia me contou que aquela é a primeira oficina que ela ministra com o

Instituto Arco-íris, mas que ela possui um ateliê e o Arco-íris a “conhece da militância” (ela fabrica “principalmente camisetas como as ‘fora bolsonaro’ para vender”) política, antimanicomial, feminista e também porque ela faz parte do Afro Catarina - movimento que ensaia dentro da sede e é um dos parceiros da organização. E pela entidade já conhecer ela e o seu trabalho, o Arco-íris a convidou. As oficinas ocorrem nas quartas-feiras de manhã, das 9:00 às 11:00, dentro do CAPS AD localizado no continente de Florianópolis. Para chegar ao local eu saía às 7:40 de casa e chegava lá às 8:45, após pegar dois ônibus. O CAPS era um local bem quieto, extremamente branco e limpo, havia um espaço lá fora com umas cadeirinhas e possuía dois andares. A oficina ocorria no segundo andar em uma das salas do espaço.

Figura 15, 16 e 17 - Ambiente interno oficina CAPS AD



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Nas oficinas descentralizadas, eu comecei a participar aproximadamente na terceira/quarta semana de projeto. O que significava que o público ainda estava em formação,

não somente na da Tânia mas também na oficina da Cátia (A oficina da Bianca destoa um pouco e será abordada no próximo tópico). Ou seja, as oficinas ainda estavam em estruturação, tanto na questão de seus participantes, quanto na questão de como iria funcionar, quais seriam as atividades e preferências de cada participante. Os participantes da oficina do CAPS AD eram principalmente pessoas em situação de rua (até mesmo pessoas que estavam abrigados na passarela da cidadania), mas havia aqueles encaminhados da Rede de Atenção Psicossocial, dos postos de saúde e do próprio CAPS. Das pessoas que participaram, a maioria eram homens, apenas uma vez teve uma mulher usuária presente. Além disso, por ser um ambiente dentro do próprio CAPS, o uso de máscara era frisado, e geralmente os usuários pegavam uma quando chegavam na recepção.

Como a oficina é de Stencil, estamperia e costura criativa. Tânia trabalhava com essas 3 frentes e sempre deixava cada usuário fazer o que tinha mais afinidade entre as três opções: vazar figuras (as quais seriam eventualmente pintadas), pintar (tanto de forma mais livre quanto pintar figuras já vazadas, e a costura. A oficina contava com duas máquinas de costura e possuía diversos materiais, mas a reclamação sobre a falta de materiais ainda é algo comum entre todas as oficinas. A sala da oficina contava com uma mesa oval comprida, que cabiam cerca de 12 a 15 pessoas, a qual facilitava a conversa. Por ser uma oficina de Economia Solidária e ser uma oficina na qual as pessoas aprendiam técnicas sobre algo, a Tânia era bem requisitada e quando não conseguia atender a pessoa, essa ficava esperando sem conseguir avançar no trabalho. Esta também foi a primeira oficina em que tive contato com estagiárias, a oficina contava com três estudantes da UFSC para a realização dessa função. As estagiárias ajudavam como possível na realização das tarefas, entretanto haviam diversas coisas - a maioria, as quais elas não sabiam fazer e o trabalho continuava travado. Entretanto, elas eram instrumentos fundamentais (tanto nesta quanto nas oficinas apresentadas a seguir) para o momento de convivência que aquele espaço propõe, uma vez que possuíam uma escuta ativa e se demonstravam muito disponíveis e atentas aos usuários.

É interessante também o potencial que essa oficina tinha de fazer com que as pessoas quisessem trazer projetos para realizarem ali dentro do escopo da atividade. Três exemplos disso é o usuário Otávio trazendo uma camisa sua para estampar o leão que ele mesmo vazou no stencil, o Clayton fazendo uma bolsa específica que ele queria para levar seus materiais que usa para confeccionar joias e outras coisas e Gael que trouxe a caixa de correio, que ele mesmo fez, para pintar as informações que queria. Ali naquelas duas horas que era determinada a oficina, percebi que por mais que as pessoas interajam entre si, elas ficavam muito mais concentradas realizando as atividades manuais. Dessa forma a conversa era mais

limitada, havia pessoas que mal conversavam e os que mais falavam acabavam realizando isso mais com as estagiárias, com a Tânia ou comigo. De qualquer forma, havia uma integração, as pessoas se ajudavam constantemente. E aqueles que haviam pegado a atividade mais facilmente, como o Henrique com a costura, eventualmente ajudava outra pessoa que queria aprender aquilo.

A oficina seguia um padrão em suas atividades. Portanto, todo dia era realizada as mesmas coisas: stencil, costura e pintura. Só que ao longo dos dias ia aumentando a dificuldade e realizando e produzindo novas coisas. No mês que participei a ideia era produzir ecobags para a venda em uma feira que eles iriam participar, e ao longo do mês foram fazendo coisas para que isso acontecesse dentro desse escopo de trabalho. Uma exceção nessa atividade de produção, foi na semana da luta antimanicomial (18 de maio), na qual o CAPS - a responsável pelo CAPS, pediu a Tânia que os usuários fizessem algo para decorar o próprio CAPS. Neste dia a oficina “lotou” e havia cerca de 10 pessoas a mais do que o habitual, o que assustou um pouco a Tânia, entretanto, foi bastante interessante. De qualquer forma, aquele é um espaço terapêutico onde as pessoas aprendem a produzir coisas que eles podem eventualmente vender.

Figura 18 e 19 - Dia de produção para a semana da luta antimanicomial (18/05/2022)



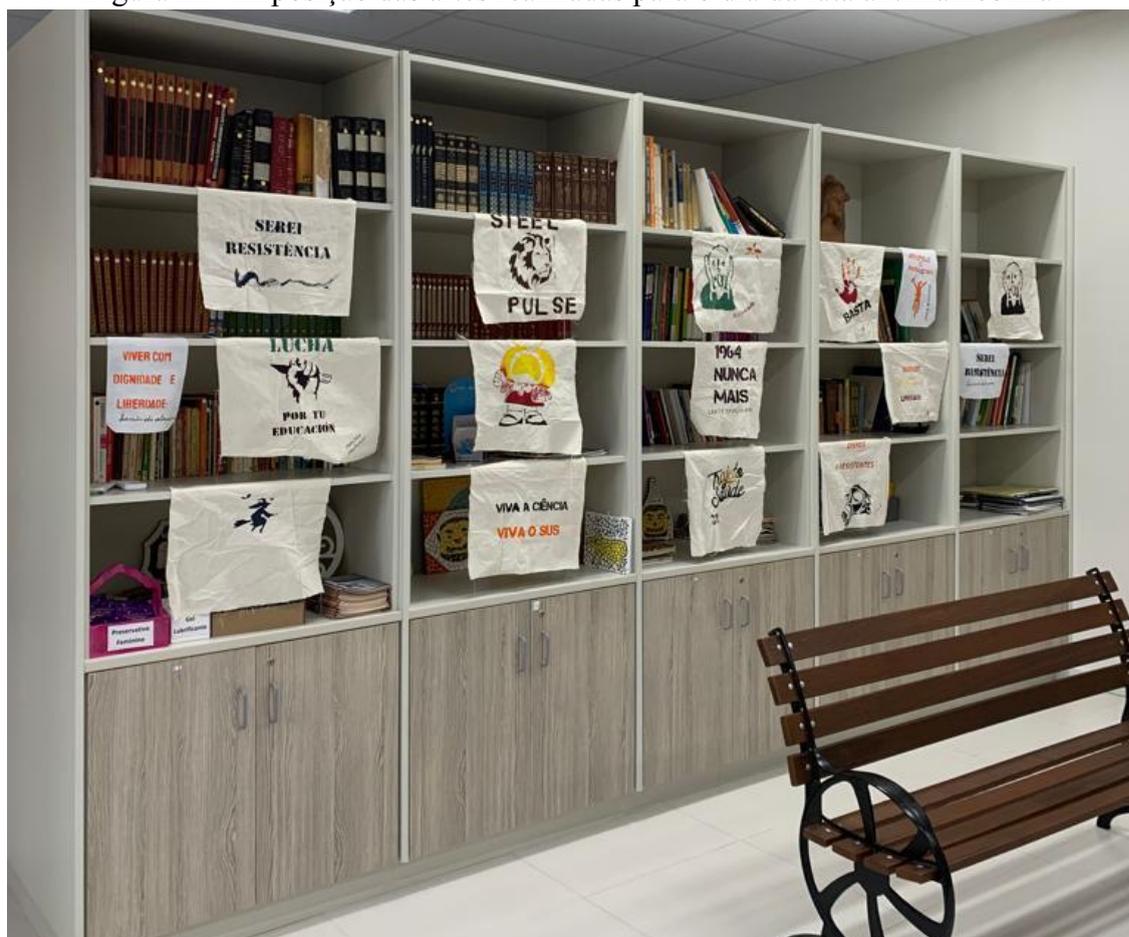
Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 20 - Resultado das produções do dia 18/05/2022



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 21 - Exposição das artes realizadas para o dia da luta antimanicomial



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Diferente da oficina da Passarela da Cidadania, na qual tinha que ir atrás das pessoas para que elas participassem, nessa e nas outras oficinas desse modelo descentralizado, havia

uma recorrência maior dos usuários. O público então era mais fixo, as pessoas estavam ali porque realmente se interessavam e queriam participar da oficina. E quando estes não se interessavam eles não voltavam mais. Mas também, igual à da passarela havia sim pessoas que iam para aquele espaço somente pela convivência, como era o caso do Gael, o qual ao sofrer um acidente não conseguia realizar atividades manuais, mas acompanhava seu amigo até o local e ficava conversando principalmente com a Alice, estagiária. Essas pessoas que iam e realmente se interessavam eram então muito dedicadas, e gostavam, mas também precisavam, daquele espaço para melhorar e desenvolver suas habilidades - como o caso do Henrique - um homem em situação de rua que realmente gostava de costurar e pretendia eventualmente conseguir um trabalho com isso.

Durante as oficinas cada pessoa realizava alguma atividade, mesmo que fosse cortar pano e auxiliar o outro. As conversas então nesse espaço eram mais veladas, mais dirigidas. Não havia grandes apontamentos, com raras exceções. Entretanto, algumas questões também surgiam nesse espaço. Uma questão, que surge aqui como nas oficinas do Mont Serrat e do Rio Tavares, é sobre a falta de material, em praticamente todas as oficinas que fui se traz esse ponto, se não pela oficina, pelos usuários que não encontram aquilo que precisam para desenvolver a atividade proposta. Como é o caso de falta de panos, tintas, tábuas específicas para o vazamento do stencil, régua, tesouras entre outros. Mas para isso, algo perceptível é a forma como as oficinairas tentam solucionar esses desafios, remanejando atividades, propondo novas formas de costura e novas formas de fazer as coisas ou simplesmente pedindo que a pessoa espere outra terminar com o material para fazer algo. Ou seja, “enquanto não chegava mais materiais para o oficina, a gente vai se virando com o que tem”.

Algo que surgiu já na primeira oficina que acompanhei, é a forma como a oficina e as estagiárias lidam com assuntos delicados, de forma a criar um vínculo com o usuário para somente depois disso trazer e discutir tais assuntos. Acredita-se que é a partir disso que a pessoa estará mais aberta para discussão. Exemplo disso, é o usuário, que após a estagiária ter falado alguma coisa da comunidade LGBTQ+, ter dito reforçando que “eu não tenho preconceito, mas sou homem”. Quanto isso, as mulheres não retrucaram nem comentaram na hora, mas disseram (posteriormente a oficina quando estávamos conversando sobre o que aconteceu no dia) que isso era algo para ser abordado lentamente nas próximas oficinas caso ele apareça novamente. Que nessa primeira ida dele era mais fácil deixar ele confortável para que ele voltasse nas próximas oficinas e pudesse ser um assunto para abordar novamente. Tânia disse que ele provavelmente viu aquele tanto de mulher e quis dar “uma mijada para reforçar sua masculinidade”, até por ser uma oficina de costura, e artesanatos, práticas

estigmatizadas como femininas. Também disse que é super militante feminista mas que nessas situações, com essas pessoas mais "vulneráveis" ela "dá uma segurada" e aprendeu a ter paciência sobre como falar, uma vez que não pode ser algo agressivo para "não entrar em um ouvido e sair em outro".

Além disso, é interessante observar também como a Tânia cria uma conexão com essas pessoas, ela disse que aquele grupo é um "grupo de cura" e que ela ajuda eles e na mesma medida aquele espaço também a ajuda. Ela compartilha também suas dificuldades e afirma ser uma pessoa que também é atendida por esses espaços. Ela compartilha de forma leve sobre suas dificuldades e sobre o seu transtorno bipolar, por exemplo, neste dia, compartilhou que ela simplesmente não funciona de tarde, a cabeça não funciona, ela não consegue formular respostas, e precisa respeitar isso. Portanto, esse espaço também funciona como uma via de mão dupla, onde se busca acolher pessoas que estão em situações diversas e que passam por coisas diferentes, e onde aquela que a ministra também utiliza do espaço como forma de convivência. Por ser um espaço novo, que está se consolidando, as oficinas de forma descentralizada, não se aprofundam em tantos assuntos como era o caso da oficina de Comunicação e Expressão de Isadora. Mas pelo observado, se caminha para isso. Ou seja, caminha para ser um espaço que esteja aberto a múltiplas discussões e compartilhamentos.

2.2.2.3. *Oficina de Artesanato, Bonecos e Estamparia - Mont Serrat*

Figura 22 - Vista da oficina do Mont Serrat



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A responsável por fornecer as oficinas de Artesanato, Bonecos e Estamparia é a Bianca. Bianca é artesã e é a única que eu não sei como começou no Instituto Arco-íris. As oficinas ocorrem às quintas de tarde das 14:00 às 16:00 na Paróquia Nossa Senhora do Mont Serrat. Para chegar ao local, era preciso pegar dois ônibus também, um até o centro e um do centro para o Mont Serrat, esse só tinha às 13:25, de forma que se eu o perdesse chegaria cerca de 40 min atrasada na oficina. O local da oficina em si tem uma estrutura bem boa de banheiros, cozinha e um amplo espaço para a realização das atividades. Em contraponto, além de ficar no Mont Serrat - que é uma extensa subida -, a paróquia contava com um extenso lance de escadas, não sendo um local acessível para pessoas com deficiências físicas. Era também a oficina que maior contava com participação, sendo cerca de 15 a 20 pessoas por oficina.

Figura 23 - Oficina do Mont Serrat



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Os participantes dessa oficina em sua maioria eram mulheres da própria comunidade do Mont Serrat, estas majoritariamente já realizavam ali outras atividades propostas pela paróquia. Havia também alguns poucos “encaminhados” da RAPS. Portanto, algo próprio dessa localidade é essa comunidade bem formada, a qual já possuía suas questões e relações. A maioria se conhece e da mesma forma se ajudam, conversam e aproveitam daquele espaço coletivamente. Um pouco do relato da Bianca e dos estagiários é que por já ter essa

comunidade “forte” há um embate com aqueles que são encaminhados dos serviços de saúde que são de fora da comunidade. Ou seja, pessoas que se conhecem muito e de pessoas que não se conhecem e que estão se inserindo naquele espaço, tentando criar esse espaço de convivência para todos. Nesse sentido, era perceptível como que as encaminhadas ficavam mais quietas durante as duas horas de oficina, e possuíam dificuldade em se inserir no assunto das outras mulheres, mas ao mesmo tempo iam lentamente fazendo esse movimento, primeiro conversando com outras mulheres também encaminhadas e depois aos poucos com as que já são da comunidade.

Nas oficinas ministradas pela Bianca, ela traz projetos específicos e todas fazem a mesma coisa, cada uma no seu tempo. No primeiro dia que participei, todas tinham terminado ou estavam terminando uma almofada de peixe, na qual no dia elas terminavam de preencher com o estofado e de costurar o animal de pelúcia. Nas outras oficinas foram desenvolvidos puxa-sacos em forma de galinha, começando pela replicação do molde, escolha de tecidos e costura do objeto. Portanto, era uma oficina estruturada de uma forma diferente das outras, na qual a Bianca conseguiu propor uma atividade e todas seguiam a mesma. Nas três semanas que fui na oficina, era perceptível que às vezes aicineira queria seguir e passar para outra atividade, mas o grupo queria continuar na atividade passada e assim seguia o que as usuárias preferiam. Da mesma forma, Bianca consultou e tentou pegar uma opinião coletiva do que deveria ser o próximo objeto a ser feito.

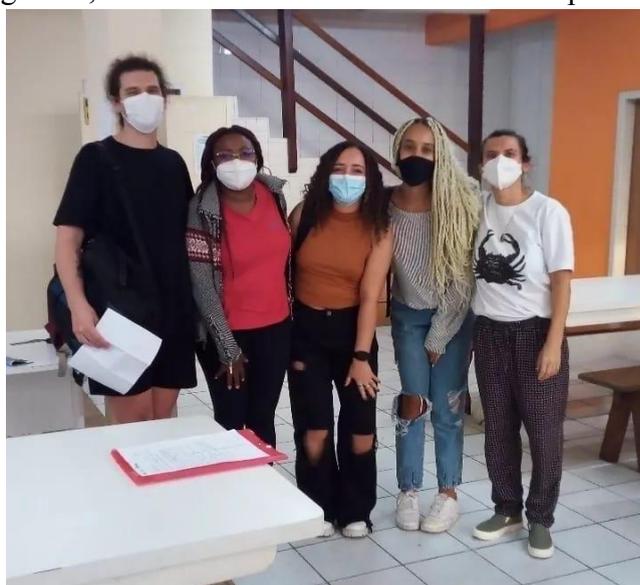
Figura 24 e 25 - Puxa-sacos de galinhas confeccionados na oficina do Mont Serrat



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O Mont Serrat também contava com três estagiários da UFSC. Estes ajudavam exatamente na questão da convivência também, apenas uma dos três sabia costurar e essa conseguia ajudar os usuários nesse ponto. Mas de resto ficavam com a comunicação e ajuda na organização do espaço, além do suporte básico. A Bianca, assim como a Tânia, e assim como a Cátia, também é super requisitada. Era comum ouvir os gritos das mulheres: “Ó prof”, e dessa forma a Bianca tentava atender todas dentro de sua limitação, e portanto, estava sempre auxiliando alguém, principalmente nas máquinas de costura.

Figura 26 - Estagiários, Bianca e eu no último dia da minha participação na oficina



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Os maiores desafios desta oficina, além da falta de material (ainda mais pela grande quantidade de pessoas participantes) era a falta de acessibilidade e a não integração dos usuários cadastrados. Em uma das últimas oficinas que participei, houve um moço que queria participar, mas ele não conseguia subir a escada sozinho. Luara ligou para Bianca e fez de tudo para que alguém fosse buscar ele, mas quando Bianca viu o celular o moço já havia ido embora. Eventualmente depois ele foi participar da oficina do continente. Outras pessoas, mulheres, principalmente as que não fazem parte da comunidade também relatam isso, a dificuldade de acesso ao local. E uma parte dessa reclamação vem do fato do Posto de saúde que as encaminharam a encaminhar para lá, mas não informarem a tais usuários que há outras opções, estas outras às vezes até de mais fácil acesso para essas pessoas.

Na primeira oficina que participei, uma das primeiras coisas que ouvi, bem no início da oficina foi uma encaminhada que ao ser perguntada pela Bianca se ela conseguiu terminar a atividade da semana passada em casa, respondeu que não, visto que “minha terapia é aqui,

não consigo fazer nada em casa”, outra também disse que “me mandaram fazer terapia aqui”. Esta fala demonstra como esse espaço de convivência se transforma em um espaço literalmente terapêutico, o qual a partir de trabalhos manuais, integram as pessoas a uma atividade artística e as inserem em espaços nos quais elas conseguem se expressar (seja falando ou através da arte). A questão da arte nessas oficinas que tem como o intuito a Economia Solidária é ainda mais explícita, pois instruem as pessoas a fazerem objetos manuais com características únicas, características e detalhes que são atribuídos por cada usuário específico, se transformando em objetos de cunho artísticos muito grandes. Exemplo disso é o puxa-saco de galinha. Por mais que este objeto tenha um molde específico seguida por todas ali presentes, a composição dos panos transforma cada objeto em único. A organização do espaço pré e pós oficina também é algo abordado por todas as oficinairas no modelo descentralizado. Geralmente quando se chega, o espaço não está pronto, é preciso juntar mesas, afastar objetos aleatórios. E no pós oficina é necessário colocar tudo no lugar assim como limpar os fiapos de pano, as manchas de tintas entre outros.

Questões mais específicas, só apareciam mediante a conversa mais profunda com usuários de forma individual. Por ser uma oficina com muitas pessoas, não dava para ouvir as pessoas conversando, pois quando essas falavam, falavam todas, e quando estava silêncio era um silêncio preenchido por uma concentração na atividade. A questão do preconceito, emergiu em uma das últimas oficinas das quais participei quando fiquei basicamente a oficina toda conversando com uma mulher em específico. Esta me contou que era de Curitiba e tinha uma ansiedade fortíssima. Contou um pouco da sua vida, história e como estava ansiosa uma vez que iria mudar para outro morro, um morro mais tranquilo e que não havia tráfico de drogas, algo que deixava ela feliz, mesmo tendo sido morando no morro que ela perdeu um pouco do preconceito com essas pessoas. Logo, é através do interesse e da criação de vínculos que os usuários se abrem nesses espaços, as vezes o vínculo não é tão profundo, como foi o caso dessa conversa em que começou apenas com eu sentando na frente desta usuária e elogiando o puxa-saco que ela estava fazendo. Mas foi através da escuta ativa e do meu interesse para aquela pessoa que ela começou a contar da sua vida e dos seus problemas, e eu não precisava saber o que responder, uma vez que ela só queria ser ouvida. Assim como diversas outras pessoas que frequentam esses espaços vêm dos espaços de convivência como essencial para a diminuição da dor psíquica.

2.2.2.4. Oficina de Artesanato (Diversas Técnicas) - Rio Tavares

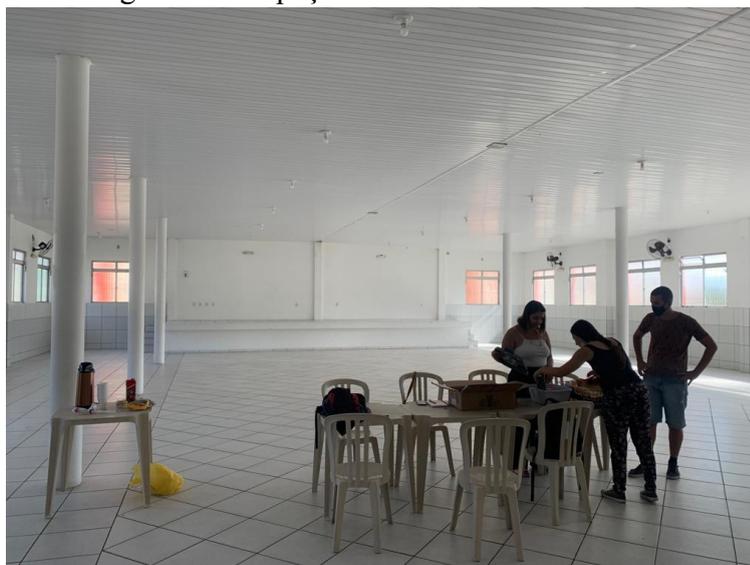
Figura 27 - Oficina do Rio Tavares



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

A responsável por fornecer as oficinas de Artesanato (diversas técnicas) era Cátia. Esta mesma Cátia que foi mencionada anteriormente ao longo desta monografia. Cátia diz que sua contratação “vai muito menos por ser artesã, mas por ter essa experiência com saúde mental. Com saúde coletiva, e como facilitadora de oficina”. Uma vez que aicineira possui residência multiprofissional dentro de um hospital psiquiátrico e também já trabalhou no CECCO de Florianópolis como icineira de Teatro. Entretanto saiu no início da pandemia e está retornando agora oferecendo as oficinas no Conselho Comunitário Fazenda do Rio Tavares às 13:30 até 15:30 nas sextas-feiras. Para chegar ao local eu saia às 12:15 de casa e chegava lá faltando 30/20 minutos para a oficina, sendo necessário apenas um ônibus. O Conselho Comunitário era um local bem tranquilo. Nas sextas feiras, quando chegávamos havia o bingo das idosas acontecendo, mas ficávamos num salão ao lado e acabavamos nem reparando nisso. O salão era muito amplo e não chegávamos a usar 30% deste. As mesas eram de plástico e portanto quando chegávamos arrumavamos juntando 4 a 5 mesas e colocando os materiais em cima delas, ao lado, colocamos uma mesa que serviria para o espaço do café.

Figura 28 - Espaço da oficina no Rio Tavares



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Os participantes dessa oficina eram em sua maioria encaminhados pela rede de atenção psicossocial, CAPS e postos de saúde da região Sul de Florianópolis. Era a oficina mais equilibrada enquanto participação de homens e mulheres, mas ainda assim havia mais mulheres. Cada oficina contava de 4 a 10 pessoas. Possuía também duas estagiárias, essas da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. Além disso, o uso de máscara ocorria pela maioria. Cátia possui uma abordagem na oficina de forma a “potencializar o que as pessoas já sabem”. Dessa maneira, realiza a oficina com diferentes estações de trabalho, uma do macramé (ponto para a confecção de pulseiras, tornozeleiras, tiaras), uma de costura, outra de corte dos moldes para as bolsas ecobags, e outra de pintura. Cátia em uma oficina recebeu uma pessoa que não gostava de trabalhos manuais e adaptou ainda mais a abordagem para essa pessoa em específico. Uma vez que a pessoa gostava de pesquisar e estava se aproximando do dia da luta antimanicomial, Cátia pediu para que a usuária pesquisasse sobre a luta e apresentasse na próxima oficina para o grupo. Portanto, acredito que se mais pessoas chegassem e quisessem fazer outra atividade, ela abriria outra estação própria. Portanto, as pessoas ali poderiam transitar sobre os fazeres. A convivência entre os participantes, incluindo as estagiárias, era intensa, uma vez que os próprios usuários assumiam também o papel de ensinar coisas, por exemplo o macramé que era ensinado por Daiane. Logo eles se ensinavam, e faziam diversas trocas.

Figura 29 e 30 - Realização de pulseiras a partir do macramé



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

O foco da Cátia no início, nesse primeiro mês em que acompanhei a oficina, era essa *constituição de grupo*, reconhecimento das pessoas que faziam parte daquele espaço, e portanto, me explicou que era por isso que não levava uma ideia pronta e deixava a oficina fluir e eles ensinarem coisas entre si. Dessa forma, ela não propunha atividades como a Bianca e Tânia, por exemplo, ela levava os materiais e deixava que eles escolhessem o que fazer dentro das opções possíveis. Entretanto me contou também que a preparação da oficina vai para além disso, e que para ela enquantoicineira era necessário uma preparação no sentido físico e mentalmente para o acolhimento dessas pessoas. Visto que uma vez que elas estavam ali para serem acolhidas, o corpo e mentalidade daicineira deveria se preparar para fornecer tal espaço.

Realmente as oficinas foram bem parecidas em questão de conteúdo, todos focaram em realizar as atividades, e por serem as mesmas atividades, o grupo foi se aproximando e se constituindo. A oficina, desde que eles ficaram sabendo da feira em que eles iriam participar, foi voltada totalmente para a produção de materiais a serem vendidos lá, principalmente pulseiras e ecobags pintadas com Tie Dye - técnica incluindo tecido e pintura que uma das usuárias sabia realizar. Houve então, durante o mês em que participei, um grande movimento para produzir coisas suficientes para a feira, prova disso é a movimentação para pintar os panos (chegaram a ir na casa da Ananda em outro dia fora do horário da oficina para pintar os

tecidos), e o fato daicineira Bianca ir lá e levar a máquina de costura, para ensinar sobre costura e também avançar na produção.

Este, assim como os demais, também é um espaço terapêutico. No meu primeiro dia acompanhando a oficina, havia uma nova encaminhada pelo posto de saúde do morro das pedras, e essa nos contou que “minha psicóloga me encaminhou e eu falei, tudo que você me mandar fazer eu vou, se mandar plantar bananeira eu to indo”. Portanto, sua participação na oficina, assim como para outros, era proveniente da busca por um espaço onde se sentisse acolhida e tratasse de formas diferentes o motivo de seu encaminhamento. Das dificuldades, para além dos materiais, a principal era a consolidação do grupo, criar uma identidade de grupo naquelas pessoas. As quais eram tão diferentes e únicas. Dessa forma, por mais que fizessem atividades diferentes, cada um dentro de sua estação, Cátia fazia o movimento de incluir pessoas nas conversas, de fazerem visualizar que a parte que realizavam compunham o todo. Como aqueles que faziam as alças, aqueles que pintavam, aqueles que costuravam e tudo isso ia de movimento à constituição da ecobag.

As oficinas no geral eram bem tranquilas, as pessoas compartilhavam opiniões e pensamentos de forma mais individualizada. Com alguma pessoa em específico, por exemplo. Na maioria das oficinas havia uma música tocando no fundo, geralmente um pagode, e as pessoas se mantinham bem concentradas em suas atividades. Geralmente apenas aquele que estava instruindo falava, e os outros apenas perguntavam se estavam indo pelo caminho certo. As pessoas nessa oficina transitavam muito, toda semana havia alguém novo, e nem sempre essas pessoas retornavam. Os que eram mais fixos, eram cerca de quatro pessoas, e essas pessoas se sentiam acolhidas. Em uma das últimas que participei haviam muitas pessoas participando, por isso Cátia decidiu realizar uma roda de apresentação, com nome e motivo pelo qual estava ali. Nesse momento todos falaram, a maioria contou de seus transtornos, o que queriam aprender e porque estavam ali. Na vez de Ananda, esta contou que possuía transtorno bipolar e que participava pois acreditava na potência da arte, mas que para além disso, continuava a ir às oficinas porque ali se sentia muito bem. Se sentia ouvida, e querida, que havia dias em que não estava muito legal e mesmo assim tentava participar por saber que isso a faria bem.

Portanto, diante dessas interações, as oficinas (na passarela e descentralizadas pela cidade) e, portanto, o CECCO, se mostra como um espaço aberto e disponível, onde se discute raça, prostituição, acesso a espaços da cidade, sentimentos, passado e história dos usuários. Se discute sobre arte, cultura. Mas se demonstra também como um espaço de escuta, de acolhimento, de consolidação de vínculo, onde o usuário pode propor idéias e realizar

diversas atividades. E realmente o é. Os usuários falavam na medida em que se sentiam confortáveis e a oficina tentava interferir o mínimo possível, fazendo aquele momento ser sobre eles e seus compartilhamentos, sobre os mais variados assuntos, seja sobre si ou seja sobre outras coisas aleatórias. Onde estes podem se sentir à vontade sobre dar suas opiniões e ser quem são.

2.3. ARTE ENQUANTO CAMINHO PARA AS POPULAÇÕES DE SAÚDE MENTAL

Isadora Zuza da Fonseca (2018) em sua dissertação sobre a redução de danos e o papel do instituto em Florianópolis, apresenta que:

Assim o Instituto, além de trabalhar com a questão dos direitos humanos, traria a arte como elemento “transversal” nas suas práticas e estaria aberto “para quem vem, seja sofrimento psíquico, morador de rua, trabalho nos presídios”, constituindo-se, segundo o relato, como o primeiro Centro de Convivência e Cultura para os pacientes do CAPS, fora desta instituição, cuja criação entende como importante, ao proporcionar conhecimentos para os usuários e familiares diferentes da lógica de internação predominante.” (p. 135)

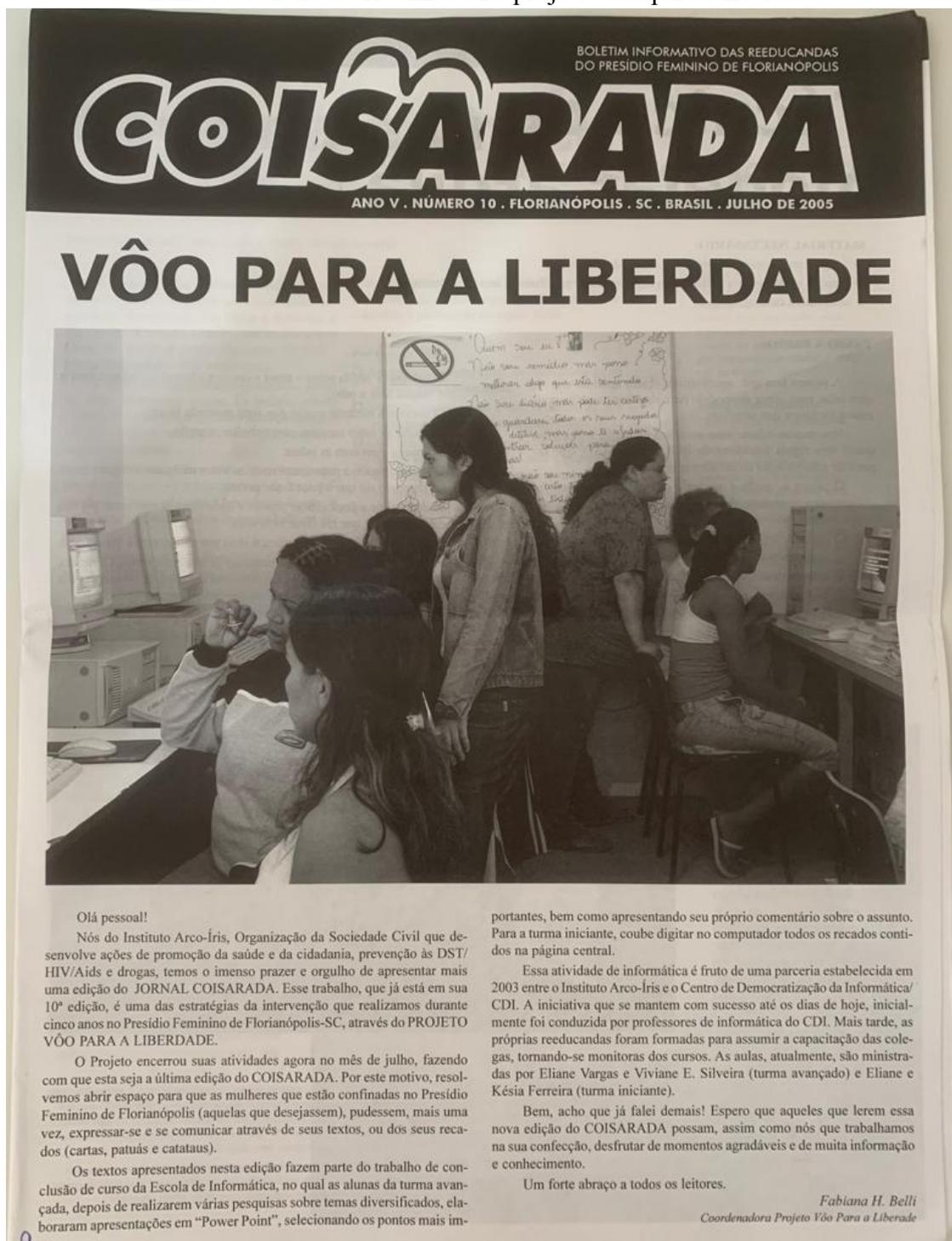
Desde sua fundação o Instituto Arco-íris teria esse elemento transversal na arte devido a essa “experiência e vinculação artística” que seus fundadores carregaram e trouxeram consigo para a instituição. De acordo com Ademar: “a gente sabia desse poder da arte nesse sentido de mobilização, de conscientização, de reflexão, de provocação e isso a gente começou a fazer em todos os âmbitos”, levando a todos projetos essa condição e especificidade artística. Um exemplo em larga escala disso foi o projeto Voo para a Liberdade e sua continuação Asas para a liberdade, no qual “arte ali também se impôs na verdade para além da nossa vontade, porque as possibilidades de intervenção no presídio eram muito mais restritas.” Ademar explica que uma das formas para comprovação do projeto era através da fotografia e dessa forma:

Pedimos autorização pras mulheres, só que a gente começou a perceber que toda vez que a gente ia elas estavam muito arrumadas, batom, maquiagem e tal. E aí perguntavam ‘ah será que tu não consegue mandar uma foto pra alguém da minha família?’ Dava o endereço, dava o telefone, não tinha e-mail e essas coisas lá. E-mail sim, mas nada de whatsapp, nada disso. Então a gente começou a mandar essas fotos pras famílias. E aí surgiu o nome do projeto Voo Pra Liberdade que através das imagens elas conseguem transcender os muros do presídio, aos céus e chegar até suas famílias.

A partir disso, surgiu um projeto de multimídia. No qual, a partir de sugestão das próprias modelos, houve um ensaio nú fotográfico o qual se transformou em quadros e houve uma

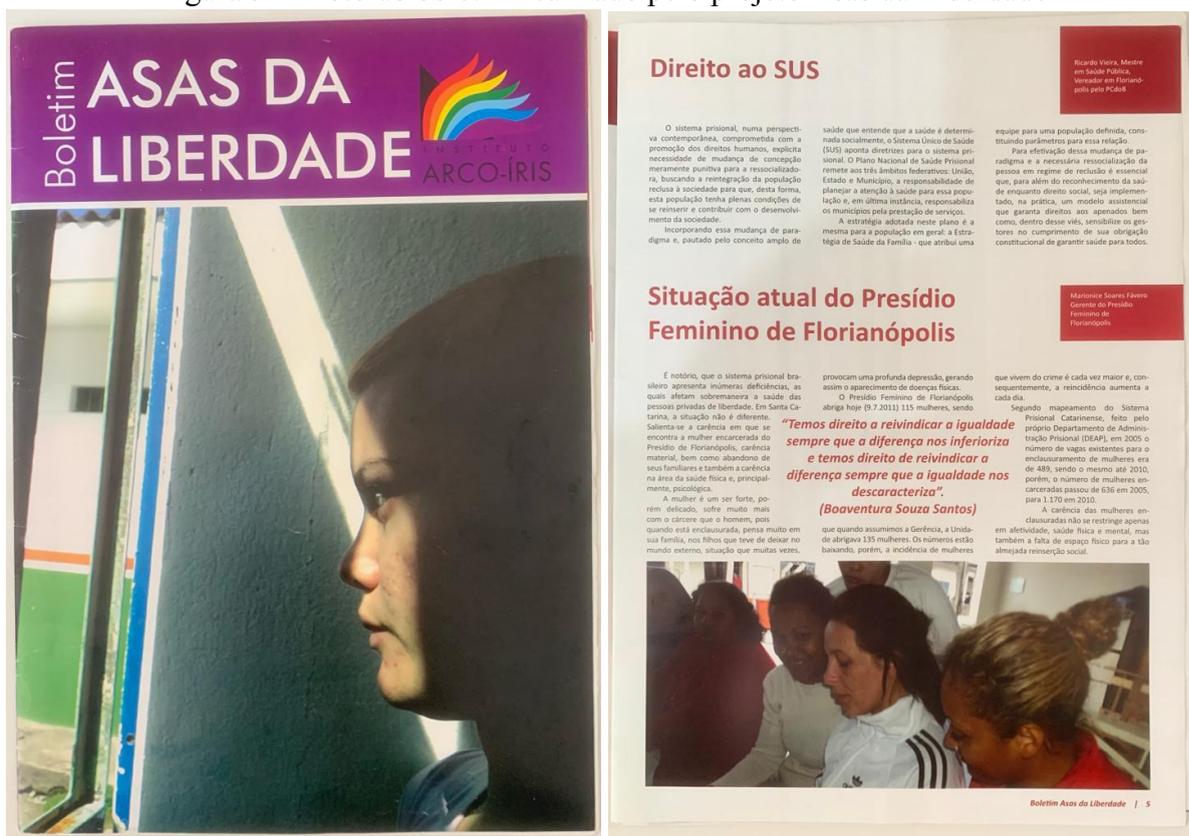
grande exposição dessas peças artísticas. Além da confecção de poesias por essas mulheres e também o jornal, boletim.

Figura 31- Foto do boletim das reeducandas do presídio feminino de Florianópolis chamado Coisarada. Realizado no projeto Vôo para a liberdade.



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

Figura 32 - Foto do boletim realizado pelo projeto Asas da Liberdade



Fonte: Elaborada pela autora (2022)

As intervenções artísticas, portanto, continuaram, hoje sendo apresentadas tanto no Resgate Social como principalmente no Centro de Convivência e Cultura, com as populações em situação de rua e da saúde mental. Logo, esses projetos buscam “diversificar a experiência dos encontros dos usuários da RAPS com e na cidade” (SCHENKEL; SILVA; AMORIN; MIRANDA; CARVALHO; RIBEIRO; ALMEIDA; SILVA, 2022, p. 40) e uma forma de se fazer isso é através do “descolamento da arte como dispositivo estritamente terapêutico, e se tornado uma estratégia de produção de projetos de vida e desinstitucionalização da loucura na vida social em sentido amplo” (Ibid). A arte dessa forma fortalece a participação dessas pessoas na cidade uma vez que, por exemplo o trabalho do CECCO, desenvolve o convite para feiras, apresentações e espaços - físicos e virtuais, onde esta arte produzida é valorizada. Portanto:

Há uma busca do CECCO em constituir-se como um espaço de liberdade onde os convivas possam frequentar a partir do desejo e se relacionarem com as atividades de modo singular e não como uma necessidade imposta por um tratamento. Mais do que usar a arte como útil para o tratamento em saúde mental, buscamos explorar a inutilidade da arte como potente na criação de uma estilística da existência, que faça frente a institucionalização da loucura com suas capturas diagnósticas e psiquiatrizantes (ou mesmo psicologizantes). Dessa forma, há os que vão para realizar atividades e há os que não realizam oficina nenhuma, como o conviva da rua que dorme no sofá, ou aquele que vai aguardar as plantas, o que vai alimentar os gatos

das redondezas, aquele que apenas participa da roda de abertura das atividades e logo vai embora, ou também aquele que fica mais pelos corredores ou na sala de jogos...são múltiplas as formas de conexão que cada conviva vai criando com o serviço. (SCHENKEL; SILVA; AMORIN; MIRANDA; CARVALHO; RIBEIRO; ALMEIDA; SILVA, 2022, p. 40)

Ressaltando, portanto, a importância da arte como um dispositivo de acesso ao grupo terapêutico, socialização, no qual se entende e qualifica a arte, este sendo “um meio de fruição, prazer e um instrumento socioeducativo de intervenção” de acordo com a oficina Cátia. Dessa forma, sendo um importante dispositivo na inserção da cidade e consequentemente na busca por direitos.

2.4. CONFLITOS

Todo contexto é um contexto em potencial para a manifestação de conflitos. Essa categoria diz respeito às múltiplas relações sociais e está presente o tempo todo na sociedade. Não há sociedade sem conflito uma vez que estes são essenciais às relações humanas na medida em que criam situações às quais transformam a existência das pessoas e moldam as personalidades dos sujeitos. Para Georg Simmel (1983), o conflito é uma forma de sociabilidade que constrói a personalidade das pessoas devido aos seus fatores de dissociação - como ódio, inveja, necessidade, desejo, dentre outros, que partem de um antagonismo. De acordo com o autor, no conflito, os aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente. É o conflito que está o tempo todo contrariando as unidades das relações sociais. O processo de vida real é marcado por conflitos, logo, é constituído por seu histórico particular que engloba diversas categorias como instituições, práticas e os atores específicos.

Dessa forma, as instituições de interesse desta monografia invocam sensibilidades legais e morais (EILBAUM, MEDEIROS, 2015; CARDOSO DE OLIVEIRA 2012) perante a violência, os direitos humanos e a relação com o Estado, ou seja, contextos nos quais é possível identificar a manifestação de violências e conflitos. Essa discussão me faz querer compreender etnograficamente o que é Direitos Humanos enquanto uma categoria local (EILBAUM; CHAGAS; MEDEIROS, 2019) e como as desigualdades sociais são compensadas, ou mediadas por essas instituições e pelo Estado. Ou seja, compreender essa categoria “para além de suas dimensões normativas e universalizantes.” (Ibid, p. 12). Portanto aqui será feito um apontamento, uma tentativa, de mostrar como esses conflitos são

administrados e como esse espaço de diversidade lida com isso. Durante o trabalho de campo percebi diferentes tipos de conflitos no qual a instituição lida: (1) aqueles relacionados aos usuários, (2) aqueles relacionados com os integrantes da equipe da própria organização, e os (3) institucionais, relacionados a rede do Arco-íris. Conflitos estes que são reverberações das relações internas e externas da organização em seu trabalho diário. A ideia aqui, portanto, é pegar situações etnográficas que deem essa dimensão da diversidade da natureza dos conflitos.

2.4.1. Sobre os conflitos relacionados aos usuários

A questão de segurança e risco e conflitos relacionados aos usuários são sobre coisas relativamente pequenas. No processo de construção de direitos essas diferenças emergem e esses conflitos aparecem principalmente por conta de uma desconfiança sobre coisas que aconteceram anteriormente. Um exemplo são os furtos que acontecem dentro da passarela. Dessa forma, no primeiro dia que fui a passarela da cidadania com Isadora. Ao passarmos na sala do Resgate Social, avisamos que iríamos descer no Centro de Convivência e Cultura e elas - mulheres que trabalham no resgate, mandaram eu tomar cuidado, porque a psicóloga do Arco-íris teve seu celular furtado recentemente, então eu “deveria ficar de olho nas minhas coisas e andar com minha mochila sempre na frente”. De forma que reflete essa segurança e risco mas também gera um conflito velado com os usuários, uma vez que “não dá para confiar”.

Os casos de furto aparecem em outros momentos, como quando Isadora disse que o armário do projeto foi “arrombado” e que levaram diversas coisas, principalmente as tesouras, item que a deixou bastante preocupada. Essas desconfianças, cuidados e conflitos refletem também em outros usuários como no relato de uma abrigada na passarela que nos contou que seu secador de cabelo havia sido roubado, e completou indignada que achava muita “sacanagem, a pessoa trabalha, ganha o dinheirinho suado para comprar as coisas e depois pegam suas coisas aqui dentro”, e que isso era “indignante” uma vez que uns trabalham, “custam ter as coisas e aí outras pessoas vão lá e roubam”. Outro relato, reflete sobre os cuidados tomados frente a essas situações, como é o caso de outra moradora da passarela que ao ir ao banheiro colocou o celular embaixo do travesseiro e pediu a outra moradora que vigiasse “enquanto ela não voltava”. Logo, a forma como essa complicação é administrada, além de uma preocupação por parte administrativa é trancar as coisas do projeto em outros

espaços nos quais os usuários não tenham acesso e em local adequado sem esquecer de nenhum irem, além também de um olhar atento durante as oficinas. Por parte dos usuários, essa complicação é administrada através da criação de redes de confiança (confiar em pessoas específicas) como forma de se protegerem.

2.4.2. Sobre os relacionados aos integrantes da equipe

Lidar com pessoas é algo realmente complicado a partir do momento em que há diversas opiniões, visões e posições discordantes. Em uma organização como o Arco-íris, onde diversas pessoas têm diversas responsabilidades e opiniões diferentes de como lidar com essas populações, mas também possuem suas questões pessoais, isso é algo que pode gerar embates. Estas discordâncias geram conflitos ao ponto das pessoas preferirem e resolverem sair da organização, na medida em que vêem e escutam coisas que “não gostam”. Como foi o caso tanto da Isadora como da Cátia que saíram temporariamente em diferentes momentos por conta de embates dentro da equipe. Outra reclamação, outro conflito aparentemente seria a mistura entre público e privado dentro da instituição, onde aquele espaço é um lugar de ‘amigos’ e portanto dificulta o trabalho. Entretanto, por mais que exista embates de cunho pessoal entre a equipe, as pessoas entendem como “o inimigo não é a equipe”, logo não são criados grandes casos com isso, e geralmente é algo que resulta da saída de alguém, geralmente o que “não aguenta mais”.

2.4.3. Sobre os conflitos institucionais

Estes são os conflitos com maior complexidade, uma vez que ocorrem entre instituições. Um caso recente deste foi o conflito com o movimento da população de rua³¹: no início do ano de 2021, quando o espaço ainda não podia ser usado, alguém do “movimento Pop rua” queria usar o espaço e alguém do Arco-íris não deixou, e isso causou uma briga entre estas duas pessoas. De forma que um lado alega racismo institucional e outro tem acusação de agressão verbal. Sucedeu disso uma Nota de Esclarecimento feita pelo Arco-íris em seu instagram no dia 24 de junho e a instituição alega ter sido *retaliada* pelo movimento: tendo os vidros da sede quebrados e pichações feitas no espaço. Quando entrei dentro da sede durante o evento Abraça Arco-íris, em quatro de dezembro de 2021, vi as pichações, as quais

³¹ Este é um caso delicado uma vez que envolve diversas pessoas relacionadas ao Instituto Arco-íris.

constituíam basicamente na frase “respeita a rua”. Nesse momento, Irene que estava comigo se expressa dizendo: “ ‘respeita a rua’, a gente trabalha há 40 anos com pessoas em situação de rua, uma vergonha isso”. Esse é, portanto, um conflito que gera divergência de opiniões entre os movimentos, e também entre as pessoas em cada instituição.

As opiniões dentro do Arco-íris variam em:

E na real eu acho que o movimento só perdeu com isso. Esse espaço aqui que era deles. Mas por mais que tenha feito todo um boqueteiro na cidade. As pessoas sabem o que é o Arco-íris, entendeu? Então não é um um conflito que vai nos prejudicar (pessoa 1)

Mas aí eu disse que eles nos tratam como inimigos, falam mal de nós, que nós somos racista, que não sei o que, mas mesmo assim eu não considero eles como adversários, inimigos, sequer como adversário. São parceiros que pensam diferente e na minha opinião estão muito equivocados. Porque a gente, eu não quero colocar a minha energia que tá pequena, porque a gente tá sofrendo com a merda que tá esse país, com a merda que tá esse governo. Tudo. Nessa pandemia e a nossa energia é pouca então eu me recuso a gastar ela pra ficar atacando quem está do meu lado por mais que quem está do meu lado está chutando a minha canela e está querendo me derrubar mas assim oh: foda-se sabe? Então foda-se. Tudo bem, se você acha que é isso, beleza! Então a tua energia que às vezes acontece até tu é mais jovem pode ter até mais energia que eu. A gente tem as costas largas aqui, vinte e cinco anos de história. Mas não, não deixamos de atuar por isso, não vamos nos render a picuinhas e o nosso esforço é o de manter a centralidade nas lutas que são essenciais. (pessoa 2)

De maneira a lidar com isso então, o Arco-íris se manifestou através da nota de esclarecimento, tenta se manter centrado em outras lutas mas também realizou o evento Abraça Arco-íris, para além da arrecadação de dinheiro, como forma de “voltar a acreditar que a ONG ainda seria bem recebida na sociedade”.

Para além disso, é constante também os conflitos com a Prefeitura, sendo o principal deste a falta de diálogo com o poder público. Uma vez que a comunicação com este é bastante difícil e também devido a falta de oferta de cursos e educação na parte financeira dos projetos. O que dificulta a prestação de contas e conseqüentemente o trabalho da organização e gera conflitos com a prefeitura, uma vez que fica fácil cometer erros quando não há direcionamentos claros sobre como fazer algo.

Neste capítulo, foi abordado etnograficamente o ambiente no qual os atendimentos acontecem, como são organizadas as funções dos principais agentes que acompanhei. A partir dessa descrição tentei demonstrar como se dá às relações nessas oficinas e o que esse espaço propicia, sendo ele a arte enquanto caminho para o atendimento das populações da saúde mental. Mas também como esse espaço por ser múltiplo e possuir diversas relações, entre usuários, funcionários e outras instituições, se torna também um local de conflitos. Ou seja,

são conflitos que reverberam de suas relações internas e externas e portanto precisam ser lidados, de alguma forma. No próximo capítulo será abordado como esses indivíduos compreendem o universo social e demonstram isso em seus discursos emocionais visando uma busca, uma aproximação com seus direitos.

CAPÍTULO 3 - SER HUMANO E SER DE DIREITO: MORALIDADES E DISCURSOS EMOCIONAIS

Direitos Humanos é um conceito abstrato, múltiplo e facetado. Compreendida de diversos significados de acionamento, é um “conceito polissêmico que é histórica e geograficamente situado, se desenvolvendo de modo não linear e sendo interpretado de modos distintos.” (LEMOS, 2019, p. 33). Quando se fala de direitos humanos, a quem esse conceito se refere? Quem tem acesso ou direito a esses direitos? Quem é considerado Humano?

Historicizando esse conceito, seus fundamentos são provenientes da Revolução Francesa – igualdade, liberdade e fraternidade – e exprimem uma ascensão da burguesia, a qual seria o grande rosto para os direitos humanos (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2008, p. 91). A ONU, criada após segunda guerra mundial, em 1948, durante a Assembléia Geral, em Paris, traz à tona a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)³², que passa a ser um marco na história do conceito. É através dessa declaração que a ONU se torna uma das principais difusoras da concepção dos Direitos Humanos e das chamadas políticas globais para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Dessa forma, a Organização das Nações Unidas, foi criada e conseqüentemente ressaltou os direitos que foram reservados e garantidos para as elites (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2008, p. 91). Logo, os direitos humanos ressaltam quais são os direitos garantidos apenas às pessoas que já os possuem - como por exemplo o direito à moradia, e para quem eles devem ser resguardados e ofertados (Ibid, p. 92).

No Brasil não é diferente, os direitos humanos se apresentam no limite do que é considerado humanidade. No país, esse conceito emerge a partir da luta dos Movimentos Sociais na ditadura militar, os quais inventaram uma nova forma de fazer política (COIMBRA, LOBO, NASCIMENTO, 2008, p. 95). Com o Ato Institucional Número V (AI-5), a maioria desses movimentos se extinguiram, entretanto, após a ditadura militar, surgiram “novos movimentos sociais, novas práticas, outros rostos, outras fisionomias para os direitos humanos. [...] e, ainda hoje, persistem na disposição de afirmar e apontar para as lutas em prol dos direitos daqueles cujas existências continuam sendo marginalizadas.” (Ibid p. 95, adaptado). Após os anos 70 e 80, a noção de direitos humanos foi alargada no país, visto que os direitos políticos após ditadura militar haviam sido expandidos, logo, houve uma crescente defesa dos princípios da democracia, participação política e busca pela livre expressão

³² Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>

(CALDEIRA, 1991, p. 163). Através da organização popular, as “minorias” reforçaram que tinham direitos e iam em busca de tais. Nesse processo, os Movimentos Sociais pautaram discussões junto com as Organizações Não-Governamentais que estavam em ascensão na época e dessa forma iam em busca de tais direitos.

Com essa grande movimentação, a noção de direitos e de direitos humanos se confunde. Na igreja católica os direitos humanos eram considerados “"todos aqueles que afetam as condições de vida dos dominados” (Ibid, 164). A partir disso, em seu texto *Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'? Desventuras da democratização brasileira* (1991), Teresa Pires do Rio Caldeira afirma que:

No entanto, parece que essas expressões foram separadas no imaginário popular, pelo menos em São Paulo, a partir do momento em que os direitos humanos foram claramente associados aos prisioneiros comuns que se amontoavam nas piores condições nos presídios superpovoados e, sabia-se, eram vítimas constantes de torturas e toda sorte de maus-tratos. Essa associação de direitos humanos e presos comuns suscitou reação extremamente vigorosa e começou a revelar os limites do processo de expansão e qualificação dos direitos (p. 164)

Nesse contexto, de acordo com a autora, não se questionou a ideia de direitos no geral mas sim dos direitos humanos, visto que este estava associado com o que as pessoas em São Paulo consideravam como “regalias para bandidos”, agindo de tal forma contra a ideia dos direitos humanos (Ibid, p.164).

Direitos Humanos no Brasil está ligada à noção de privilégio dos mais ou menos humanos (CALDEIRA, 1991; FONSECA, CARDARELLO, 1999; LEMOS, 2019). Os direitos humanos se apresentam no limite do que é considerado humanidade. De acordo com Judith Butler (2015, p. 115) "certas normas atuaram no sentido de determinar quem é humano e, por conseguinte, qualificado para direitos humanos - e quem não é". Portanto, este é o modo de funcionamento da dimensão moral e legal na cidadania brasileira, que “atua de modo discriminatório, já que o não reconhecimento desses cidadãos como pessoas dignas autoriza e naturaliza, aos olhos do Estado e da sociedade civil, o sistemático desrespeito a seus direitos e os atos de violência contra eles(as) praticados” (OLIVEIRA, 2011, *apud* LEMOS, 2019, P. 45). Tais falhas colaboram para a humilhação e sentimentos de rebaixamento moral das pessoas para as quais os direitos não são feitos para, e portanto “atingem diretamente importantes dimensões de senso de identidade e dignidade dessas mulheres e homens.” (Ibid, p.47). A negação da integridade coloca essas pessoas em um patamar como não humano, como não dignos, questão que se perpassa até atualmente, uma vez que ainda há uma parcela que não é vista como merecedores de direitos e são tratados com descaso, como pessoas em situação de rua, pessoas encarceradas entre outros. Qualificação e legitimação de direitos é

sempre um processo de mobilização política (CALDEIRA, 1991, p.163), mobilização que nesse campo se dá na atuação conjunta entre as ONGs e movimentos sociais que buscam pelos direitos de seus integrantes e populações atendidas.

Com esse contexto histórico, criou-se portanto uma narrativa de direitos humanos para quem? Onde determinadas pessoas não têm acesso a esses direitos na medida em que são destituídas de suas dignidades. Sem dignidade, no sentido proposto, não se é humano, é destituído de moralidade e por consequência não consegue acessar direitos considerados “básicos”, os quais, na teoria, deveriam ser “universais”. Logo, humano e inumano são condições da humanidade, onde alguns consideram isso natural e outros batalham para acesso a ela (BUTLER, 2015, p. 119). É portanto através dos discursos e expressão das emoções que as pessoas reivindicam sua humanidade, ou seja, se expressar emocionalmente é se reivindicar nos espaços políticos.

De acordo com Esther Jean Langdon (1999), em seu texto *A fixação da narrativa: Do mito para a poética de literatura oral*, a narrativa é uma forma de comunicação com um significado emergente, proveniente do contato no contexto de sua produção. Ou seja, a narrativa “representa a preocupação geral humana de como traduzir o saber para o contar” e “estabelece um paradigma de como entender o presente”, mas também “faz parte do discurso humano, permeia o discurso cotidiano” (Ibid, p. 20). De uma outra perspectiva, para Victor Turner (1980) em *Dramas sociais e histórias sobre ele*, o drama social é uma estrutura que possui processos próprios para sua denominação. Seguindo suas devidas etapas, o *drama social* sempre revela uma crise que determina de tal forma uma organização humana dentro do mundo social. A narrativa, portanto, deriva do drama social, que são basicamente certos tipos de eventos, e oferece enquadramento para compreender estes. Narrar então é uma atividade complexa que no contexto ao qual se refere põe em cheque a vida vivida. É também uma visão crítica de diversas produções de mundo se aproximando de tal forma de verdades parciais.

A partir disso, a narrativa dos Direitos Humanos no Brasil é compreendida a partir de uma visão crítica dos eventos históricos que compõem esse conceito, na mesma medida em que ajuda a entender de forma concreta como se relaciona na prática da vida das pessoas. A partir das individualidades da vida de cada pessoa abordada, é possível entender “os direitos humanos como um campo de disputa de sentidos, evidenciando as tensões entre formas políticas e sensibilidades morais distintas e, por vezes, contraditórias e/ou em oposição.” (EILBAUM, CHAGAS, MEDEIROS, 2019 p. 13). Essa narrativa de Direitos Humanos, se relaciona com alguns discursos no campo de atuação das Organizações Não Governamentais

dentro da cidade de Florianópolis - SC, mais precisamente do Instituto Arco-íris de Direitos Humanos. A noção de discurso se refere a uma abordagem sobre a linguagem, ou seja, como ela é falada, utilizada, passível de análise quando destituída da prática social (ABU-LUGHOD, LUTZ, 2018, p. 5). O discurso, da forma como é aqui utilizado, é um modo de inclusão das considerações sobre o sentido que os humanos produzem, além disso são “entendidos não somente em relação com a vida social, mas também com o poder” (Ibid, p. 6).

Os discursos mobilizam também categorias como dignidade, igualdade, identidade e humanidade. Essas categorias, “acionam justificativas e argumentos morais para sua legitimação. [...] É interessante observar como esse acionamento produz hierarquizações morais e, portanto, a legitimação de certos argumentos e a deslegitimação e descréditos de outros.” (EILBAUM, CHAGAS, MEDEIROS, 2019 p. 24). Geralmente os argumentos deslegitimizados, as reivindicações não atendidas, são daqueles que se encontram excluídos socialmente, como é o caso das pessoas em situação de rua. Entretanto, como aponta Eilbaum, Chagas e Medeiros (2019, p. 24), “ao mesmo tempo, as moralidades em jogo acabam efetivando o acesso a direitos através de categorias não jurídicas, mas que por vezes são judicializadas como estratégia de luta.” Dessa forma, valores morais não jurídicos, como o valor de humanidade, também são mobilizados a partir da categoria de direitos humanos (Ibid). Valor este construído com essas pessoas frente o trabalho do Arco-íris, enquanto espaço de escuta, e visibilidade de seus usuários. Ou seja, o objetivo deste capítulo é apresentar alguns exemplos de como a narrativa geral de Direitos Humanos no Brasil se apresenta nos discursos representados, construídos, na relação entre a Prefeitura de Florianópolis, a ONG Instituto Arco-íris e as pessoas vulnerabilizadas, tais como as pessoas em situação de rua, que são usuárias desses serviços oferecidos pela parceria público privada. Essa narrativa é percebida, vivenciada, interpretada, sentida e respondida de formas distintas por cada um desses atores, reivindicando principalmente o valor moral de humanidade.

3.1. A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA

As pessoas em situação de rua, que usufruem do espaço cedido pela Prefeitura e gerido pelas ONGs (sendo a Nurrevi responsável por logística, alimentação e organização das atividades, e o Instituto Arco-íris responsável pelas oficinas do centro de convivência e

atividades culturais), seguem uma espécie de rotina na qual possuem horários estabelecidos para café, almoço e janta, e também horário para as oficinas, EJA, entre outras coisas da vida pessoal, como por exemplo os que possuem trabalho. Essa rotina, algumas mais elaboradas que outras, fazem parte do cotidiano da vida desses moradores, que estão constantemente se relacionando com os funcionários das ONGs e indiretamente com a Prefeitura, uma vez que todos os recursos utilizados no espaço são provenientes deles.

Veena Das (2020), em seu texto *Vida e Palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário*, escreve sobre como os eventos, ou seja, situações fora do ordinário da vida diária, adentram à vida cotidiana e também a molda. Nesse sentido, a autora está querendo pensar nas possibilidades do Fenômeno e à singularidade das vidas, como esses dois se conectam e conversam. Interessante é que os eventos vão atingir cada pessoa de uma maneira diferente, adentrando o cotidiano de uma forma específica. No caso das pessoas em situação de rua, há um evento traumático, o qual colocou essas pessoas naquela situação, como por exemplo Daivison, que teve sua casa queimada e perdeu tudo, ou também Jordano que sofreu um acidente de carro gravíssimo, foi demitido e não conseguiu pagar suas dívidas, perdendo tudo que possuía.

O evento é diferente quando falamos de cada situação ali relatada, mulheres expulsas de casa, mulheres que fugiram por conta de agressão dos maridos ou até mesmo não aceitação da família, assim como pessoas LGBTQI+ que foram expulsas de casa. Mas uma coisa é fato: tais eventos, cada um à sua maneira, são marcantes e perpassam o cotidiano dessas pessoas nas formas como se encontram e participam do mundo. Diferente de Veena Das que traz a repartição da Índia, ou seja um evento que aconteceu há muito tempo e que continua influenciando pessoas no seu dia a dia de viver, aqui o evento se dá cada um em um período específico da vida do interlocutor, alguns na adolescência, outros durante a fase adulta e até mesmo quando a pessoa já pode ser considerada idosa. Cada situação é diferente, mas cada uma, cada qual a sua maneira, atinge e continua atingindo o cotidiano dessas vidas. Esses eventos marcam completamente o cotidiano das pessoas, porque é através deles que o medo se perdura, a humilhação acontece e sentimentos são relatados numa forma de demonstração de sofrimento, logo se faz presente e molda esses sujeitos, nesse ambiente que é violento, singular e relacional.

A Prefeitura de Florianópolis, apesar de abrir editais - aos quais as Organizações não-governamentais irão concorrer para realizar algum serviço, no caso aqui relatado o de atender a população em situação de rua - possui um vasto discurso de descaso com essa população, sendo uma clara representação de relação de poder. No caso, a Prefeitura traduz o

que ela deveria fazer repassando esse serviço, ressaltando de tal forma as relações de poder, uma vez que vincula esse poder a outra instituição, demonstrando que o atendimento às pessoas em situação de rua não é uma prioridade. Isso também é ressaltado nos diversos semáforos do centro e da Beira-Mar onde se pode ler uma placa escrita “não alimente a miséria, não dê esmola” com o símbolo da prefeitura. Mas também essa população não é prioridade, porque além disso, Florianópolis é uma capital que não conta com nenhum restaurante³³ que fornece alimentação a essa população e depende de tal forma de projetos como o do Padre Vilson Groh que fornece marmitas na catedral do centro para essas pessoas. Dessa forma, a Prefeitura cria o discurso de descaso e se isenta totalmente da questão.

O Instituto Arco-íris de Direitos Humanos não define em nenhuma rede social ou espaço o que considera ser os Direitos Humanos, entretanto, a organização, antes e durante a pandemia, denomina que “efetua debates sobre os Direitos Humanos, apresentações de teatro, dança, música, saraus, filmes e exposições de arte.”. Pelo que pude observar de suas atividades e também na análise das páginas da organização, os Direitos Humanos são apresentados da forma abstrata em que todos devem ter acesso, mesmo sem saber como isso poderia ser possível. A organização realiza debates sobre direitos da população de rua, direitos legais, direitos das pessoas LGBTQI+ através de rodas de conversa, oficinas e programas culturais, e a partir disso, faz uma espécie de trabalho de base onde se constitui como vetor para que esses usuários aprendam sobre o assunto e possam participar politicamente e ativamente por uma busca de direitos para esses humanos que são constantemente desumanizados devido a suas condições. Discursando, portanto, que esses humanos são sim dignos de humanidade. Isso reflete nas pessoas que trabalham na organização e no cuidado com os usuários, mas também na escuta que estes fazem sobre os discursos dessas próprias pessoas em situação de rua e no acolhimento diverso dos mesmos.

3.2. A DIMENSÃO MORAL DAS EMOÇÕES: DISCURSOS EMOCIONAIS MORALIZADOS

As expressões de emoções e sentimentos sempre estão relacionadas a um contexto específico. A forma como as emoções são expressas e as formas como as acessamos

³³ Não contava até a segunda quinzena de julho de 2022 (CORREIO DE SANTA CATARINA, 2022) proveniente da luta dos movimentos sociais, parte deles articulados na Rede com a Rua. Este espaço também será gerido por uma ONG.

representa a maneira como esses indivíduos compreendem o universo social. Elas não expressam somente sentimentos, mas também as relações dos indivíduos, e como estas criam/reforçam o próprio indivíduo e sua condição social. A expressão de sentimentos e emoções, reforça a construção da pessoa que sente mas também da pessoa que acessa tais sentimentos. A partir dos discursos, os quais possuem várias formas teóricas de serem compreendidos, é possível perceber o campo emotivo e moral diante dessa expressão de sentimentos. O discurso é uma estratégia que apresenta detalhes e particularidades do cotidiano. Portanto, não são os discursos abstratos sobre as emoções no sentido geral, mas como esses discursos emocionais (ABU-LUGHOD e LUTZ, 2018) evocam a partir de sujeitos específicos as relações de poder. Aqui será apresentado, portanto, alguns exemplos de como nos discursos representados, há uma construção da reivindicação de direitos e espaços políticos provenientes dos discursos das emoções construídos nessas relações.

As pessoas que se encontram em situação de rua e os usuários do Centro de Convivência e Cultura, representam em seus discursos a dimensão moral das emoções. Esses discursos ocorreram e ocorrem de formas espontâneas, apresentados em conversas informais durante o acompanhamento das oficinas oferecidas pelo Instituto Arco-íris de Direitos Humanos no espaço do CECCO. Tais falas aconteceram durante as atividades ministradas na oficina³⁴. A oficina funciona geralmente como um espaço para escuta das pessoas em situação de rua, e outros, e acesso dessas pessoas a práticas artísticas como demonstrado anteriormente. Nesses espaços (no CECCO no geral), os usuários já familiarizados com as pessoas que ministram as oficinas, são encorajados a falarem, trazerem suas perspectivas e opinar sobre os mais diversos assuntos. Dessa forma possuem uma fala ativa seguida de uma escuta ativa.

Omar, um dos acolhidos pelo espaço, sempre está presente na oficina de Comunicação e Expressão e é bastante ativo nas discussões. Acompanhando a oficina entre novembro de 2021 e janeiro de 2022, alguns de seus discursos me chamaram a atenção. No dia 10 de novembro de 2021, durante uma atividade de pintura, Omar relatou como era diferente como as pessoas o tratavam lá fora e aqui dentro, que na passarela ele sentia que era “quase uma família”, que ele poderia sentar em qualquer mesa com qualquer pessoa para comer, para “trocar uma ideia” e que seria algo “de boa”. Mas que “lá fora”, as pessoas não “sentam comigo, não olham para mim”, entre outras coisas. Seguindo sua narrativa, ele dá um exemplo de eventos nos quais se sentiu dessa forma: “Contei minha situação e o cara ‘oh mano cê quer que eu compre uma jaqueta pra ti?’ e contou para as pessoas ali presentes na

³⁴ Alguns desses discursos foram apresentados dentro de seus contextos nas oficinas no capítulo 2.

oficina que “eu não quero {queria} uma jaqueta, **eu me senti humilhado**”. O usuário continua dizendo que “quando eu precisar eu vou pedir”, e complementou que existem várias situações que se sentiu **humilhado dessa forma**, mas uma que acontece com frequência é quando está em algum lugar e pede ajuda para comer, ou até mesmo não pede e a pessoa sabe da situação dele e essas pessoas pedem para o garçom “juntar o resto” e entregar para ele. Que por vezes se sente humilhado ou invisível com situações do tipo.

Taniele Rui em seu texto *Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua* (2021) traz relatos, em seu trabalho com usuários de crack em situação de rua, do campo das emoções que dizem respeito a práticas de rebaixamento, a partir do conceito de abjeção, e de relatos que envolvem nojo, humilhação e vergonha. Abjeção refere-se a um campo *relacional* “constituído por operações materiais e simbólicas que modelam leituras de sujeitos, corpos e atos na medida mesmo em que produzem ordenamentos e territorialidades.” (Ibid, p. 86). Portanto, diz respeito a como corpos são construídos e reconhecidos quando expostos a determinados espaços, representa o “fato de que determinados corpos e sujeitos são removidos – por outros – do espaço emoldurado da lei, da proteção e da comoção que supõe a condição de **ser reconhecido como sujeito não é uma qualidade universal dos indivíduos**” (Ibid, p. 86, grifo meu, adaptado). Emoções como nojo, repulsa e desprezo, se referem a noção de abjeção e leva a sentimentos como humilhação e vergonha dessas pessoas, levando as a não serem reconhecidas como sujeitos (Ibid). De acordo com Taniele Rui (2021, p. 88), ambas humilhação e vergonha:

Constituem experiências de ser colocado em situação inferior ou de rebaixamento, mas a humilhação, como diz Ian Miller (1993), pertence ao conjunto das emoções que estabelecem um ranking moral de hierarquias, enquanto a vergonha é a resposta íntima à desaprovação de outros, sentida como o fracasso em aderir a padrões comunitários com os quais se está comprometido. Como resumiu a leitura de Sara Ahmed (2004), a primeira envolve julgamento, a segunda expressa a emoção de estar sendo julgado.

Logo, ser humilhado desperta vergonha nos indivíduos, uma vez que estão sendo julgados. Humilhação é um exercício de rebaixamento e “transparece a significação de que a pessoa é sub-humana, um humano incompleto, como se faltassem partes ou aspectos daquilo que o torna humano num sentido mais amplo; esse humano incompleto está mais sujeito à violência.” (RUI, 2021, p. 94). Portanto, a humilhação e se sentir humilhado “é a consequência de pretender viver onde e de acordo com o que não se tem direito a” (Ibid, p. 96), exatamente como Omar traz em sua fala, uma vez em que os momentos em que se sentiu humilhado, dizem respeito a estar em determinados locais e não pedir ajuda devido a sua situação.

Omar também contou para nós que já chorou de fome, “sentei na calçada e chorei” e que, portanto, ele tinha aprendido a pedir, mas que tem situações que ele não pede e se sente humilhado. Finalizou dizendo que “voltar a viver com pessoas normais é muito difícil”, e por mais que seja e apesar de todas as situações relatadas, ele afirma que “eu não quero compaixão, eu quero que me digam que eu sou capaz”, que acreditem nele. Já no dia 15 de dezembro de 2021, uma semana antes do natal, o assunto da oficina foi a fragilidade desta época do ano. Omar comentou então que “por mais que eu me isole, com livros que alguém escreve, com o rádio. O natal é a **época mais fragilizada**, você sai na rua, e vê diversos familiares”, disse ser a época que fica mais **sensibilizado**. Completou dizendo que sente que as pessoas ali da passarela são uma “família de convívio” mas que sente falta da sua família. Nesta conversa, Daivison, outro usuário, completou que passa vários natais assim, e que chega um ponto que não liga mais, depois completou que com “sua mãe tem regras, mas na rua é outra regra”. Omar voltou a falar e disse que essa época é a pior, “o dinheiro que cê ganha no sinal não supre. **Não supre**”.

Além disso, Henrique, pessoa em situação de rua participante da oficina de produção de Stencil, estamparia e costura criativa - CAPS AD continente, traz sua perspectiva sobre a marginalização e preconceito com o usuário e ex usuário de drogas. Relata então que já sofreu muito preconceito porque já foi usuário de drogas, e que ainda sente. Ele disse que as pessoas não vêem que a caminhada é diferente nesse percurso que entendemos como vida, e que “é como um carimbo que a gente leva”. Portanto, sua fala reflete o peso que é ser ex usuário de drogas, e que não basta parar com o uso de determinadas substâncias, uma vez que as pessoas continuam trazendo esse passado a tona. De forma generalizada, as pessoas ali compartilham desses discursos e desses sentimentos. Cada qual com seu percurso e caminhada, mas que embarcam nessas discussões/desabafos acerca de situações vividas na rua, sobre ser humilhado e se sentir invisível e das dificuldades presenciadas enquanto pessoas em situação de rua. Dessa forma, através das emoções, é possível refletir como enquadramentos e políticas de reconhecimentos são produzidas; e como essas emoções ao serem expostas, apresentam múltiplas maneiras de produzir desumanização (RUI, 2021, p. 88).

Tais sentimentos são expressos por certas pessoas em horas específicas e estão ligados a um processo de socialização das ordens sociais (MAUSS, 2001). Estas, portanto, são *formas compulsórias de expressão de sentimentos* e esses sentimentos ganham reconhecimento no contexto apresentado uma vez que são compartilhados e considerados fenômenos sociais (Ibid). O discurso acerca das expressões de sentimentos reforçam um valor moral dos sentimentos do indivíduo e do grupo, logo só o é entendida por ser compartilhada socialmente

(Ibid). No que diz respeito às pessoas em situação de rua, seus discursos emocionais (ABU-LUGHOD, LUTZ, 2018) expressam escancaradamente o *insulto moral* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008) por eles considerados e vividos. O insulto moral como conceito possui duas características específicas: “(1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro” (Ibid, p. 136). Portanto, está associado à dimensão dos sentimentos, uma vez que a dor física “sem um componente simbólico/moral, é apenas uma abstração” (Ibid, p. 139, modificado), mas a dor moral (como vergonha e humilhação) ela perpassa e diz respeito à questões de humanidade. Omar relata o quão humilhante é para ele algumas situações vividas enquanto uma pessoa em situação de rua e na mesma medida o se sentir humilhado, portanto, não digno. Relatos como esse são compartilhados por outros interlocutores. Outros moradores ali já relataram também questões de humilhação na rua, e como é grande o descaso de pessoas que não conseguem nem olhar nos olhos deles, como se eles não fossem humanos. Mostrando, portanto, como a *abjeção* se faz presente na vida dessas pessoas, os colocando frente a emoções como nojo, e sentimentos como humilhação e rejeição; colocando-os em posição de inumanos.

"Nos discursos contra os direitos humanos os suspeitos são sempre criminosos, e os criminosos são sempre assassinos ou estupradores (ambos menos que humanos), destruindo a honra e a propriedade de honestos trabalhadores e homens de bem. " (CALDEIRA, 1991, p. 169). A partir dessa frase, é possível fazer um paralelo com o “menos que humano” com essas pessoas em situação de rua. Estes que muitas vezes são vistos como mendigos, vagabundos, ladrões etc, ou seja, pessoas não dignas. Essa é uma população invisibilizada. E é nesse contexto que essas pessoas vão atrás de meios para conseguir acessar seus direitos, que muitas vezes são vistos por outras pessoas como “privilégios” já que não são “pessoas de bem”. Pessoas que “não querem trabalhar” ou seja que são consideradas "vagabundas". Então, estão aí na busca por direitos, mesmo que em sua maioria sejam invisíveis na sociedade, visto que são destituídos de humanidade e dignidade.

A dimensão moral das emoções é uma forma de refletir sobre aquilo que a pessoa diz estar sentido. Essas falas sobre humilhação, constrangimento, inferiorização, expressa uma compreensão sobre a forma como as relações sociais são mantidas e coloca os interlocutores em situações de não-dignos. Esses discursos mostram um desejo de querer estar em outra posição mesmo que não seja uma situação fácil. Omar afirma que “quanto mais tempo se passa na rua mais difícil é sair da rua. Mas, eu vou conseguir, eu vou sair dessa”. São corpos específicos em contextos específicos que elaboram emoções compartilhadas. É portanto, um

duplo movimento, no qual a vida e as formas de vida enfrentam esses processos de violência e se reconstituem no tecido social ao qual se encontram. As emoções são criadas nas falas. Essas emoções e o discurso sobre elas, colabora de tal forma com uma espécie de dar conta e de retomar a rotina. Cardoso de Oliveira (2008, p.137), em seu texto *Existe violência sem agressão moral?* expressa a dificuldade em se formular um discurso adequado para fundamentar direitos que não são universalizáveis. Logo, a partir do que foi aqui apresentado, os direitos humanos, por seu caráter múltiplo e facetado, deve então ser considerado um discurso, ou até mesmo uma narrativa, a ser ajustado ao contexto local. De forma que faça sentido e não seja apenas algo abstrato.

Neste capítulo foi apresentado, portanto, como que o espaço das oficinas se transforma em um local de compartilhamento de emoções, e moralidade. Uma vez que é a partir desse espaço que a pessoa considerada “a margem da sociedade”, excluída da sociedade, pode se expressar e portanto ocupar ativamente determinados espaços. Nesse espaço há um encorajamento da fala, e cada fala com suas especificidades abarcam categorias mais abrangentes, como questões de racismo, humanidade e inumanidade, e reivindicações de direitos e espaços políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foi apresentado como os direitos humanos são constituídos na prática, a partir de um recorte específico do trabalho do Instituto Arco-íris. A partir dos discursos emocionais, os quais representam a dificuldade de se sentir acolhidos na sociedade e que confere uma busca por direitos reforçada nos discursos brevemente apresentados, são demonstradas relações de poder que circundam o campo, mas também questões em volta do *ser* humano. A etnografia aqui proposta se deu através de um trabalho de campo feito de junho de 2021 a maio de 2022. Nesse período de tempo foi realizado um trabalho online (análise de redes sociais e acompanhamento destas); o trabalho de campo como o acompanhamento das oficinas do Centro de Convivência e Cultura em duas modalidades diferentes; e entrevistas com diferentes pessoas do Instituto Arco-íris.

Portanto, buscou-se analisar etnograficamente como o acesso e busca por direitos são construídos e desenvolvidos no espaço do Centro de Convivência e Cultura tocado pela instituição e permeado por conflitos, dificuldades, emoções e moralidades. Servindo como um ambiente de acolhimento de diversas populações, é através da arte, da escuta ativa e da convivência que este se transforma em um local de trocas coletivas. Local passível da partilha de sentimentos que trazem em si uma carga moral muito grande, instiga a reflexão sobre Direitos Humanos, relações de poder, humanidade e estigmas sociais, buscando apresentar o quanto essa instituição, e o espaço do CECCO, é plural.

Foi possível apresentar como o Arco-Íris elabora processos políticos vinculados à vida social. A Instituição possui atuação diversa no município e, de tal forma, a partir de sua rede de apoio, seus funcionários e usuários, constitui um local onde conflitos são apresentados, administrados e lidados. Outrossim, demonstra-se o funcionamento da mobilização e atuação conjunta com outros órgãos e instituições perante a cidade, tentando portanto uma mobilização conjunta para o acesso aos direitos dessas populações.

Esta monografia foi composta por introdução e três capítulos, os quais abordam as Organizações Não Governamentais, suas relações com o município e movimentos sociais, mas também sua atuação perante seus usuários, buscando demonstrar que sensibilidades legais e morais o Arco-íris evoca em sua atuação. O primeiro capítulo apresentou majoritariamente o Instituto Arco-íris, sua atuação na cidade desde sua fundação e o que levou a organização a uma sobrevivência orgânica até completar seus 25 anos no ano de 2022, seus projetos e também o impacto da pandemia no seu trabalho. No segundo capítulo, trouxe

uma abordagem etnográfica de seus projetos e oficinas, demonstrando como esses funcionam enquanto multiplicadores do território para seus usuários, mas também enquanto dispositivos de acesso à saúde e à arte, e apresentando as especificidades de cada oficina, usuários e territórios. No terceiro e último capítulo foi feita uma revisão sobre o conceito de Direitos Humanos, e como este é múltiplo e complexo. A partir então dos discursos específicos de alguns usuários, foi explicado como esse processo de "abjeção" é transformado em processo de reconhecimento dos usuários como sujeito de direitos, ser humano digno, diante do processo das oficinas. As quais conferem legitimidade, relevância, escuta, cuidado, uma vez que é nelas que essas pessoas têm suas demandas reconhecidas e suas falas escutadas.

Percebe-se que há múltiplas possibilidades para se desenvolver o tema através da descrição e, portanto, foi demonstrado minimamente como certas populações invisibilizadas são incentivadas a demonstrar seus sentimentos e seus desejos (aquilo que buscam) em espaços feitos para a multiplicação dos direitos humanos. Além de apresentar a visão por parte dos profissionais do Instituto Arco-íris, demonstrei como estes interagem com o espaço e com seus usuários, mas também como o espaço em si é importante para a construção dessa relação. A proposta do trabalho foi evidenciar a importância da organização enquanto uma entidade que é acessada pelos mais diferentes tipos de pessoas, que configura atividades e modos de existir. Dessa forma, através da perspectiva etnográfica, este trabalho buscou demonstrar como o Instituto Arco-íris constitui uma entidade que busca ampliar o acesso à saúde, à cultura, à arte e o que se sucede a partir de suas relações com a prefeitura, os movimentos sociais e os usuários.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. “**Emoção, Discurso e políticas da vida cotidiana**”. Tradução para uso estritamente didático, por Leandro de Oliveira. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2018, mimeo. [Do original em língua inglesa, ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. “Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life”, em C. Lutz e L. Abu-Lughod (orgs.), **Language and the Politics of Emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 1-23].

Alves, Mário Aquino. O conceito de sociedade civil: em busca de uma repolitização. **Organizações & Sociedade** [online]. 2004, v. 11, n. spe [Acessado 25 Setembro 2021], pp. 141-154. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-9110010>. Epub 29 Jun 2020. ISSN 1984-9230. <https://doi.org/10.1590/1984-9110010>.

ALVAREZ, Ariadna Patricia Estevez; SILVA, Jessika Oliveira da; OLIVEIRA, Ana Caroline de Moraes. Centro de Convivência e Cultura: diálogos sobre autonomia e convivência. **ECOS: estudos contemporâneos da subjetividade**, Niteroi - RJ, v. 6, n. 1, p. 5-19, nov. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1859>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BALANDIER, Georges (1993). A Noção de Situação Colonial. **Cadernos De Campo**. São Paulo, 3(3), p. 107-131. 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605>

BATISTA, Aline Maria de Melo. Algumas considerações sobre "Terceiro Setor", ONGs e gênero. In: MACHADO, Charliton J. dos S.; NUNES, Maria L. da S. (Org.). **Gênero e sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2007, p. 1-9. Disponível em: <https://silو.tips/download/civil-nesse-contexto-de-desigualdade-social-a-partir-desse-enfoque-e-visto-como>. Acesso em: 28 set. 2021.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: Teorias da Dominação**, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. 287 p.

BOURDIEU, Pierre. Apêndice 1: A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, p. 74-82. 1996.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre et al. **A Miséria do Mundo**. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 1-732.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou "privilégios de bandidos?": desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 30, p. 162-174, jul. 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2008, v. 23, n. 67 [Acessado 08 Julho 2020], pp. 135-146. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200010>

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Moral e ética. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza (org.). **Antropologia e Direito**: temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2012. p. 94-103. Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia / laced /

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista De Antropologia**, 39(1), 13-37, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. **A aventura antropológica** : teoria e pesquisa. Tradução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, Ruth. Movimentos Sociais na América Latina. In **Ruth Cardoso: Obra Reunida**, São Paulo, Mameluco, 2011. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/03/rbcs03_02.pdf

COIMBRA, Cecília Maria Bouças, LOBO, Lilia Ferreira e NASCIMENTO, Maria Livia do. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos. Psicologia Clínica** [online]. 2008, v. 20, n. 2 [Acessado 4 Março 2022] , pp. 89-102. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>>. Epub 15 Jan 2009. ISSN 1980-5438. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000200007>.

DAS, Veena. Vida e Palavras: **A Violência e sua Descida ao Ordinário**. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

EILBAUM, Lucía; CHAGAS, Gisele Fonseca; MEDEIROS, Flavia. Por uma abordagem etnográfica dos “direitos humanos”: conflitos, moralidades e direitos. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 1, n. 47, p. 8-31, 2019.

EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Quando existe ‘violência policial’? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, NECVU/BRASIL, 8(3), p. 407-428, 2015.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico:: dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1 e 2, p. 39-53, jan/dez. 2008.

FONSECA, Isadora Zuza da. **Redução de Danos em Florianópolis**:: trajetórias, encontros e políticas. 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 83-121, maio 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v5n10/0104-7183-ha-5-10-0083.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2022.

FOOTE-WHYTE, William. Treino em observação Participante (anexo 6). In: **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área pobre urbana e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. p. 301-307.

HARAWAY, Donna. SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p.07-41, 1995. Artigo originalmente publicado em *Feminist studies*, 14 (3), 1988, traduzido com a permissão de Feminist Studies, Inc., c/o Women's Studies Program, University of Maryland, College Park, MD 20742. Tradução de: Mariza Corrêa. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>. Acesso em: 15 março de 2021.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. Um Antropólogo numa ONG: algumas reflexões sobre prática acadêmica e prática política. **Revista de Ciências Sociais: Economia e Política**, Ceará, v. 36, n. 1/2, p. 89-96, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/563>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HINE, Christine. Trad. PARREIRAS, Carolina & LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), [S.L.], v. 29, n. 2, p. 1-42, 31 dez. 2020. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370>.

LANGDON, Esther Jean. A fixação da narrativa: do mito para a poética de literatura oral. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 5, n. 12, p. 13-36, jan. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71831999000300002>. Acesso em: 17 nov. 2021.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica: Revista Contemporânea De Antropologia**, Niterói, v. 1, n. 42, p. 42-65, 2017.

LEMOS, Carolina Barreto. Quem são os direitos humanos?: descon sideração e personificação em cadeias do distrito federal. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**, [s. l], v. 47, p. 31-61, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42023>. Acesso em: 02 de março de 2022.

KANT DE LIMA, Roberto. Os Brasileiros e a Desigualdade Jurídica. [S.I.]: History Of Science, 2019. Color. **YouTube**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rPznoOfLP94&ab_channel=HistoryofScience. Acesso em: 20 mar. 2021.

KUSCHNIR, Karina. Desenho etnográfico: Onze benefícios de usar um diário gráfico no trabalho de campo. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 7, n.1, p. 328-369, 2019.

MATHEUS, Tiago Corbisier. Vulnerabilidade Social e Solidariedade entre Jovens: Jardim Ângela e Jardim São Luís. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 31, p. 01-14, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31170505>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31170505>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MAUSS, Marcel. A Expressão Obrigatória dos Sentimentos (Rituais Oraís Funerários Australianos). In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. p. 325-335.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Temáticas**: Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-146, dez. 2016. Revista do ppgav/eba/UFRJ.

MEDEIROS, Flavia; ANJOS, Priscila dos. Doença, violências e racismo: a pandemia do novo coronavírus em Florianópolis/SC. **Ponto Urbe**, [S.L.], n. 27, p. 1-16, 28 dez. 2020. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.9502>

NÓBREGA, M. P. S. S.; SILVA, G. B. F.; SENA, A. C. R. Funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial-RAPS no município de São Paulo, Brasil: perspectivas para o cuidado em Saúde Mental. **Investigação Qualitativa em Saúde**, v. 2, p. 41 – 49, 2016.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. 275 p.

RUI, Taniele. Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua. **Anuário Antropológico**, [S.L.], v. 46, n. 3, p. 85-107, 20 set. 2021. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/aa.8925>.

SCHENKEL, Júlia Monteiro; SILVA, Glauber Weder dos Santos; AMORIN, Ana Karenina de Melo Arraes; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de; CARVALHO, Jovanka Bittencourt Leite de; RIBEIRO, Sara Eloise Argimiro; ALMEIDA, Ana Clara Paiva de; SILVA, Maxwell Menezes. Saúde mental, arte e desinstitucionalização: um relato estético-poético-teatral de uma ocupação da cidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 39-48, jan. 2022. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232022271.20002021>.

SCHUMANN, Livia Rejane Miguel Amaral. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade**: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.) **Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, p. 122-134. 1983.

TURNER, Victor. “Dramas sociais e histórias sobre eles”, 1980. Publicado originalmente como “Social Dramas and Stories about Them”. *Critical Inquiry*, Vol. 7, No. 1, On **Narrative** (Autumn, 1980), p. 141-168

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea, Rio de Janeiro: Zahar. 1987

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a07.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FONTES

BAQUE MULHER FEMINISTAS DO BAQUE VIRADO (org.). **O MOVIMENTO**. Disponível em: <https://baquemulher.com.br/nossahistoria/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

BLOG DO EAD UCS. **EJA 2022**: o que é, como funciona, inscrições, vagas e datas. o que é, como funciona, inscrições, vagas e datas. Disponível em: <https://ead.ucs.br/blog/eja-2020#:~:text=EJA%20%C3%A9%20a%20sigla%20de,%C3%A9%20popularmente%20conhecida%20como%20supletivo..> Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Republicada em 21 de maio de 2013. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

CORREIO DE SANTA CATARINA. **Restaurante Popular de Florianópolis será aberto na 2ª quinzena de julho**: Florianópolis terá 1º restaurante popular na av. mauro ramos. Florianópolis terá 1º restaurante popular na Av. Mauro Ramos. 2022. Disponível em: <https://www.correiosc.com.br/restaurante-popular-de-florianopolis-sera-aberto-2-quinzena-de-julho/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, **Estatuto social**. Florianópolis, 2019.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, **Histórico das atividades do instituto Arco-íris**. Florianópolis, s/d.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS. **Página de Facebook**. 2021a. Facebook: Arco-íris Direitos Humanos - @institutoarcoirisdh. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutoarcoirisdh/>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS. **Página de Facebook**. 2021b. Facebook: Instituto Arco-Íris Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/category/Non-Governmental-Organization--NGO-/Instituto-Arco-%C3%8Dris-Direitos-Humanos-815577011919857/>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, **Projeto Resgate Social**. Florianópolis, s/d.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS. **Instagram**, 2021c. Instagram: instituto_arcoiris. Disponível em: https://www.instagram.com/instituto_arcoiris/?hl=pt-br. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS, **Travessa Cultural - Relatório parcial de execução de atividades**. Período: de 01/06/2012 a 30/12/2014. Florianópolis, 2015.

INSTITUTO ARCO-ÍRIS DE DIREITOS HUMANOS. **Website**. Disponível em: <https://institutoarcoirisdh.wordpress.com/>. Acesso em: 02 set. 2021d.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Infecções Sexualmente Transmissíveis. Elaborado pelo departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Disponível em:

<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist#:~:text=A%20terminologia%20Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis,n%C3%A3o%20apresentando%20sinais%20e%20sintomas..> Acesso em: 02 ago. 2022.

REDE COM A RUA. **Quem somos**. Disponível em: <https://redecomarua.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SANTA CATARINA. Prefeitura de Florianópolis. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Serviço de Resgate Social auxilia para não disseminação de coronavírus em pessoas em situação de rua**: o programa recebe chamados 24h por dia 7 dias por semana. O programa recebe chamados 24h por dia 7 dias por semana. 2020. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notpagina-i=22327>. Acesso em: 04 jul. 2021.

SEBRAE (org.). **Pontos de Cultura: saiba como funcionam**. 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pontos-de-cultura-saiba-como-funcionam,443d7b008b103410VgnVCM100000b272010aRCRD#:~:text=Os%20Pontos%20de%20Cultura%20s%C3%A3o,a%C3%A7%C3%B5es%20socioculturais%20em%20suas%20comunidades..> Acesso em: 20 jul. 2022.

UNICEF (Brasil) (org.). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: adotada e proclamada pela assembleia geral das nações unidas (resolução 217 a iii) em 10 de dezembro 1948.. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 abr. 2021.

Você sabe o que é HIV e o que é AIDS? 2017. **UNAIDS Brasil**. Disponível em: <https://unaid.org.br/2017/03/voce-sabe-o-que-e-hiv-e-o-que-e-aids/>. Acesso em: 20 jul. 2022.